Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 4

2.3 - Outras Informações Relevantes 7

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 8

3.2 - Medições Não Contábeis 9

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 10

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 12

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 17

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 18

3.7 - Nível de Endividamento 19

3.8 - Obrigações 20

3.9 - Outras Informações Relevantes 21

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 22

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 33

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 36

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 42

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 43

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 44

4.7 - Outras Contingências Relevantes 45

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 46

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 47

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 48

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 49

5.4 - Programa de Integridade 74

5.5 - Alterações significativas 77

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 78

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 79

6.3 - Breve Histórico 80

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 85

6.6 - Outras Informações Relevantes 86

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 87

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 88

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 89

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 90

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 93

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 94

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 96

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 98

7.8 - Políticas Socioambientais 99

7.9 - Outras Informações Relevantes 100

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 101

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 102

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 104

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 105

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 106

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 107

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 108

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 114

9.2 - Outras Informações Relevantes 116

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 136

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 145

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 150

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 151

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 152

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 154

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 155

10.8 - Plano de Negócios 156

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 159

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 160

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 161

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 162

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 168

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 171

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 172

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 173

12.7/8 - Composição Dos Comitês 180

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 182

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 183

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 191

12.12 - Outras informações relevantes 192

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 193

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 198

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 202

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 204

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 206

13.6 - Opções em Aberto 207

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 208

13.8 - Precificação Das Ações/opções 209

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 210

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 211

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 212

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 213

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 214

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 215

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 216

13.16 - Outras Informações Relevantes 217

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 218

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 219

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 220

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 222

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 223

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 224

15.3 - Distribuição de Capital 228

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 229

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 231

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 232

15.7 - Principais Operações Societárias 238

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 239

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 240

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 242

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 243

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 244

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 245

17.2 - Aumentos do Capital Social 246

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 248

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 249

17.5 - Outras Informações Relevantes 250

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 252

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 254

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 255

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 256

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 258

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 261

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 262

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 263

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 264

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 265

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 266

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 267

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 268

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 269

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 270

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 271

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 272

20.2 - Outras Informações Relevantes 273

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 274

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 275

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 276

21.4 - Outras Informações Relevantes 277

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Salésio Nuhs**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Sergio Castilho Sgrillo Filho**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Declaração do Diretor Presidente

Para fins do item 1.1. do Formulário de Referência

Eu, **Salésio Nuhs,** CPF 437.953.159-72, brasileiro, casado, industriário, na qualidade de Diretor Presidente da Taurus Armas S.A., companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ nº 92.781.335-02, declaro que:

(i) revi este formulário de referência de 2019;

(ii) todas as informações contidas neste formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e

(iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Taurus Armas S.A. e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Salésio Nuhs

Diretor Presidente

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Para fins do item 1.1. do Formulário de Referência

Eu, **Sergio Castilho Sgrillo Filho,** CPF 904.896.160-20, brasileiro, casado, administrador, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Taurus Armas S.A., companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ nº 92.781.335-02, declaro que:

(i) revi este formulário de referência de 2019;

(ii) todas as informações contidas neste formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e

(iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Taurus S.A. e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Sergio Castilho Sgrillo Filho

Diretor de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0005-52
Data Início	15/03/2004
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, com o objetivo de emitir parecer contemplando o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado, através de revisões trimestrais e anuais.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais)
Justificativa da substituição	Rodízio obrigatório
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Pedro Jaime Cervatti	30/06/2009	655.644.058-20	Av. Borges de Medeiros, 2233, 8. andar, Centro, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90110-150, Telefone (51) 33036000, Fax (51) 33033001, e-mail: pcervatti@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	18/04/2012
Descrição do serviço contratado	Serviços relacionados à auditoria externa durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, não tendo realizado quaisquer outros trabalhos à Companhia e/ou às suas controladas, exceto pelos procedimentos necessários e adicionais relativos ao refazimento das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 para reapresentação espontânea.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R$ 1.060.619,35
Justificativa da substituição	Promover o rodízio saudável do processo, gerenciar custos e promover o alinhamento com a mesma empresa de auditoria externa do acionista controlador da Companhia, dentro das melhores práticas de governança corporativa.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
AMÉRICO FRANKLIN FERREIRA NETO	01/04/2014	045.379.898-58	Av. Mostardeiro, 322, 10 andar, Moinhos de Vento, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (51) 32045500, Fax (51) 32055699, e-mail: americo.f.neto@br.ey.com
Luis Carlos de Souza	18/04/2012	612.539.289-91	Rua Mostardeiro, 322, 10 andar, Moinhos de Vento, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (051) 32045500, Fax (051) 32045699, e-mail: luis.c.souza@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0005-52
Data Início	31/03/2015
Descrição do serviço contratado	Serviço de auditoria externa relacionado ao exame das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas referentes ao(s) exercício(s) de 2016, 2017 e 2018 e revisão especial das informações trimestrais (ITR) de tal(tais) exercício (s). Serviço de consultoria tributária (compliance tributário) no Brasil e nos Estados Unidos e diagnóstico sobre os possíveis impactos de novos pronunciamentos contábeis, a partir de contratos firmados em 2018.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Auditoria das demonstrações financeiras anuais e revisão especial das demonstrações trimestrais (ITR): R$ 634.006,00 Serviço de consultoria tributária (compliance tributário) no Brasil e nos Estados Unidos e diagnóstico sobre os possíveis impactos de novos pronunciamentos contábeis: R$ 638.660,00
Justificativa da substituição	Não houve substituição em 2018
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
CRISTIANO JARDIM SEGUECIO	31/03/2015	929.772.190-72	Av. Borges de Medeiros, 2233, 8. andar, Centro, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90110-150, Telefone (51) 33036000, Fax (51) 33036001, e-mail: cseguecio@kpmg.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)
Patrimônio Líquido	-406.963,00	-445.233,00	-171.901,00
Ativo Total	921.156,00	768.958,00	893.507,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	845.287,00	784.876,00	830.273,00
Resultado Bruto	307.627,00	116.729,00	193.201,00
Resultado Líquido	-59.862,00	-286.028,00	-103.027,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	74.862.626	64.688.212	58.278.569
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	-5,436130	-6,882753	-2,949643
Resultado Básico por Ação	-0,799625	-4,421640	-1,747840
Resultado Diluído por Ação	-0,80	-4,42	-1,76

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve

a) informar o valor das medições não contábeis

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

R$ milhões	**2018**	**2017**	**2016**
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	46,2	-160,8	-98,2
(+) Depreciação e amortização	32,7	35,1	34,6
Ebitda ou Lajida	**78,9**	**-125,7**	**-63,6**
Margem Ebitda ou Lajida	*9,3%*	*-18,1%*	*-7.7%*
Burrow Case			
(+) Despesas gerais e administrativas	15,6	-	-
(+) Outras depesas operacionais	21,5	-	-
Ebitda ou Lajida ajustado	**116,0**	**-125,7**	**-63,6**
Margem Ebitda ou Lajida ajustada	*13,7%*	*-18,1%*	*-7,7%*

No Relatório da Administração que acompanha as Demonstrações Financeiras, assim como em relatórios trimestrais de resultados, divulgamos o indicador conhecido como Ebitda, sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – Lajida em português. Tal indicador não é uma medida financeira segundo o BR GAAP, as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS e não deve ser considerado isoladamente como medida de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. O Ebitda é uma medida gerencial, apresentado de forma a oferecer informações adicionais sobre a geração operacional de caixa. Outras empresas podem calcular o Ebitda ou Lajida de maneira diferente da aqui apresentada.

O indicador é utilizado como uma medida adicional para o nosso desempenho e a nossa geração de caixa, considerando exclusivamente as atividades operacionais, uma vez que, a partir do valor do resultado antes do resultado financeiro e dos tributos, acrescenta também o valor referente à depreciação e à amortização.

Com relação ao exercício encerrado em 31/12/2018, ajustamos o cálculo do Ebitda (Ebitda Ajustado) somando R$ 37,1 milhões, conforme apresentado na tabela acima. Esse valor, contabilizado como parte das despesas operacionais nas demonstrações financeiras, não está relacionado às atividades rotineiras de nossas operações, mas sim a despesas extraordinárias, não recorrente, de um acordo firmado com relação a processo judicial contra a Companhia nos EUA.

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Usamos o Ebitda (e o Ebitda Ajustado em 2017) como medida de nosso desempenho operacional. Entendemos que esse indicador representa medida adequada com relação à nossa capacidade de gerar recursos com nossas atividades operacionais, isento de impactos de operações financeiras, pagamento de impostos e ajustes contábeis. O indicador é também amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho das operações e comparar o desempenho entre diferente Companhias, ainda que não representa nossa real geração de caixa e, portanto, não dever ser usado como tal.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.4 - Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Eventos subsequentes às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2018

Aumento de capital – emissão privada

Em reunião do Conselho de Administração de 15/01/2019, foram cancelados 100.126 bônus da série A não exercidos em razão de subscrições condicionadas (0,0076% do total). Foram subscritos, portanto, 73,9 mil bônus, o que proporcionou à Companhia R$ 9,9 milhões.

A conversão dos bônus em novas ações poderá representar aumento de capital de até R$ 390 milhões. Os recursos a serem obtidos serão direcionados para amortização da dívida e reforço do caixa da Companhia.

Todos os detalhes sobre o aumento de capital, inclusive sobre a conversão dos bônus de subscrição em ações, podem ser obtidos nos Avisos aos Acionistas disponíveis nos websites da CVM e de Relações com Investidores da Companhia datados de 08/10/2018; 21/11/2018 e 17/01/2019.

Acordo preliminar – ação legal nos EUA ("Burrow Case")

Em 8 de janeiro de 2019, foi publicado Fato Relevante anunciando a celebração de acordo preliminar para encerrar a ação judicial estabelecida nos EUA contra a Taurus e sua controlada naquele país, a respeito de supostos defeitos apresentados em determinados modelos de revólveres de fabricação da Companhia com a marca Rossi durante determinado período.

O acordo preliminar envolve custo total estimado para a Companhia entre US$ 7,1 e US$ 7,9 milhões, o que inclui custos processuais, indenizações e honorários dos advogados dos autores da ação. A celebração do acordo definitivo nos termos propostos importará no reconhecimento de efeito negativo no resultado da Taurus, podendo afetar seu patrimônio líquido no montante acima citado.

O referido acordo pende de homologação final pela Corte Norte-Americana prevista para ocorrer ainda no segundo semestre de 2019. Todos os pagamentos previstos no acordo somente se tornarão obrigatórios após a aprovação final e definitiva.

Memorando de entendimentos (MoU) – estudos sobre operação na Índia

A Companhia divulgou, por meio de Fato Relevante, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 14/2/2018 e assinado em 18/2/2019, MoU (sigla em inglês para memorando de entendimentos) não vinculante para permitir o estudo de viabilidade de constituição de *joint venture* na Índia, com grande empresa do ramo siderúrgico desse país.

O objetivo da *joint venture*, caso obtidas todas as autorizações estatuárias e legais, será a fabricação e a comercialização de armas no território indiano, de acordo com programa de apoio ao desenvolvimento da indústria bélica local denominado "Make in India".

A partir da assinatura do MoU, as partes terão até 180 dias para concluir os estudos de criação da *joint venture* e o plano de negócios a ser desenvolvido.

A celebração desse Acordo é mais um passo importante na estratégia global da Taurus no processo de restruturação baseado em rentabilidade sustentável, qualidade e melhora dos indicadores financeiros e operacionais, além do forte investimento no desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.

Créditos tributários pela exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Em 01 de abril de 2019 a Taurus obteve trânsito em julgado de seu processo referente à exclusão de PIS e Cofins da base de ICMS, o que irá acarretar recuperação fiscal de aproximadamente R$ 33 milhões e atualização monetária de cerca de R$ 23 milhões.

Tão logo os trabalhos de levantamento dos cálculos e comprovações relativos a tais valores sejam concluídos, serão apresentados para habilitação junto à Receita Federal, o que permitirá à Companhia proceder com o reconhecimento dessas recuperações, fazendo a utilização dos créditos fiscais.

Assinatura de contrato de preferência para venda de ativo imobiliário

Em 12 de abril de 2019, foi assinado *"Instrumento Particular de Concessão de Preferência sobre Aquisição de Imóveis, com Exclusividade Vinculada a Prazo e Outras Avenças"* do terreno da antiga sede da Companhia em Porto Alegre/RS. O contrato estabelece valor de R$ 50,0 milhões e prevê prazo de 60 dias para avaliações e negociações.

Caso concluída, a operação proporcionará melhora dos indicadores financeiros, uma vez que o valor recebido será integralmente utilizado para redução do endividamento da Companhia, de acordo com o compromisso assumido no acordo firmado com o sindicato de bancos credores em 2018.

Incêndio em pavilhão da unidade industrial de São Leopoldo, RS

Na madrugada de 22 de abril, um incêndio atingiu um dos pavilhões da unidade industrial da Companhia no Brasil, sendo rapidamente controlado por brigadistas e o Corpo de Bombeiros.

Não houve feridos e as atividades da fábrica foram retomadas no mesmo dia, não havendo impacto negativo sobre a produção.

A Companhia possui cobertura para sinistros que comtemplam inclusive sinistros dessa natureza.

Prorrogação do prazo final do exercício dos bônus de subscrição das séries B, C e D.

Em 08 de maio de 2019, foi aprovado na Reunião do Conselho de Administração – RCA – os seguintes itens:

(i) prorrogação, por dois anos, do prazo de exercício dos bônus de subscrição das séries B, C e D (emitidos no âmbito da reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de outubro de 2018), conforme proposta da diretoria; e

(ii) autorização para a diretoria adotar todos os procedimentos necessários para a efetivação da prorrogação ora aprovada.

Cabe ressaltar que todos os direitos concedidos quando da emissão dos bônus de subscrição foram mantidos, assegurando aos detentores seus direitos e ampliando o prazo final do vencimento.

3.4 - Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando

	2018	2017	2016
a. Regras sobre Retenção de Lucros	De acordo com o Estatuto Social da Companhia - nos artigos descritos abaixo, as regras sobre retenção de lucros são: Artigo 36 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda. Artigo 37 - Feitas as deduções referidas no Artigo 36 supra, por deliberação do Conselho de Administração, observada a legislação societária, poderá ser destacada uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual. Parágrafo 1º - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 38 deste Estatuto Social. Parágrafo 2º - A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, por deliberação do Conselho de Administração. Parágrafo 3º - O disposto neste artigo não se aplica à remuneração aos administradores, fixa ou variável, aprovada em plano de incentivo, estímulo ou participação, que venha a ser definida pelo Com/selho de Administração, conforme orçamento de remuneração global aprovado em Assembleia Geral.	De acordo com o Estatuto Social da Companhia - nos artigos descritos abaixo, as regras sobre retenção de lucros são: Artigo 36 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda. Artigo 37 - Feitas as deduções referidas no Artigo 36 supra, por deliberação do Conselho de Administração, observada a legislação societária, poderá ser destacada uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual. Parágrafo 1º - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 38 deste Estatuto Social. Parágrafo 2º - A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, por deliberação do Conselho de Administração. Parágrafo 3º - O disposto neste artigo não se aplica à remuneração aos administradores, fixa ou variável, aprovada em plano de incentivo, estímulo ou participação, que venha a ser definida pelo Com/selho de Administração, conforme orçamento de remuneração global aprovado em Assembleia Geral.	De acordo com o Estatuto Social da Companhia - nos artigos descritos abaixo, as regras sobre retenção de lucros são: Artigo 36 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda. Artigo 37 - Feitas as deduções referidas no Artigo 36 supra, por deliberação do Conselho de Administração, observada a legislação societária, poderá ser destacada uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual. Parágrafo 1º - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 38 deste Estatuto Social. Parágrafo 2º - A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, por deliberação do Conselho de Administração. Parágrafo 3º - O disposto neste artigo não se aplica à remuneração aos administradores, fixa ou variável, aprovada em plano de incentivo, estímulo ou participação, que venha a ser definida pelo Com/selho de Administração, conforme orçamento de remuneração global aprovado em Assembleia Geral.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	Artigo 38 - O lucro líquido resultante, após as deduções de que tratam os Artigos 36 e 37 deste Estatuto Social, será diminuído ou acrescido dos seguintes valores, nos precisos termos do Artigo 202, inciso I, combinado com os artigos 195 e 195-A, todos da Lei nº 6.404/76: I. 5% (cinco por cento) destinados à reserva legal; II. importância destinada à formação da reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e III. importância destinada para formação da reserva de incentivos fiscais. Parágrafo 1º - Do lucro líquido ajustado nos termos do caput deste Artigo, será distribuída aos acionistas, a título de dividendo, quantia não inferior a 35% (trinta e cinco por cento). Parágrafo 2º - No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, referido no Parágrafo 1º, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Parágrafo 3º – Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização. Artigo 39 - A parcela dos lucros que ainda remanescer após as deduções previstas nos artigos anteriores poderá ser	Artigo 38 - O lucro líquido resultante, após as deduções de que tratam os Artigos 36 e 37 deste Estatuto Social, será diminuído ou acrescido dos seguintes valores, nos precisos termos do Artigo 202, inciso I, combinado com os artigos 195 e 195-A, todos da Lei nº 6.404/76: I. 5% (cinco por cento) destinados à reserva legal; II. importância destinada à formação da reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e III. importância destinada para formação da reserva de incentivos fiscais. Parágrafo 1º - Do lucro líquido ajustado nos termos do caput deste Artigo, será distribuída aos acionistas, a título de dividendo, quantia não inferior a 35% (trinta e cinco por cento). Parágrafo 2º - No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, referido no Parágrafo 1º, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Parágrafo 3º – Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização. Artigo 39 - A parcela dos lucros que ainda remanescer após as deduções previstas nos artigos anteriores poderá ser	Artigo 38 - O lucro líquido resultante, após as deduções de que tratam os Artigos 36 e 37 deste Estatuto Social, será diminuído ou acrescido dos seguintes valores, nos precisos termos do Artigo 202, inciso I, combinado com os artigos 195 e 195-A, todos da Lei nº 6.404/76: I. 5% (cinco por cento) destinados à reserva legal; II. importância destinada à formação da reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e III. importância destinada para formação da reserva de incentivos fiscais. Parágrafo 1º - Do lucro líquido ajustado nos termos do caput deste Artigo, será distribuída aos acionistas, a título de dividendo, quantia não inferior a 35% (trinta e cinco por cento). Parágrafo 2º - No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, referido no Parágrafo 1º, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Parágrafo 3º – Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização. Artigo 39 - A parcela dos lucros que ainda remanescer após as deduções previstas nos artigos anteriores poderá ser

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	transferida a uma Reserva de Lucros para Expansão, desde que justificada em orçamento de capital proposto pelo Conselho de Administração e aprovado pela Assembleia Geral. Parágrafo Único - O saldo dessa reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o valor do capital social realizado. Atingido esse limite, a Assembleia deverá destinar o excesso à integralização ou aumento do capital social, ou à distribuição de dividendos. Artigo 40 - Quando declarados dividendos trimestrais ou semestrais, em percentual não inferior ao obrigatório, o Conselho de Administração poderá autorizar, ad referendum da Assembleia Geral, participação proporcional aos administradores, obedecidos os limites legais	transferida a uma Reserva de Lucros para Expansão, desde que justificada em orçamento de capital proposto pelo Conselho de Administração e aprovado pela Assembleia Geral. Parágrafo Único - O saldo dessa reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o valor do capital social realizado. Atingido esse limite, a Assembleia deverá destinar o excesso à integralização ou aumento do capital social, ou à distribuição de dividendos. Artigo 40 - Quando declarados dividendos trimestrais ou semestrais, em percentual não inferior ao obrigatório, o Conselho de Administração poderá autorizar, ad referendum da Assembleia Geral, participação proporcional aos administradores, obedecidos os limites legais	transferida a uma Reserva de Lucros para Expansão, desde que justificada em orçamento de capital proposto pelo Conselho de Administração e aprovado pela Assembleia Geral. Parágrafo Único - O saldo dessa reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o valor do capital social realizado. Atingido esse limite, a Assembleia deverá destinar o excesso à integralização ou aumento do capital social, ou à distribuição de dividendos. Artigo 40 - Quando declarados dividendos trimestrais ou semestrais, em percentual não inferior ao obrigatório, o Conselho de Administração poderá autorizar, ad referendum da Assembleia Geral, participação proporcional aos administradores, obedecidos os limites legais
b. Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o Estatuto Social da Companhia consolidado a distribuição a título de dividendo aos acionistas é em quantia não inferior a 35% (trinta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado (distribuível) na forma do art. 38 Parágrafo 1º e a Companhia poderá, ainda, pagar juros sobre o capital próprio, na forma e limites da legislação aplicável	De acordo com o Estatuto Social da Companhia consolidado a distribuição a título de dividendo aos acionistas é em quantia não inferior a 35% (trinta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado (distribuível) na forma do art. 38 Parágrafo 1º e a Companhia poderá, ainda, pagar juros sobre o capital próprio, na forma e limites da legislação aplicável	De acordo com o Estatuto Social da Companhia consolidado a distribuição a título de dividendo aos acionistas é em quantia não inferior a 35% (trinta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado (distribuível) na forma do art. 38 Parágrafo 1º e a Companhia poderá, ainda, pagar juros sobre o capital próprio, na forma e limites da legislação aplicável
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a periodicidade das distribuições de dividendos é definida abaixo: Artigo 35 - O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social serão levantadas as	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a periodicidade das distribuições de dividendos é definida abaixo: Artigo 35 - O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social serão levantadas as	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a periodicidade das distribuições de dividendos é definida abaixo: Artigo 35 - O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social serão levantadas as

3.4 - Política do Destinação Dos Resultados

	demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo, a serem apresentadas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral dos acionistas. Parágrafo 1º - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, em observância do disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável Parágrafo 2º - O Conselho de Administração poderá determinar o levantamento de balancetes a qualquer tempo, respeitados os preceitos legais, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros apurados. A qualquer tempo, o Conselho de Administração também poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. Parágrafo 3º - A Companhia poderá, ainda, pagar juros sobre o capital próprio, na forma e limites da legislação aplicável. Parágrafo 4º - Os dividendos intermediários, intercalares e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos, nos termos do Artigo 38.	demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo, a serem apresentadas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral dos acionistas. Parágrafo 1º - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, em observância do disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável Parágrafo 2º - O Conselho de Administração poderá determinar o levantamento de balancetes a qualquer tempo, respeitados os preceitos legais, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros apurados. A qualquer tempo, o Conselho de Administração também poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. Parágrafo 3º - A Companhia poderá, ainda, pagar juros sobre o capital próprio, na forma e limites da legislação aplicável. Parágrafo 4º - Os dividendos intermediários, intercalares e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos, nos termos do Artigo 38	demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo, a serem apresentadas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral dos acionistas. Parágrafo 1º - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, em observância do disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável Parágrafo 2º - O Conselho de Administração poderá determinar o levantamento de balancetes a qualquer tempo, respeitados os preceitos legais, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros apurados. A qualquer tempo, o Conselho de Administração também poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. Parágrafo 3º - A Companhia poderá, ainda, pagar juros sobre o capital próprio, na forma e limites da legislação aplicável. Parágrafo 4º - Os dividendos intermediários, intercalares e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos, nos termos do Artigo 38

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Além do previsto no Estatuto Social e na legislação em vigor, existem restrições no Instrumento Particular de Escritura Pública para a 2ª emissão de debêntures simples, emitidas em 6 de setembro de 2011, no montante de R$ 50 milhões, com o seguinte teor: O instrumento prevê o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto da escritura em determinadas circunstâncias, dentre as quais destacam-se: redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações, redução de capital social da Companhia e/ou da Polimetal, realização pela Companhia ou pelas garantidoras de qualquer tipo de venda ou transferência de ativos que tenha impacto igual ou superior a 15% do ativo consolidado da Companhia ou igual ou superior a 20% da receita bruta consolidada da Companhia.	Além do previsto no Estatuto Social e na legislação em vigor, existem restrições no Instrumento Particular de Escritura Pública para a 2ª emissão de debêntures simples, emitidas em 6 de setembro de 2011, no montante de R$ 50 milhões, com o seguinte teor: O instrumento prevê o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto da escritura em determinadas circunstâncias, dentre as quais destacam-se: redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações, redução de capital social da Companhia e/ou da Polimetal, realização pela Companhia ou pelas garantidoras de qualquer tipo de venda ou transferência de ativos que tenha impacto igual ou superior a 15% do ativo consolidado da Companhia ou igual ou superior a 20% da receita bruta consolidada da Companhia.	Além do previsto no Estatuto Social e na legislação em vigor, existem restrições no Instrumento Particular de Escritura Pública para a 2ª emissão de debêntures simples, emitidas em 6 de setembro de 2011, no montante de R$ 50 milhões, com o seguinte teor: O instrumento prevê o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto da escritura em determinadas circunstâncias, dentre as quais destacam-se: redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações, redução de capital social da Companhia e/ou da Polimetal, realização pela Companhia ou pelas garantidoras de qualquer tipo de venda ou transferência de ativos que tenha impacto igual ou superior a 15% do ativo consolidado da Companhia ou igual ou superior a 20% da receita bruta consolidada da Companhia.
e. **se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**	Não há uma política de destinação de resultado específica formalmente aprovada, sendo as práticas sobre o tema definidas pelo Estatuto Social da Companhia, conforme informações apresentadas nos subitens anteriores.	Não há uma política de destinação de resultado específica formalmente aprovada, sendo as práticas sobre o tema definidas pelo Estatuto Social da Companhia, conforme informações apresentadas nos subitens anteriores.	Não há uma política de destinação de resultado específica formalmente aprovada, sendo as práticas sobre o tema definidas pelo Estatuto Social da Companhia, conforme informações apresentadas nos subitens anteriores.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016
Lucro líquido ajustado	0,00	0,00	0,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	-14,709445	-64,971958	-59,933915
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção	30/04/2019	30/04/2018	28/04/2017

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	0,00		0,00		0,00	
Preferencial	0,00		0,00		0,00	

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6. Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 não houve dividendos ou juros sobre capital próprio atribuídos como dividendos que tenham sido distribuídos a conta de lucros retidos ou de reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Devido ao Passivo à Descoberto registrado em 31 de dezembro de 2017, o nível de endividamento da Companhia não é apresentado, visto que ocorre uma distorção neste indicador.

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2018)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		2.267.000,00	1.884.000,00	0,00	0,00	4.151.000,00
Títulos de dívida	Garantia Real		9.449.000,00	15.840.000,00	59.798.000,00	0,00	85.087.000,00
Empréstimo	Garantia Real		62.982.000,00	104.551.000,00	394.693.000,00	0,00	562.226.000,00
Empréstimo	Garantia Flutuante		34.466.000,00	126.799.000,00	0,00	0,00	161.265.000,00
Empréstimo	Quirografárias		96.212.000,00	0,00	0,00	0,00	96.212.000,00
Total			205.376.000,00	249.074.000,00	454.491.000,00	0,00	908.941.000,00
Observação							

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em julho/2018, a Companhia concluiu a renegociação, conduzida por consultoria externa especializada, de seu endividamento com os bancos. O acordo assinado envolve o reperfilamento de dívidas com um grupo de credores e a 3ª emissão pública de debêntures da Companhia. Os credores entenderam e apoiaram a Companhia como o objetivo de aliviar o fluxo de caixa e adequar os desembolsos futuros pela Taurus, sendo estabelecidas novas condições de pagamento, prazo e taxa de juros para essa dívida.

Ficou definido o alongamento do prazo de vencimento para cerca de US$ 162 milhões em dívidas, que passou a ser de cinco anos, com carência de pagamentos das parcelas de amortização do principal e dos juros no ano de 2018. A primeira parcela foi paga em 21/01/2019. Com isso, no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, 77,4% da dívida tinha vencimento no longo prazo.

Além disso, conforme nota explicativa que acompanha as Demonstrações Financeiras do exercício de 2018, a Companhia obteve alongamento no prazo e redução das taxas nas operações de PPE (Pré-Pagamento de Exportação) e ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio) que, juntas, perfaziam aproximadamente R$ 74,7 milhões em 31/12/2018. Esses valores foram contabilizados no curto prazo, mas tem perfil de longo prazo, já que o acordo firmado com o banco credor prevê sua renovação automática a cada vencimento, com a possibilidade de liquidação até 17/10/2022. Em 31/12/2018, tal montante representava 36,4% do total da dívida de curto prazo.

Além da alteração no cronograma de amortizações, com alongamento do perfil da dívida, a renegociação proporcionou redução de 50% da taxa de juros em relação ao vigente anteriormente, o que representa mais de R$ 120 milhões em encargos em cinco anos.

O acordo assinado envolve as seguintes garantias reais: (i) alienação fiduciária da totalidade das quotas da Taurus Blindagens Ltda. e Taurus Blindagens Nordeste Ltda. (operação de capacetes); (ii) hipoteca de 2º grau de dois imóveis localizados em Mandirituba/PR, e dois imóveis localizados em Porto Alegre, RS e hipoteca de 1º grau de um imóvel localizado em São Leopoldo, RS (“Hipoteca”); e (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da totalidade dos recursos objeto de eventual venda das quotas objeto da Alienação Fiduciária e da Hipoteca, bem como dos direitos inerentes à titularidade da conta vinculada da Companhia a ser aberta com o propósito de recebimento dos recursos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4. Fatores de risco

4.1. Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles:

a) relacionados ao emissor

Nossa capacidade de geração de caixa e de gestão do fluxo de caixa, especialmente considerando nosso nível de endividamento e as cláusulas restritivas estabelecidas no acordo assinado com os bancos credores podem afetar nossa capacidade de cumprir com as obrigações financeiras e, no limite, nossa capacidade de manter a operação.

O nível de endividamento da Companhia se mantém elevado. Na data de encerramento dos últimos três exercícios sociais – 2018, 2017 e 2016 – a dívida líquida somava, respectivamente, R$ 879,3 milhões, R$ 723,0 milhões e R$ 881.1 milhões. No encerramento dos três exercícios em questão, a Companhia apresentava Patrimônio Líquido negativo, o que indica que operava integralmente com recursos de terceiros, uma condição que pode ser considerada como de alto risco. A situação financeira impede ainda a Companhia de buscar novos empréstimos, o que representa um limitador para a gestão dos negócios.

Caso o nosso fluxo de caixa operacional seja insuficiente, e considerando as atuais limitações financeiras da Companhia, tal condição poderia levar a situações como:

- Restrição financeira ao desenvolvimento de projetos, de lançamentos de modelos, assim como de atividades de *marketing*, comprometendo as vendas.
- Limitação na capacidade de negociar com fornecedores e saldar compromissos, inclusive com funcionários, prejudicando a capacidade de produção.
- Não ter condições de arcar com as obrigações assumidas no acordo firmado com os bancos credores e, com isso, ter o endividamento retornando integralmente para o curto prazo. Não sendo possível negociar um *waiver*, isso levaria a impacto adverso relevante para a Companhia, abalando a estrutura financeira e, mesmo, colocando em risco a continuidade das operações.

Podemos encontrar dificuldades em prosseguir com o plano da Companhia e, ainda, não há garantia que tenhamos sucesso em proporcionar ganho de rentabilidade, aumento da geração operacional de caixa e melhoria geral nos indicadores operacionais e financeiros da Companhia a partir do plano estratégico.

A Companhia poderá não obter êxito na realização de uma ou mais metas para o crescimento de sua receita, rentabilidade e, assim, de sua geração de caixa, seja porque as medidas podem não ter o resultado esperado, seja por incapacidade de colocar em prática algumas medidas. Operações de vendas de ativos que estão incluídas nesse planejamento, como de terreno da antiga fábrica em Porto Alegre, RS, e da operação de capacetes, pode não ser realizada ou ser realizada em condições menos favoráveis para a Companhia do que esperado.

A capacidade de alcance dessas metas depende de uma variedade de fatores, incluindo, por exemplo, a introdução de novos produtos que atendam aos interesses do mercado consumidor e proporcionem boa rentabilidade à operação, a curva de demanda, a qualidade dos produtos, os custos de produção, entre outros.

Se não tivermos êxito em implantar as principais iniciativas que fazem parte de nossa estratégia de gestão de marca, reforçando a credibilidade e a admiração do consumidor no Brasil e no exterior por nossos produtos, nossas vendas podem ser afetadas, trazendo dificuldades para mantermos geração de caixa suficiente e, portanto, para arcar com nossas obrigações operacionais e financeiras.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nosso sucesso depende, notadamente, da qualidade, confiabilidade e segurança de nossos produtos.

Eventual falha no controle de qualidade e nos testes realizados com nossos produtos podem causar sérios danos e fazer com que nossos produtos sejam considerados defeituosos ou inseguros. Se tal situação é fato para muitas indústrias, no nosso caso, com a produção e comercialização de armas, o risco é potencializado, dado o caráter do produto. Se falharmos em manter a qualidade, confiabilidade e segurança de nossas armas, a Companhia poderá sofrer danos com relação à sua imagem e reputação, perda de receita, além de processos indenizatórios, levando a efeito negativo material sobre o desempenho geral da Companhia e, no limite, à continuidade de suas atividades.

O não atendimento integral de normas específicas da indústria pode prejudicar a atividade operacional e/ou comercial e, consequentemente, o desempenho da Companhia.

Nosso segmento envolve o cumprimento de diversas normas internacionais e nacionais, não só com relação a especificações dos produtos, como também relacionadas à produção, transporte, comercialização desses produtos, segurança da área industrial e do estoque. As diversas exigências e normas nacionais e/ou internacionais relativas ao setor, podem, ainda, vir a ser alteradas e a Companhia não ser capaz de se adequar de forma ágil a tais determinações.

No caso de não cumprirmos com algum aspecto da vasta regulamentação estabelecida, a Companhia pode ser impedida de produzir e/ou comercializar seus produtos. Existem também exigências e licenças especiais para a exportação, seguindo regras e acordos internacionais. O não cumprimento das normas vigentes e/ou a não obtenção de autorizações, especialmente para a exportação (considerando que a maior parte da receita da Companhia advém das vendas externas), podem levar a perdas de negócios e afetar materialmente nossas atividades de forma adversa. Os riscos relacionados à legislação do setor estão detalhados no subitem “h)” deste item 4.1..

Estamos sujeitos a litígios diversos, sejam relacionadas aos produtos ou às atividades administrativas e operacionais em geral.

Podemos ser parte em processos administrativos e judiciais de natureza civil, administrativa, trabalhista fiscal e ambiental que demandem a dedicação de tempo de profissionais e executivos e recursos financeiros, eventualmente, envolvendo grandes montantes. Tais litígios têm a possibilidade de abalar a imagem da Companhia, prejudicar as vendas, causar prejuízos operacionais e financeiros. Os processos judiciais em curso nos quais a Companhia é parte e os riscos a eles associados podem ser encontrados nas seções 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

A concentração geográfica das vendas, com maior parte da receita proveniente do mercado norte-americano, deixa a Companhia com alto grau de exposição a eventuais limitações ou impedimentos legais para a comercialização de armas nesse país, assim como a outros fatores que levem à contração da demanda nos EUA.

Os EUA têm o maior mercado mundial de armas leves e, consequentemente, também a maior parte de nossa produção é direcionada ao atendimento do mercado civil norte americano. Em 2018, as vendas nos EUA representaram 74% da receita líquida consolidada da Taurus. Se por algum motivo - seja ele técnico, regulatório, fiscal, operacional, mercadológico, etc. – não tenhamos condições de acessar o mercado norte

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

americano, ou esse acesso seja limitado, as vendas totais e o resultado da Companhia serão materialmente afetados de forma negativa, podendo provocar redução de geração de caixa que torne inviável para a Companhia manter suas operações.

A expressiva participação das vendas externas faz com que as variações cambiais do Real frente à moeda norte-americana tenham influência relevante sobre nossa receita, que é contabilizada em moeda nacional. Também a maior parte da nossa dívida é registrada em moeda estrangeira, de modo que a variação cambial influencia diretamente o montante em Reais da dívida total, assim como as despesas financeiras referentes aos pagamentos periódicos dos juros e parcelas do principal dessa dívida.

Com 82% da receita do exercício de 2018 proveniente de vendas no exterior (EUA mais exportação para outros países), a desvalorização da moeda nacional frente ao dólar norte-americano influencia positivamente nossa receita e, portanto, nossos resultados, e, de forma inversa, a valorização do Real frente ao dólar norte-americano se reflete de forma negativa sobre nossa receita e nossos resultados.

Ao mesmo tempo, em 31/12/2018, 86,4% de nossa dívida era registrada em moeda estrangeira. Ainda que as receitas em dólares atuem como *hedge* natural para tal dívida, o valor registrado da dívida em moeda nacional aumenta ou diminui em função da variação cambial, assim como o valor relativo ao pagamento dos custos dessa dívida.

A terceirização de determinadas atividades, inclusive com a atuação de terceiros em nome da Companhia, pode levar à menor aderência às regras, normas e padrões estabelecidos pela Companhia, assim como pode representar menor garantia de continuidade de tais atividades.

Respondemos integralmente, perante nossos clientes e a sociedade em geral, por eventuais falhas em produtos ou na prestação de serviços, sejam eles realizados por empregados da própria Companhia ou por funcionários de empresas terceirizadas, que nem sempre estão sob a supervisão total da Companhia. Eventuais falhas ou procedimentos não adequados por parte desses terceiros pode vir a prejudicar nossa imagem, nossas atividades e, consequentemente, nossos resultados. Adicionalmente, a interrupção temporária ou a descontinuidade da prestação de serviços por parte de empresas terceirizadas poderá afetar a qualidade e a continuidade dos negócios, pondo em risco a capacidade de cumprir com compromissos comerciais.

Também a perda ou o vencimento de acordos com terceiros contratados ou a impossibilidade de renovar esses acordos ou negociar novos acordos com outros provedores em condições comparáveis podem prejudicar nosso desempenho comercial e financeiro.

A Companhia frequentemente é representada por terceiros, como representantes de vendas independentes, consultores, agentes e distribuidores. As ações desses agentes podem afetar adversamente nossos resultados, caso ingressem em acordos pouco rentáveis ou até prejudiciais para os negócios, ou se os conduzirem de maneira que venha a denegrir a imagem da Companhia no mercado.

A interrupção/redução das atividades em nossas unidades industriais, seja no Brasil ou nos EUA, assim como a ocorrência de quaisquer fatores que prejudiquem o estoque de produtos, ou que dificultem ou impeçam a logística de transporte de produtos, pode afetar adversamente a Companhia. Adicionalmente, nossas apólices de seguro poderão não ser suficientes para cobrir os prejuízos relacionados às nossas atividades.

A Companhia mantém atualmente duas unidades industriais, sendo uma no Rio Grande do Sul, Brasil, com capacidade de produção de 1 milhão armas/ano, e uma na Flórida, EUA, com capacidade de produção de 400

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

mil armas/ano. A unidade industrial dos EUA está em fase de transição para a nova fábrica no estado norte-americano da Georgia, onde terá capacidade anual de produção de 800 mil armas/ano. A interrupção/redução das atividades em uma ou ambas as unidades operacionais, seja por motivos de força maior, como desastres naturais, seja por outros motivos que não consigamos contornar, como greves, problemas de transporte, não recebimento de matérias primas, dificuldades na transição da operação industrial dos EUA da Flórida para a Georgia, entre outros, pode afetar de forma negativa nossos negócios e, consequentemente, nossos resultados.

Adicionalmente, nossas apólices de seguro contratadas podem não ser suficientes para cobrir eventuais sinistros em nossos ativos ou perdas por lucros cessantes em função de interrupção na produção e/ou comercialização decorrente de tais danos. Podemos ainda não ser capazes de renovar nossas apólices de seguro. Ambas as situações podem afetar adversamente nossos negócios e resultados.

A realização de parcerias ou alianças pode ser importante para o desenvolvimento dos negócios e crescimento da Companhia, mas podemos não ter sucesso em estabelecer tais parcerias ou alianças estratégicas

Podemos fazer alianças ou parcerias estratégicas com outras empresas para nos beneficiar de oportunidades de negócios consideradas atrativas, como o acordo assinado (MoU) com empresa indiana para possível instalação de fábrica nesse país. No entanto, não há garantia de que tais parcerias ou alianças estratégicas ocorrerão, quando ocorrerão ou, em ocorrendo, se terão sucesso. A capacidade de ampliar seus negócios com êxito por meio de parcerias ou alianças estratégicas bem-sucedidas depende de diversos fatores, muitos dos quais fora de nosso controle, incluindo a nossa capacidade de negociar condições favoráveis para a Taurus em tais parcerias ou alianças. Além disso, nossas expectativas quanto aos benefícios resultantes dessas parcerias poderão não se concretizar. A impossibilidade de desenvolver com sucesso parcerias ou alianças estratégicas poderá impactar adversamente os negócios.

A perda de membros da nossa administração e/ou a incapacidade de atrair, reter e treinar pessoal chave pode afetar a continuidade da adoção do plano estratégico, a condução dos negócios e nossos resultados.

Não é possível garantir que a Companhia terá sucesso em reter os atuais executivos. Na hipótese de membros da administração virem a deixar seus cargos, também não há garantia que a Companhia tenha êxito em contratar e reter substitutos com as qualificações adequadas. Caso a Companhia não tenha êxito em reter e atrair administradores qualificados, a continuidade do plano estratégico e a eficiência das operações poderão ser afetadas, trazendo potencial impacto negativo sobre o fluxo de caixa, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

A Companhia poderá captar novos recursos no mercado de valores mobiliários, além do aumento de capital em curso, aprovado pelo Conselho de Administração em 05/10/2018, o que poderá acarretar a diluição da participação de seus atuais acionistas.

A Companhia, poderá voltar a recorrer ao mercado de capitais como forma de aumentar seu capital e financiar suas atividades, com a emissão de novas ações. Qualquer emissão adicional poderá resultar na diluição da participação de acionistas, se os mesmos não optarem por acompanhar o aumento de capital, como lhes é garantido o direito por lei, adquirindo novas ações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Titulares de ações de nossa emissão não receberam dividendos relacionados aos resultados líquidos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 e, caso não sejamos capazes de reverter o resultado líquido negativo da Companhia, nossos acionistas poderão continuar não recebendo dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Não sendo possível reverter o resultado líquido negativo, ou mesmo na hipótese de verificação de resultado líquido positivo, caso o nosso Conselho de Administração informe à assembleia geral de acionistas que o pagamento de proventos é incompatível com a nossa situação econômico-financeira, poderá não haver qualquer tipo de pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos titulares de ações de nossas ações.

Mudanças na legislação, com restrições ou aumento na taxação com relação à circulação de capitais para fora do Brasil podem prejudicar a capacidade ou onerar os titulares de ações da Companhia residentes no exterior em receber dividendos e valores de sua alienação.

O Governo Federal pode determinar restrições temporárias à conversão da moeda brasileira em moedas estrangeiras e à remessa de recursos para investidores estrangeiros dos resultados de seus investimentos no Brasil. A legislação brasileira permite ao Governo Federal impor tais restrições sempre que houver grave desequilíbrio na balança de pagamentos do Brasil ou razões para prever tal desequilíbrio.

Limitações semelhantes, se impostas, poderão prejudicar ou impedir a conversão de dividendos, as distribuições ou as receitas decorrentes da alienação das ações da Companhia de Reais para outras moedas e, consequentemente, a remessa desses para o exterior.

b) a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos seus demais acionistas.

Em fevereiro de 2015, após a aprovação do CADE, a CBC – Companhia Brasileira de Cartuchos – passou a exercer seus direitos políticos como controladora da Forjas Taurus S.A., decorrente de um processo aumento de capital iniciado em 2014. Para mais informações sobre o controlador da Companhia, veja o item 15 deste Formulário de Referência.

O acionista controlador tem poderes para:

- eleger a maioria de membros de nosso Conselho de Administração, Conselho Fiscal e nomear os diretores executivos, definindo a política da administração;
- vender ou transferir sua participação acionária na nossa Companhia; e
- determinar o resultado de deliberações que exijam a aprovação dos acionistas, incluindo transações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alterações estatutárias, aquisição e alienação de ativos, bem como parcerias e condições e valores para pagamento de dividendos futuros, entre outros.

Quaisquer das decisões do controlador, ainda que tomadas visando o melhor interesse da Companhia, podem ser conflitantes com os interesses de parte de nossos acionistas minoritários e podem resultar em conflitos entre nossos acionistas.

c) a seus acionistas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O nível de liquidez do mercado de capitais brasileiro e, especialmente, das ações de nossa Companhia, assim como o nível de volatilidade das cotações e, no caso das ações ON da Companhia, o limitado* free float*, pode limitar a capacidade de investidores para negociar as ações da Companhia pelo preço que considerem adequado e/ou no tempo desejado.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os mercados relevantes de valores mobiliários internacionais. As ações de nossa Companhia, considerada uma empresa "small cap" (pequena capitalização), em especial, têm maior volatilidade em preço e menor liquidez. Essas características podem limitar a capacidade de os acionistas da Companhia obterem êxito na negociação de suas ações no preço e na data desejados, afetando adversamente os preços de negociação das ações de emissão da Companhia.

Adicionalmente, fatores alheios ao controle da Companhia, tais como recomendações de analistas de mercado ou alterações nas condições do mercado financeiro, podem ter efeito significativo na cotação das ações da Companhia.

Não podemos garantir que acionistas com posições relevantes permanecerão titulares de suas posições na Companhia e a eventual saída desses acionistas poderá afetar adversamente a cotação das ações da Companhia.

A saída ou diminuição de participação de acionistas com maiores posições em nosso capital social, ou mesmo a percepção do mercado de que tais vendas podem ocorrer, podem impactar adversamente o valor de mercado das ações de nossa Companhia.

d) a suas controladas e coligadas

O desempenho da Companhia depende dos resultados de suas subsidiárias e controladas, os quais podem não ser favoráveis ou não estarem disponíveis.

A Companhia controla diversas sociedades, sendo que a capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras depende do fluxo de caixa e dos lucros de suas subsidiárias e controladas, bem como da distribuição desses lucros. A maior parte da nossa receita provém das vendas no mercado norte-americano, a partir de resultado de subsidiárias nesse país.

Não há garantia de que tais recursos serão disponibilizados à Companhia ou que sejam suficientes para o cumprimento de suas obrigações financeiras e para o pagamento de dividendos aos titulares de valores mobiliários da Companhia. A não disponibilização desses recursos ou a insuficiência dos mesmos pode causar efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

A Companhia poderá não obter êxito no recebimento dos pagamentos referentes à alienação da Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.

A Forjas Taurus S.A. realizou a venda da controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda., sediada no Distrito Industrial de Gravataí (RS), para a Renill Participações Ltda., pertencente ao Grupo SüdMetal, conforme Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças assinado entre as partes em junho de 2012, alterado em setembro de 2013 por aditivo. O valor repactuado no aditivo foi de R$ 57,5 milhões, envolvendo o pagamento de parcelas até junho/2022, com correção dos valores pela TJLP e juros de 1,8% ao ano, contados a partir da data da assinatura do Contrato original (junho/2012). Ainda em 2012, a Companhia provisionou o valor residual desse contrato.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

e) a seus fornecedores

Nossos negócios podem ser prejudicados por eventual falha ou interrupção no fornecimento de materiais.

Nossos negócios demandam o fornecimento estável e adequado de matérias primas. Tal fornecimento pode apresentar atrasos ou mesmo interrupção, ainda que temporária, o que tem o potencial de afetar negativamente nosso processo industrial e, portanto, nossos negócios.

Em casos de greves, eventos de força maior ou quaisquer outros fatores que impeçam um ou vários de nossos fornecedores de manter a entrega regular dos materiais, nossa operação pode ser temporariamente afetada. Ainda, em crises econômicas do mercado como um todo, ou setoriais, em relação às atividades meio e/ou fim do grupo de fornecedores em geral, podemos encontrar dificuldades em obter de nossos fornecedores atuais a qualidade e/ou a quantidade de suprimento dos materiais que necessitamos, assim como de encontrar substitutos adequados para tais fornecedores.

No segmento de Defesa e Segurança, nossa principal área de atuação, temos relativa concentração de fornecedores, inclusive em razão das especificações que exigimos dos mesmos, o que pode representar maior grau de dependência frente a alguns desses fornecedores. Especialmente nesses casos, podemos não ser capazes de obter as matérias primas de que precisamos em nossas operações em quantidade suficiente, com a qualidade exigida, no prazo demandado e em condições de preço adequadas.

Eventuais aumentos excessivos de preços ou dificuldades em estabelecer/renovar acordos com fornecedores em condições adequadas para a Companhia pode levar à redução da rentabilidade das operações. Dificuldades com fornecedores podem também causar atrasos e perdas de pedidos dos clientes, perdas de receitas e custos extras de fabricação, podendo prejudicar nossa imagem, nossas atividades e nosso desempenho de maneira adversa e significativa.

f) a seus clientes

A conjuntura política e econômica do Brasil e de outros países onde atuamos pode influenciar o desempenho de nossas vendas

O foco dos nossos negócios está ligado ao setor de segurança – pública, militar e privada – e, portanto, nossas vendas têm importante grau de correlação com os investimentos dessa área, tanto no Brasil como nos demais países em que atuamos.

Nossas vendas nos EUA são direcionadas, basicamente, para o consumidor pessoa física, classificado como CAC (Caçador, Atirador e Colecionador). Em 2018, nossas vendas para esse país foram responsáveis por 74% da nossa receita líquida consolidada. Assim, a política interna desse país com relação ao porte de armas, assim como o apetite do consumidor norte-americano para esse tipo de produto, a imagem de nossas marcas com esse público e a conjuntura econômica norte-americana têm forte potencial para afetar nossas vendas, impactando nossos resultados.

Tendo em vista que o principal mercado consumidor de armas é o norte-americano, sempre que há risco de restrição ao uso de armas, risco político, risco de terrorismo, risco de catástrofes naturais ou, se de fato ocorrerem, verifica-se antecipação de compras, que pode não se sustentar ao longo tempo, voltando aos patamares normais de crescimento.

Havendo aumento da curva de demanda no mercado norte-americano, seguido de repentina e inesperada retração, a Companhia poderá realizar investimentos para adequar sua produção de modo a suprir as necessidades imediatas do mercado e, posteriormente, ter que arcar com a não realização do retorno esperado em relação aos investimentos realizados, o que poderia afetar negativamente os seus resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Eventuais litígios envolvendo a Companhia em decorrência de incidentes com produtos de Defesa e Segurança poderão afetar o caixa da Companhia, ou ainda, prejudicar sua reputação

Dada a periculosidade inerente à natureza dos produtos de Defesa e Segurança, podemos ser alvo de litígios por parte de consumidores, decorrentes de incidentes envolvendo tais produtos. Ainda que os processos de fabricação dos produtos de Defesa e Segurança sigam rígidas normas e padrões de qualidade e segurança, caso reste comprovada a responsabilidade da Companhia em decorrência de falha ou mau funcionamento de seus produtos, poderemos ter que arcar com o pagamento de elevadas indenizações e custos processuais, o que pode afetar adversamente nosso caixa, assim como nossa imagem, com efeito adverso sobre vendas futuras e, portanto, sobre nosso desempenho.

g) ao setor de atuação

A maior participação de empresas estrangeiras do setor bélico no Brasil teria impacto sobre nossas vendas no mercado nacional.

Atuamos com foco na produção e comercialização de armas, com vendas no mercado nacional e internacional. No mercado internacional, atuam empresas de diferentes países e a concorrência se dá em função da diferenciação e qualidade dos produtos, mix oferecido, reconhecimento da marca e preço. Podemos perder ou não conseguir aumentar nossa participação no mercado perante os concorrentes internacionais atuais ou novos entrantes, caso não sejamos capazes de acompanhar a evolução das demandas do consumidor e a evolução tecnológica do setor. Se não formos capazes de atender à demanda de forma competitiva, poderíamos perder espaço no mercado internacional para competidores, o que levaria à redução da receita e da rentabilidade de nossas atividades, prejudicando de forma relevante os resultados da Companhia. Se não formos capazes de ampliar nossa participação no mercado internacional, podemos não alcançar o crescimento dos negócios e, portanto, também o crescimento da geração de valor para nossos acionistas.

No Brasil, a concorrência no setor é bastante restrita. Com poucos produtores locais, o maior concorrente no setor atua no segmento de armas pesadas, que não é nosso foco. O mercado brasileiro de armas é relativamente protegido com relação à entrada de empresas de outros países em função de barreiras legais e econômicas, ainda que não exista a efetiva proibição para empresas estrangeiras ingressarem no mercado.

No caso de empresas estrangeiras atuantes nos mesmos segmentos em que atuamos (armas leves) virem a se estabelecer no mercado brasileiro, haveria maior pressão da concorrência e possível perda de parcela do mercado, hoje da Companhia. Poderia também haver pressão sobre os preços, com os novos entrantes buscando ganhar fatia de mercado e, assim, forçando a redução na rentabilidade de nossas operações. A redução das vendas e eventual contração das margens levaria à perda de parte da receita das vendas no mercado doméstico, afetando negativamente nossos negócios.

h) a regulação do setor de atuação

Nosso setor de atuação - Defesa e Segurança - é submetido à regulação no âmbito local e internacional e a manutenção de nossas atividades depende de atender rigorosamente tais regulamentações.

O setor de indústria e comércio de produtos e materiais bélicos em que a Companhia atua (produtos de Defesa e Segurança) é rigorosamente controlado pela Administração Pública, uma vez que atividades relacionadas ao setor constituem relevante interesse de segurança nacional.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Eventuais alterações adotadas nesse complexo e específico sistema regulatório podem influenciar direta e negativamente nossas atividades. Tais alterações podem ocorrer por meio de mudanças relacionadas aos procedimentos de concessão de autorizações para fabricação, importação, exportação, desembaraço alfandegário, comercialização e tráfego de materiais bélicos e correlatos. Além disso, a produção de armas de fogo e de coletes balísticos é fiscalizada pelo Exército Brasileiro por meio do DFPC – Departamento de Fiscalização de Produtos Controlados. Eventual incapacidade de atender plenamente à regulamentação atual ou outras que venham a ser criadas pode impedir que a Companhia mantenha suas atividades.

Novas exigências podem também acarretar aumento de nossos custos e/ou desestímulo das vendas de produtos, o que poderia prejudicar nossos resultados.

Mudanças na legislação, com maior restrição ou proibição das atividades relacionadas ao setor bélico, podem comprometer ou impedir a manutenção de nossas atividades.

O tratamento legislativo conferido ao setor da indústria e do comércio de produtos e materiais bélicos (produtos de Defesa e Segurança) pode vir a sofrer profundas mudanças em termos de restrição e/ou proibição das atividades a ele inerentes.

Como exemplo, o episódio do "Referendo do Desarmamento", ocorrido em 2005, no qual o Senado Federal submeteu à consulta pública a proibição, ou não, da comercialização de armas de fogo e munição em todo o território nacional. Na ocasião, a opinião pública optou pela continuidade da comercialização dos referidos produtos.

No caso de ser estabelecida legislação mais restritiva ou impeditiva em relação às atividades do setor no Brasil, nossas vendas no mercado nacional seriam afetadas e poderia haver a necessidade de readequar nossa estrutura produtiva, inclusive avaliando a viabilidade de manutenção de atividades industriais no Brasil, o que poderia afetar de forma material o desempenho de nossos negócios.

Mudanças na regulamentação ambiental com relação às atividades do setor podem demandar novos investimentos e/ou maiores despesas recorrentes, e o eventual descumprimento de tais normas pode resultar em responsabilizações cíveis, criminais e administrativas.

Estamos sujeitos à legislação ambiental editada por quaisquer dos três níveis de entes da Federação, assim como a seus regulamentos, autorizações e licenças que abrangem, dentre outras questões, a destinação dos resíduos e das descargas de poluentes na água e no solo.

Qualquer descumprimento de tais normas ou falha na obtenção ou na renovação de atos de consentimento do poder público pode resultar na aplicação de responsabilizações cíveis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas, reparação dos danos, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além da repercussão negativa para nossa imagem.

Dedicamos recursos financeiros e operacionais para cumprir as exigências normativas e do poder público. Devido à possibilidade de novos regulamentos ou de outros eventos não previstos, especialmente considerando que as normas ambientais se tornarem mais rigorosas no Brasil, o montante de recursos e o prazo necessários para futuros gastos voltados à manutenção da conformidade com tais normas pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para investimentos nas atividades operacionais, comerciais e outros, o que pode afetar nosso desempenho e nossos resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

i) aos países estrangeiros onde a Companhia atua

Eventual deterioração das condições econômicas e da estrutura do mercado norte-americanos podem afetar negativamente nossos resultados.

Assim como já comentando no subitem a) deste item 4.1., nossa receita provém, em sua maior parte, das vendas realizadas no mercado norte-americano e, portanto, eventuais alterações na legislação sobre armas desse país – com eventuais maiores restrições à comercialização e /ou posse de armas – ou retração da demanda em razão de condições econômicas, teriam considerável efeito adverso sobre o desempenho e os resultados da Companhia.

A nossa atuação em países estrangeiros depende do regulamento desses países com relação às nossas atividades, bem como de suas políticas de importação.

Nossa atividade - produção e comercialização de armas leves - está diretamente relacionada às imposições regulatórias dos países nos quais atuamos, inclusive as políticas de importação por eles adotadas. Eventuais alterações dos tratamentos normativos estrangeiros ou mesmo de cunho supranacional podem provocar a constrição, limitação ou proibição das atividades de produção e comércio de nossos produtos nesses países, o que afetaria negativamente nossos resultados financeiros.

A instituição de barreiras protetivas por países no qual atuamos, pode limitar ou suprimir as exportações, afetando diretamente o faturamento e, consequentemente, nosso resultado.

Eventuais restrições ou limitações à repatriação de lucros nos países em que atuamos fora do Brasil podem prejudicar o desempenho dos negócios.

Parte de nossas operações estão localizadas no exterior. Atualmente, não há qualquer restrição à repatriação de lucros para o Brasil nos países em que atuamos. Contudo, não há garantia de que restrições não venham a ser impostas. Caso isso ocorra, nossos resultados poderão ser negativamente afetados de forma material.

j) a questões socioambientais

Nossas operações estão sujeitas a extensa regulamentação ambiental e pode nos expor a responsabilidades caso não sejamos capazes de cumprir tais regulamentações.

Conforme apresentado no subitem h) deste item 4.4., nossas atividades se submetem a grande variedade de leis, regulamentações e exigências de licenças federais, estaduais e municipais relacionadas a questões ambientais, o que nos deixa, consequentemente, expostos a reparações civis, sanções criminais e ordens de fechamento por descumprimento, dentre outras sanções administrativas.

Tais leis, regulamentações e licenças exigem a aquisição e instalação de dispendiosos equipamentos para controle da poluição, ou que sejam feitas modificações operacionais para mitigar impactos reais ou potenciais no ambiente e/ou na saúde dos funcionários.

Não podemos prever se precisaremos incorrer em gastos futuros significativos para cumprir as leis ambientais. Temos a obrigação de eliminar a contaminação resultante de nossas atividades operacionais e podemos ter que pagar multas, bem como, responder a processos judiciais relacionados a questões ambientais, o que pode impactar nossos resultados.

O não cumprimento dessas leis e regulamentações (incluindo a não obtenção ou manutenção das licenças ambientais relevantes, bem como o não cumprimento das condicionantes técnicas impostas no processo de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

licenciamento ambiental) pode sujeitar a multas administrativas, interrupção compulsória de atividades e sanções criminais, além da obrigação de sanar os danos e pagar indenizações ambientais e a terceiros, sem qualquer teto. Ademais, a legislação ambiental brasileira adota o sistema de responsabilidade civil objetiva, individual e solidária para danos ambientais, o que torna o causador da poluição responsável, independentemente de culpa ou dolo, o que pode nos fazer responsáveis, de forma isolada e solidaria, pelas obrigações de nossos fornecedores ou clientes.

Nos termos das leis ambientais brasileiras, podemos ser considerados objetivamente responsáveis por todos os custos relacionados a qualquer contaminação em nossas atuais ou antigas instalações, assim como em locais de descarte de resíduos de terceiros usados pela Companhia. Também podemos ser considerados responsáveis pela contaminação do solo ou águas subterrâneas, ou outros tipos de dano ambiental, nas áreas de nosso parque fabril ou em comunidades ao redor dele.

Não é possível prever se novas regras mais limitantes ou interpretações mais restritivas e rígidas das leis e regulamentos existentes serão adotadas, o que pode nos levar a gastar recursos adicionais para nos adequar à legislação ambiental. Os custos relativos ao cumprimento das leis ambientais e de saúde e segurança, atuais e futuras, bem como obrigações originárias de descartes de resíduos passados ou futuros, ou a exposição a substâncias perigosas, podem afetar negativamente nossos resultados. Podemos, ainda, sermos forçados a interromper certas atividades operacionais até que medidas corretivas sejam adotadas.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Assim como toda Companhia, estamos expostos a riscos de mercado, ou potenciais perdas resultantes da flutuação das condições do mercado em geral, que atuam de forma sistêmica, como o risco de variação da taxa de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações e mesmo de crédito em função de condições macroeconômicas.

Política e conjuntura econômicas

Eventual instabilidade do cenário político-econômico do País ou dos países onde atuamos poderá afetar de forma adversa nossos resultados operacionais, nossa situação econômico-financeira e a cotação de nossas ações.

As políticas governamentais e as ações referentes à economia brasileira se refletem nas atividades das companhias. Uma conjuntura econômica recessiva, a eventual não aprovação pelo Congresso de reformas essenciais ao crescimento da economia brasileira, a ocorrência de alta da inflação, a oscilação da taxa de juros, entre outros fatores, representam riscos ao mercado em geral. Nossos fornecedores podem vir a ter dificuldades para manter suas atividades, nos forçando a buscar novos fornecedores. As polícias e as forças armadas, principais clientes da Taurus no mercado brasileiro, podem reduzir sua compras de armas em razão de contenção de despesas governamentais. O aumento das taxas de juros pode onerar nossas despesas financeiras e, também, reduzir o interesse do investidor no mercado de renda variável, reduzindo a liquidez e pressionando a cotação das ações. Não temos como prever as medidas ou políticas que serão adotadas no futuro.

Da mesma forma, a retração econômica em outros países onde atuamos pode ter efeitos adversos sobre nossas vendas, nossos resultados e sobre a cotação das ações de nossa Companhia. A economia brasileira é afetada por condições de mercado e econômicas internacionais em geral, especialmente as condições econômicas dos Estados Unidos. Também, o mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado, em vários graus, pela economia global e pelas condições do mercado. Crises econômicas ou a adoção de determinadas políticas econômicas em outros países, como o aumento das taxas de juros, especialmente nos EUA, podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, afetando negativamente o preço das ações.

Políticas governamentais relacionadas a armas

Nossas vendas e, portanto, o desempenho dos nossos negócios, podem ser afetados negativamente por políticas mais restritivas em relação à posse de armas, tanto no Brasil como nos demais países onde atuamos, especialmente os EUA, responsável pela maior parte da nossa receita.

Variação cambial

A desvalorização do Real frente ao dólar norte-americano e a outras moedas poderá criar pressão inflacionária adicional no Brasil levando ao aumento da taxa de juros, o que poderia afetar negativamente a economia brasileira como um todo. Já a excessiva valorização do Real poderia levar à deterioração da balança de pagamentos do País e obstruir o aumento das exportações.

Nosso endividamento, na data deste Formulário de Referência, é tomado basicamente em moeda estrangeira, e, portanto, a desvalorização do real frente ao dólar norte-americano representa aumento da dívida e de seu custo em moeda nacional, pressionando nossas despesas financeiras e, portanto, o resultado da Companhia. Por outro lado, como nossa receita é, em sua maior parte, proveniente de vendas no exterior, a desvalorização do real proporciona ganho da receita quando contabilizada em moeda nacional.

Considerando os riscos relacionados à variação cambial, elaboramos análise de sensibilidade onde, para 2019, o cenário base provável foi definido com base em premissas disponíveis no mercado (Relatório Focus do Banco Central do Brasil), com variação de 25% e 50% sobre variações cambiais consideradas no cenário provável.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

	Taxa 2018	Cenário provável 2019	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
US dólar – BAIXA	3,8748	3,8000	2,8500	1,9000
US dólar - ALTA	3,8748	3,8000	4,7500	5,7000

Sensibilização da variação da moeda estrangeira:

		Saldo em 2018	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Ativo - Baixa do dólar					
Contas a receber	Dólar - USD	**18.928**	-373	-6.806	-19.673
Passivo - Alta do dólar					
Empréstimos e financiamentos	Dólar - USD	**-182.000**	3.583	-33.534	-58.278
Fornecedores	Dólar - USD	**-10.010**	197	-1.844	-3.205
Adiantamentos de câmbio	Dólar - USD	**-11.303**	222	-2.261	-3.619
Adiantamento de clientes	Dólar - USD	**-20.078**	395	-3.699	-6.429
Outros	Dólar - USD	**-3.792**	75	-699	-1.214

Para os saldos de ativos, a análise considerou queda na taxa de câmbio e as perdas decorrentes de variação negativa da moeda, enquanto para os saldos passivos, considerou alta na taxa de câmbio e as perdas decorrentes de variação positiva da moeda nacional.

Taxa de Juros

As taxas de juros elevadas podem afetar negativamente o resultado da nossa Companhia, aumentando o custo do endividamento e, portanto, de nossas despesas financeiras, reduzindo nossa disponibilidade de caixa e prejudicando nossa capacidade de pagamento das obrigações assumidas.

Em 31 de dezembro de 201, consideramos um cenário provável em 2019 para a taxa CDI de 6,40% e TJLP de 6,98%. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

Moeda	2018	Cenário provável	Cenário possível Δ 25%	Cenário remoto Δ 50%
CDI - baixa	6,40%	6,40%	4,80%	3,20%
CDI - alta	6,40%	6,40%	8,00%	9,60%
TJLP	6,98%	7,00%	8,75%	10,50%
SELIC	6,40%	6,50%	8,13%	9,75%
LIBOR 30 dias	2,38%	2,38%	2,97%	3,57%
LIBOR 3 meses	2,50%	2,50%	3,13%	3,75%
LIBOR 6 meses	2,75%	2,75%	3,44%	4,13%

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

			Ganho (Perda)		
	Indexador	Saldo 2018	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Ativo					
Aplicações financeiras	CDI - baixa	6.058		-97	-194
Passivo					
Empréstimos	CDI - alta	-141.782		-2.269	-4.537
Empréstimos	TJLP	-4.151	-1	-73	-146
LIBOR 30 dias	LIBOR Overnight	-126.799		-761	-1.509
LIBOR 3 meses	LIBOR 30 dias	-529.211		-3.334	-6.615
Impostos parcelados	SELIC	-3.297	-3	-57	-110

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando

Processos tributários

Execução Fiscal n. 5076012-70.2014.4.04.7100	
a. juízo	14ª Vara Federal de Porto Alegre
b. instância	2ª
c. data da instauração	12/10/2014
d. partes do processo	Autor: Taurus Armas S.A, Taurus Máquinas-Ferramenta e Taurus Blindagens Ltda.
	Réus: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás e União Federal
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 9.041.059,03
f. principais fatos	Cumprimento de Sentença. Processo originário 0006055-92.1999.404.7100 – Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 5.123.705,09

Processo Judicial n. 00046960320128260053	
a. juízo	3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo
b. instância	3ª
c. data da instauração	26/12/2011
d. partes do processo	Autor: Taurus Blindagens Ltda.
	Réu: Estado de São Paulo
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 7.008.017,94
f. principais fatos	Anulação de crédito tributário – multa de ofício
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 12.941.751,31

Processo Judicial n. 0026050-46.2016.8.21.0033	
a. juízo	4ª Vara Cível de São Leopoldo
b. instância	1ª
c. data da instauração	06/10/2016
d. partes do processo	Autor: Município de São Leopoldo
	Réu: Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 13.697.857,03
f. principais fatos	Cobrança de ISS
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 16.156.622,36

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processos Cíveis e Comerciais

Processo Judicial n. 001/1.14.0286474-5	
a. juízo	3ª Vara Cível de São Paulo
b. instância	1ª
c. data da instauração	21/10/2014
d. partes do processo	Autor: Sphere System Ltda.
	Réu: Taurus Armas S.A.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 7.576.678,68
f. principais fatos	Indenizatória
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 8.843.748,63

Processo Judicial n. 015/1.05.0004978-0	
a. juízo	2ª Vara Cível de Gravataí
b. instância	1ª
c. data da instauração	30/01/2018 (reautuação como cumprimento de sentença)
d. partes do processo	Autor: T. Investments Co. Inc. e Taurus Máquina-Ferramentas Ltda.
	Réu: Wotan Máquinas Ltda.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 4.430.000,00
f. principais fatos	Cumprimento de Sentença – Acordo
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 4.430.000,00

Processo Judicial n. 1:16-cv-21606	
a. juízo	Corte do Estado da Flórida (EUA)
b. instância	1ª
c. data da instauração	05/05/2016
d. partes do processo	Autor: William Burrow, Oma Louise Burrow, Suzanne M. Bedwell e Ernest D. Bedwell
	Réu: Taurus Armas S.A. e Braztech International LC.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 27.433.584,00
f. principais fatos	Ação Coletiva
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 27.433.584,00

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processos trabalhistas

Reclamatória Trabalhista n. 0020984-78.2015.5.04.0022	
a. juízo	22ª Vara do Trabalho de Porto Alegre (RS)
b. instância	1ª
c. data da instauração	02/09/2015
d. partes do processo	Autor: M.A. C.
	Réu: T. A. S.A.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 8.700.000,00
f. principais fatos	Horas extras, adicional de sobreaviso, nulidade do regime compensatório, adicional de insalubridade e periculosidade, indenização e danos morais.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 8.700.000,00

Reclamatória Trabalhista n. 0000720-88.2014.5.04.0373	
a. juízo	3ª Vara do Trabalho de Sapiranga (RS)
b. instância	1ª
c. data da instauração	26/05/2014
d. partes do processo	Autor: V.Z.R.
	Réu: T.M.F. e outros
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 6.068.244,65
f. principais fatos	Pedido de redirecionamento da execução.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 7.178.971,54

Reclamatória Trabalhista n. 0000276-58.2014.5.04.0372	
a. juízo	2ª Vara do Trabalho de Sapiranga (RS)
b. instância	1ª
c. data da instauração	26/05/2014
d. partes do processo	Autor: A.L.S. e Outros
	Réu: Taurus Investimentos Imobiliários Ltda. e outros
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 11.504.697,57
f. principais fatos	Pedido de redirecionamento da execução.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 12.697.256,47

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processos Administrativos

Processo Judicial n. 2006.34.00.007567-7 (0007480-39.2006.4.01.3400)	
a. juízo	13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
b. instância	2ª
c. data da instauração	07/03/2006
d. partes do processo	Autor: Taurus Armas S.A.
	Réu: União Federal e Glock America S.A.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 5.118.750,00
f. principais fatos	Anulação da Licitação e Indenização
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 5.118.750,00

Processo Administrativo Sancionatório n. 002/30/16	
a. juízo	Polícia Militar do Estado de São Paulo
b. instância	1ª
c. data da instauração	25/11/2016
d. partes do processo	Autor: Polícia Militar do Estado de São Paulo
	Réu: Taurus Armas S.A.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	Art. 87 da Lei n.º 8.666/93 c/c Art. 81 da Lei Estadual (SP) n.º 6.544/89.
f. principais fatos	Inexecução Contratual
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Não é possível estimar neste momento.

Auto de Infração n. 11065-720.453/2016-93	
a. juízo	Delegacia Regional de Julgamento em Ribeirão Preto (SP)
b. instância	1ª
c. data da instauração	15/03/2016
d. partes do processo	Autor: Receita Federal do Brasil
	Réu: Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 3.737.893,21
f. principais fatos	Glosa de créditos de prejuízo fiscal e base negativa
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 4.279.217,45

Processo Judicial n. 1027591-62.2017.8.26.0053	
a. juízo	10ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo
b. instância	1ª
c. data da instauração	22/06/2017
d. partes do processo	Autor: Estado de São Paulo
	Réu: Taurus Armas S.A.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 21.681.184,00
f. principais fatos	Indenização
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 9.839.706.93

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo Judicial n. 0803509-42.2017.4.05.8500	
a. juízo	2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe
b. instância	1ª
c. data da instauração	22/08/2017
d. partes do processo	Autor: Ministério Público Federal
	Réu: União Federal e Taurus Armas S.A.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 45.000.000,00
f. principais fatos	Condenatória
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 45.000.000,00

Processo Judicial n. 0713015-93.2018.8.07.0001	
a. juízo	1ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal
b. instância	1ª
c. data da instauração	11/05/2018
d. partes do processo	Autor: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Distrito Federal
	Réu: Taurus Armas S.A.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 11.656.223,90
f. principais fatos	Condenatória
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 11.656.223,90

Processo Administrativo n. 18/140400000370	
a. juízo	Secretaria do Estado da Fazenda do Rio Grande do Sul
b. instância	1ª
c. data da instauração	02/01/2018
d. partes do processo	Autor: Estado do Rio Grande do Sul
	Réu: Taurus Armas S.A.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 5.336.563,87
f. principais fatos	Glosa de créditos ICMS
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 5.336.563,87

Processo Administrativo n. 11065.721.776/2016-02	
a. juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
b. instância	2ª
c. data da instauração	24/06/2016
d. partes do processo	Autor: União Federal
	Réu: Taurus Armas S.A.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 6.468.601,56
f. principais fatos	Glosa de créditos
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 7.920.155,75

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processos Ambientais

Ação Civil Pública n.º 0000241-05.2001.8.16.0038	
a. juízo	Vara da Fazenda Pública da Comarca de Rio Grande (PR)
b. instância	1ª
c. data da instauração	22/05/2001
d. partes do processo	Autor: Taurus Blindagens Ltda. e Outros
	Réu: Ministério Público do Estado do Paraná
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	Não é possível avaliar o montante total envolvido.
f. principais fatos	Questionamento acerca da legalidade quanto à implantação das empresas Taurus Plast Produtos Plásticos Ltda, Taurus Blindagens Ltda em área de preservação permanente
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 200.000,00

Processo Administrativo 004761-05.67/14-0 – Auto de Infração 1109/2014	
a. juízo	Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roesseler (FEPAM) – Impugnação
b. instância	1ª
c. data da instauração	11/06/2014
d. partes do processo	Autor: Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roesseler
	Réu: Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 37.830,00
f. principais fatos	Disposição inadequada de resíduos e produtos químicos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 37.830,00

Processos Criminais

Processo Judicial n. 001/2.13.0009220-1	
a. juízo	9ª Vara Criminal da Comarca de Porto Alegre (RS)
b. instância	1ª
c. data da instauração	14/02/2013
d. partes do processo	Autor: Justiça Pública
	Réu: Taurus Armas S.A. e outros
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	Impossível estimar neste momento.
f. principais fatos	Crime ambiental
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Não é possível estimar o valor de perda neste momento.

4.3.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

Para os processos relevantes informados no item 4.3, o valor provisionado é de R$ 37,7 milhões de reais.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas

Em 31/12/2018 não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores que sejam individualmente relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas.

4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não se aplica.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Procedimento Arbitral n.º ---	
a. juízo	---
b. instância	---
c. data da instauração	---
d. partes do processo	Autor: Taurus Armas S.A.
	Réu:
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 115.350.000,00
f. principais fatos	---
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 115.350.000,00

Processo Judicial n.º ---	
a. juízo	---
b. instância	---
c. data da instauração	---
d. partes do processo	Autor:
	Réu:
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 7.025.012,40
f. principais fatos	---
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 7.025.012,40

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros

Na data deste formulário de referência, não há qualquer procedimento judicial, administrativo ou arbitral repetitivo ou conexo, baseado em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

4.6.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Não se aplica.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Na data deste formulário de referência, não existem outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8. Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar

a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos.

b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários.

c. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

d. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

e. outras questões do interesse dos investidores

Não se aplica, uma vez que a Companhia não é emissor estrangeiro.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

Em razão da renovação da Administração da Companhia e do processo de recuperação financeira que vem ocorrendo, a Política de Gerenciamento de Riscos está sendo revista. Dessa forma, na data de publicação deste Formulário, não há na Companhia uma política de Gerenciamento de Riscos formalizada.

Contamos, porém, com um Comitê de Auditoria e Riscos estatutário, formado por três membros do Conselho de Administração, sendo dois independentes. No dia a dia das atividades, o acompanhamento dos diferentes riscos aos quais nossa Companhia está sujeita é feito pela Diretoria, que reporta ao Comitê de Auditoria e Riscos. Todo o processo de identificação, análise, monitoramento e definição de procedimentos rotineiros para mitigar os riscos é acompanhado pelo Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria e Riscos.

Cabe aos diretores acompanhar revisar periodicamente os processos internos, identificando eventuais falhas e propondo melhorias sempre que necessário. Já o Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria e Riscos, além do acompanhamento a partir de relatórios e reuniões com a Diretoria, define as linhas estratégias a serem adotadas. A Diretoria deve facilitar e assegurar o acesso dos membros do Comitê, assim como das auditorias interna e externa, às instalações da Companhia e às informações e documentos necessários ao desempenho de suas funções.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

I. os riscos para os quais se busca proteção

II. os instrumentos utilizados para proteção

III. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Não se aplica, já que a Companhia, no momento, não tem Política de Gerenciamento de Riscos formalizada.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não se aplica, já que a Companhia, no momento, não tem Política de Gerenciamento de Riscos formalizada.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

Em razão da renovação da Administração da Companhia e do processo de recuperação financeira que vem ocorrendo, a Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado está sendo revista. Dessa forma, na data de publicação deste formulário não há política de Gerenciamento de Risco de Mercado formalizada.

Ainda assim, a análise constante dos riscos aos quais estamos expostos e que podem vir a afetar nossos negócios, situação financeira e resultados de nossas operações é prática na Companhia. Estamos constantemente monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar nossas atividades, assim como acompanhando nossos principais indicadores de desempenho econômico-financeiros e evoluções na regulação setorial.

Temos como direcionamento estratégico atuar firmemente no sentido de recuperar nossos indicadores de desempenho operacional e financeiro, dois aspectos que têm total interrelação, pois a geração de caixa a partir das atividades operacionais nos permite manter em dia com as obrigações financeiras. Por outro lado, a melhoria dos indicadores financeiros, a redução do custo da dívida e do grau de alavancagem financeira já começa a contribuir para a melhoria dos resultados da Companhia e, consequentemente, maior geração de valor para todos os nossos acionistas.

O sucesso da renegociação da dívida com sindicato bancário, em julho de 2018, nos proporcionou novo fôlego financeiro, base para que possamos trabalhar no sentido de levar a Companhia para novo patamar de resultados. Mantemos o foco na disciplina financeira de modo a seguir com nosso planejamento estratégico e, com isso, continuar obtendo sucesso no programa de reestruturação da Companhia e melhoria dos indicadores operacionais e financeiros.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

I. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

II. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

III. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

IV. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

V. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

VI. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Não se aplica, já que a Companhia, no momento, não tem Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado formalizada

c) a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

Não se aplica, já que a Companhia, no momento, não tem Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A nossa Diretoria avalia que o ambiente de controles internos da Companhia incorpora bom grau de confiança e está preparado para prevenir e detectar eventuais falhas. O nível de automatização garante eficiência e segurança dos processos, suportando a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis. Buscamos a evolução de nossos controles interno e garantir a confiabilidade de nossas demonstrações financeiras, conforme as normas e princípios contábeis estabelecidos.

Temos como principal ferramenta o sistema ERP SAP, o qual requer elevado nível de parametrizações para os perfis de acesso, segregações de função, alçadas de aprovação, etc. Para elaboração das demonstrações financeiras utilizamos como prática a revisão de lançamentos contábeis, que contempla análise e conciliação das contas dos grupos de receitas, estoques, despesas, custo, etc., tendo como base premissas de monitoramento e cruzamento das informações. No final desse processo, as demonstrações financeiras são apreciadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Eventuais imperfeições dos controles são tratadas primeiramente em nível operacional e, num segundo momento, pode envolver áreas de apoio, como a Controladoria, visando aprimorar os controles estabelecidos, ou ainda propor que novos procedimentos sejam criados de modo a fortalecer a estrutura de controle. Em uma terceira instância, pode haver o reporte ao Comitê de Auditoria e Risco e ao Conselho de Administração, juntamente com os planos de ação, responsáveis e prazos estabelecidos para correção dos pontos.

O Diretor Financeiro e de Relações com Investidores acompanha o processo de elaboração, avalia e aprova as demonstrações financeiras, que são revisadas pela auditoria independente e apresentadas para avaliação do Comitê de Auditoria e Risco. Antes da divulgação, as demonstrações financeiras são aprovadas pelo Conselho de Administração.

Consideramos que nossos controles internos são satisfatórios e garantem a confiabilidade das demonstrações financeiras.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

Em nossa estrutura, cada área e instância desempenha papel relevante no fornecimento dos dados que subsidiarão a elaboração das demonstrações financeiras.

Em um primeiro momento, os controles internos estão a cargo dos gerentes operacionais que administram os processos em suas respectivas áreas e instituem controles visando mitigar potenciais riscos de falhas. Cabe a eles supervisionar os processos e adotar ações corretivas para resolver eventuais deficiências que venham a ser detectadas nos controles de apuração dos dados.

Em segunda instância, a área de Controladoria monitora os controles executados pelos gerentes operacionais. Essa área consolida os dados e avalia a performance e os indicadores que auxiliam na gestão. O processo é acompanhado pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Os dados são então reportados ao Comitê de Auditoria e Risco que, por sua vez, se reporta ao Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia conta também com um Conselho Fiscal instituído que analisa as contas e aprova as demonstrações financeiras.

c) Se, e como, a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Eventuais deficiências são monitoradas pela área de controladoria e reportadas ao Comitê de Auditoria e Risco, o qual é composto por três membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo dois independentes.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

Seguem abaixo os itens apontados no relatório de recomendações dos auditores independentes (KPMG) sobre os controles internos da Companhia referente ao exercício encerrado em 31.12.2017:

Parte A - Novas recomendações

I - Recomendações para atenção dos responsáveis pela governança

a) Fragilidades no controle físico do ativo imobilizado

Situação observada

Verificamos que a Companhia não possui controle que mitigue o risco de ordens internas de imobilizado estarem abertas, mesmo com o imobilizado já ativado. Como exemplo, destacamos o item 90012536, que é um computador da DELL, recebido pela Companhia em novembro de 2017 e que consta como imobilizado em andamento até o presente momento.

Também verificamos que nem todos os ativos imobilizados possuem plaqueta de identificação, havendo também plaquetas com informação divergente. Não há uma periodicidade definida para a realização de inventário do ativo fixo.

Recomendação

Recomendamos que a Companhia crie um procedimento de transferência de imobilizado em andamento para imobilizado permanente, considerando a transferência da data da ocorrência.

Também recomendamos que a Administração efetue inventários físicos periódicos para o melhor controle de seu ativo fixo, com o consequente levantamento de quais bens não possuem plaqueta de identificação ou qualquer tipo de informação divergente entre o contábil e o físico.

Risco

Possíveis itens do ativo imobilizado da Companhia podem não estarem sendo depreciados, impactando o saldo e apresentação na demonstração financeira da Companhia.

b) Saldos iniciais pendentes de conciliação e processos de conciliação de direitos e obrigações com clientes, fornecedores e partes relacionadas em aberto

Situação observada

A Companhia mantém em sua base de adiantamento de clientes saldos referentes a cargas de migração do sistema SAPIENS para o atual sistema utilizado pela Companhia, SAP.

Obteve-se a composição analítica da conta de Adiantamento de Clientes, e ao ser efetuado o confronto com o saldo contábil de Contas a Receber identificou-se que em sua composição havia saldos pendentes de conciliação entre as contas, os quais foram substancialmente conciliados até a emissão das demonstrações financeiras.

Também identificamos saldos de adiantamento de clientes, mercado interno e externo, antigos, pendentes de compensação com o contas a receber em aberto.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Recomendação

Recomendamos que a Companhia realize a conciliação, compensação e baixa dos saldos de cargas iniciais abertos existentes.

Risco

Distorções na demonstração financeira da Companhia.

c) Formação do custo de estoque

Situação observada

Observamos que o reconhecimento dos respectivos custos se dá apenas quando do recebimento do conhecimento de frete (CTRC). Entretanto, esta informação pode não estar disponível à contabilidade quando do recebimento da mercadoria, em razão de não ter sido disponibilizada pela área de logística de forma tempestiva ou por não ter sido recebida pela entidade.
Também verificamos a análise da capacidade de realização do Produto Acabado, identificamos que ocorre a alocação do custo de sucata para alguns itens do estoque, como observado no produto 10012480 - RT 065 .357MAG 101MM (4") CAFO MPCH200

Recomendação

Recomendamos criar uma conta para apropriação do custo de sucata no resultado, com o propósito de não impactar o custo dos produtos.
Também recomendamos criar uma conta para apropriação do custo de sucata no resultado, afim de não impactar o custo dos produtos.
Também recomendamos a implementação de procedimentos que assegurem a devida identificação das documentações de transporte que deveriam ser registradas de acordo com a respectiva competência, evitando assim, reconhecimentos fora da devida competência.

Risco

Custo do item estar superavaliado.

d) Ausência de revisão/aprovação do controle corte da receita

Situação identificada:

O controle de corte da receita não passa por revisão e/ou aprovação da Administração. Adicionalmente, avaliamos o corte da receita de maneira substantiva ao final do primeiro trimestre de 2018, identificando divergências entre o saldo apontado pelo controle e o saldo efetivamente ajustado na receita.

Além disso, verificamos que não existe um teste sobre a integridade dos dados da base utilizada para validar a data de entrega das mercadorias.

Recomendação

Recomendamos que o controle contenha uma revisão por um profissional de maior nível de experiência e que contenha a aprovação de um outro profissional, contendo a segregação de funções.

Risco

Reconhecimento da receita fora de competência.

e) Ausência de revisão para alteração cadastral (dados bancários) de fornecedores

Situação observada

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Os dados cadastrais (razão social e CNPJ) dos fornecedores, como os dados bancários são registrados pelo setor fiscal. Adicionalmente identificamos que é possível fazer alterações no cadastro dos fornecedores, incluindo alterações dos dados bancários, e que não há nenhuma aprovação e gravação das alterações efetuadas.

Recomendação

Recomendamos a criação de procedimentos de revisão para as alterações de dados cadastrais de fornecedores, principalmente dados bancários.

Risco

A ausência de controles que previnam ou detectem alterações nos dados bancários dos fornecedores podem gerar alterações indevidas e aumento do risco de pagamentos indevidos.

f) Tabela de preços sem aprovação formal da Administração

Situação observada

Anualmente, a Administração da Companhia realiza a atualização da tabela de preços dos produtos. Essa atualização é definida através de uma reunião a qual não é formalizada. A tabela atualizada é repassada para o departamento comercial para atualização sistêmica e posteriormente enviada aos representantes por e-mail.

Recomendação

Recomenda-se a implantação de formalização em ata das reuniões que definem as atualizações efetuadas na tabela de preço.

Risco

A utilização de uma tabela desatualizada sistemicamente, o que resultaria em prática de preços divergentes pelos representantes e consequentemente possíveis perdas financeiras para a Companhia.

g) Volume considerável de chamados para ajuste de sistema em aberto na TI

Situação observada

Verificamos que a Companhia possui diversos chamados em aberto junto à equipe de TI de períodos antigos relacionados a custeio, estoque em poder de terceiro e outras solicitações do setor contábil e financeiro em aberto.
Abaixo elencamos alguns chamados observados:

Prioridade	ID	Título	Tipo	Prioridade2	Status	Data de abertura	Última atualização	Categoria
1	28558	Estratificação custo de produção	Incidente	Alta	Pendente	11/05/2018 14:20	04/02/2019 13:00	SAP > CO (Custos)
2	27360	Configuração ordens MTO	Incidente	Alta	Pendente	07/03/2018 13:45	06/02/2019 14:39	SAP > CO (Custos)
3	33508	Alterar contabilização de baixas de sucata de fábrica (SCRAP)	Requisição	Alta	Processando (atribuído)	25/01/2019 15:23	13/02/2019 08:39	SAP > CO (Custos)
4	33467	Relatório de Obsoletos não está buscando todo o estoque	Requisição	Alta	Processando (planejado)	24/01/2019 12:19	08/02/2019 11:30	SAP > CO (Custos)
5	27809	Alteração contabilização Polimetal	Incidente	Alta	Pendente	02/04/2018 16:24	22/01/2019 07:56	SAP > CO (Custos)
6	30333	Erro na valorização dos custos reais devido a Entradas e Consumc	Incidente	Alta	Processando (atribuído)	06/08/2018 08:27	13/02/2019 09:06	SAP > CO (Custos)
7	32274	CPV e margem com diferença na conciliação	Incidente	Alta	Processando (atribuído)	09/11/2018 14:34	09/11/2018 15:24	SAP > CO (Custos)
8	29988	Modificar variantes de custos ZFT1 e ZFT2 para configuração Taur	Requisição	Média	Processando (atribuído)	17/07/2018 17:52	08/10/2018 17:07	SAP > CO (Custos)
9	33525	Relatório de estoque com abertura por depósito	Requisição	Muito Alta	Processando (planejado)	28/01/2019 08:50	30/01/2019 09:07	SAP > CO (Custos)
10	31336	Relatório de Custos Médios Mensais/Ano	Requisição	Alta	Processando (atribuído)	24/09/2018 14:18	04/02/2019 14:15	SAP > CO (Custos)

Recomendação

Recomendamos que seja realizado a análise dos chamados em aberto da Companhia.

Risco

Chamados pendentes vinculados a dados que dão base para a demonstração financeira da Companhia podem gerar distorções nessa demonstração.

h) Lançamentos manuais sem revisão e aprovação

Situação observada

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Muitos dos lançamentos realizados de forma manual na Companhia não passam por uma revisão e aprovação. Como exemplo, citamos os lançamentos contábeis referentes aos registros das provisões contábeis, ajustes pertinentes a acertos nos estoques, entre outros. Entretanto, constatamos que não há controles internos preventivos ou detectivos com o objetivo de avaliar a adequação destes lançamentos contábeis manuais.

Recomendação

Sugerimos a implantação de processo de revisão e aprovação, por colaborador diferente e de nível hierárquico superior, para os lançamentos contábeis manuais registrados, a qual poderia seguir uma política de alçadas de aprovação adequada à Companhia.

Risco

A falta de revisão dos lançamentos contábeis manuais aumento o risco de erros, e consequentemente, de eventuais falhas na adequação e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

II - Outras recomendações para melhoria dos controles internos e dos procedimentos contábeis

a) Lista de procuradores desatualizada

Situação observada

Verificamos a relação de procuradores da Companhia, na data-base de 30 de junho de 2018, e verificamos que o Sr. Alessandro Souza Santos está presente nesta relação. Contudo o mesmo não encontra-se no quadro funcional da Companhia.

Recomendação

Recomendamos que a relação de procuradores da Companhia seja revista e atualizada.

Risco

Operação ser efetuada por pessoas desligadas da Companhia.

b) Ausência de formalização de revisão periódica / aprovação das informações contábeis

Situação observada

Verificamos que a Companhia não possui um procedimento de revisão e aprovação das demonstrações financeiras. Durante nossos trabalhos de revisão, identificamos saldos de períodos anteriores.
Identificamos também ausência de revisão e aprovação dos controles de conciliação nas seguintes contas: clientes, fornecedores, adiantamento de clientes, conciliação de cheques, estoques em poder de terceiro, contingências, adiantamento de fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, pensões vitalícias, ausência de compensação de devoluções de venda, aplicação financeira e conta vinculada e das baixas do ativo imobilizado.

Recomendação

Recomendamos que seja criado pela Companhia o procedimento de revisão das demonstrações financeiras.

Risco

Impactos na apresentação da demonstração financeira da Companhia.

c) Ausência de política formalizada para PECLD – Provisão Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa

Situação observada

A Companhia não possui política formalizada para provisão para créditos de liquidação duvidosa. Além disso, verificamos que a execução do controle não passa por uma revisão e aprovação da Administração.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Identificamos, no decorrer de nosso trabalho, pontos de revisão no cálculo da PECLD executada pela Sra. Karina Pereira (Financeiro), como erro de fórmulas e saldos incompatíveis com o saldo de clientes na data-base.

Recomendação

Recomendamos que a Companhia adote uma política para PECLD com base na norma IFRS 09. Adotar análises e critérios que considerem o risco de realização das contas a receber em aberto por cliente, tendo em vista as garantias existentes e negociação em andamento, para suportar a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Risco

Valores ativos registrados contabilmente sem perspectiva de realização, gerando apresentação inadequada das demonstrações financeiras.

d) Ausência de provisão para passivos não registrados

Situação observada

Verificamos na execução do teste de passivos não registrados referentes ao período de 2018, analisamos lançamentos em janeiro de 2019, na empresa Taurus Blindagens Ltda. que foram referem-se a documentos de 2018 e verificamos que há provisão registrada.

Recomendação

Recomendamos que a Companhia efetue o controle de passivos não registrados e que efetue o lançamento de provisão de acordo com a competência.

Risco

A ausência de análise de passivos não registrados pode ocasionar a apresentação inadequada das demonstrações financeiras.

e) Ausência de revisão e aprovação do controle de conciliação de bancos e empréstimos

Situação observada

Após efetuarmos o entendimento do controle de conciliação bancária, verificamos que o controle não passa por uma revisão e aprovação da Administração.
Também não identificamos à evidência formal de revisão do cálculo de indicadores atrelados a *covenants* elaborado pelo setor financeiro e contábil da Companhia.

Recomendação

Recomendamos que o controle de conciliação de empréstimos seja revisado e aprovado por uma pessoa independente e acima do cargo do executor do controle.

Risco

Possíveis impactos nos saldos contábeis, afetando a demonstração financeira da Companhia e não atendimento às exigências de *stakeholders*.

f) Quantidade de estoque físico menor que o registrado no sistema

Situação observada

Ao realizarmos o acompanhamento de inventário físico na Companhia, nos dias 16 e 17 de novembro, verificamos que os seguintes itens abaixo apresentaram diferenças entre a posição contábil e física:

- RT 889.38SPL 101MM (4") INAB MISP000 - diferença de uma quantidade

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

- PT 140G2A .40S&W 10T2C CAFO(3X10)MRSP871 - diferença de uma quantidade
- PT 940 12T 2C CAFO (3X12) MPSP907 - diferença de uma quantidade
- PT 640 11T 2C CATX (3X11) NTSP966 - diferença de duas unidades

Conforme relatado pelo Sr. Átila Pereira, a diferença é decorrente de devolução do material pelo cliente pessoa física e que para emitir a nota de devolução, necessariamente ocorre o registro no estoque.

Consideramos como deficiência de controle, visto que observamos as notas de devolução e as mesmas eram de 2017. Solicitamos as notas fiscais de venda dos itens e verificamos que as notas estavam datadas no mês de dezembro de 2018, indicando uma deficiência de controle, visto que a arma já se encontrava com o cliente.

Recomendação
Recomendamos que para toda saída de estoque seja registrada uma nota fiscal.

Risco
Risco de existência no estoque físico da Companhia, incluindo o risco de fraudes.

g) Ausência de revisão e aprovação do controle de conciliação de clientes

Situação observada
Não foi identificado à evidência formal de revisão das conciliações do contas a receber de clientes, as quais são efetuadas pelo departamento financeiro da Companhia.

Recomendação
Recomenda-se a implementação de procedimentos relacionados à padronização das conciliações do contas a receber de clientes, as quais deverão conter ao menos as informações relativas às justificativas das diferenças identificadas, data e evidência formal dos responsáveis pela preparação e revisão.

Risco
A ausência de evidência formal de revisão das conciliações do contas a receber de clientes podem acarretar em saldos contábeis divergentes daqueles apresentados no relatório financeiro, impactando na apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. Também, dificulta a identificação dos colaboradores responsáveis pela preparação e revisão de tais atividades.

h) Ausência de revisão e aprovação do controle de comissões a pagar

Situação observada
O controle de comissões a pagar executado pela Companhia não passa por um procedimento de revisão e aprovação. Ademais, verificamos, após indagação e análise sobre o relatório extraído do sistema que os percentuais não estão de acordo com o definido para o mercado interno, que varia de 3,5% à 5,5%. Também verificamos, após indagação a Sra. Marisete, que estavam sendo realizadas vendas e o sistema não estava considerando nenhum percentual de comissão.

Recomendação
Sugerimos que o controle seja revisado e aprovado formalmente por algum profissional de cargo superior ao da Sra. Marisete. Também recomendamos a revisão no sistema SAP para que haja a correta relação das vendas e a comissão gerada ao representante.

Risco
Controle executado de maneira errada, afetando o saldo da conta de comissões a pagar.

i) Variação cambial sobre itens não monetários

Situação observada
Verificamos que a Companhia reconhece variação cambial sobre itens não monetários, como adiantamento de clientes.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Recomendação
Recomendamos que a Companhia efetue o reconhecimento de variação cambial apenas de itens monetários, em atendimento as normas contábeis.

Risco
Reconhecimento e apresentação inadequada na demonstração financeira da Companhia.

j) Segregação entre circulante e não circulante de fornecedores

Situação observada
Não identificamos controle para assegurar a adequada classificação entre os saldos classificados como circulante e não circulante. Ressaltamos que, durante os trabalhos auditoria, na data-base de 30 de junho de 2018, foram identificadas reclassificações de passivo circulante para não circulante na rubrica de fornecedores, respectivamente, os quais estavam indevidamente classificados no circulante.

Recomendação
Recomendamos que a administração elabore um controle padrão para verificação da segregação entre circulante e não circulante, e que está segregação seja mensalmente revisada.

Risco
Risco de apresentação inadequada das demonstrações financeiras dos saldos de fornecedores.

k) Ausência de política de concessão de crédito

Situação observada
A Companhia não possui uma política de concessão de crédito a clientes, na qual sejam definidos os limites de compra para cada cliente.

Recomendação
Recomenda-se que a Companhia implante procedimento formal de análise de crédito para clientes novos e não ativos, analisando individualmente cada cliente e suas condições financeiras, levando também em conta o histórico para os clientes não ativos.

Risco
Riscos de possíveis perdas financeiras e aumento da inadimplência da Companhia devido à concessão de crédito inadequada ao perfil ou histórico do cliente.

l) Ausência de conciliação entre a planilha interna do departamento jurídico e a posição dos assessores jurídicos externos

Situação observada
Verificamos que o responsável pelo controle de conciliação das contingências da Companhia, não possui um relatório de contingências atualizada e formalizada com os valores das contingências das empresas do grupo, na data-base de 31 de março de 2018 e 30 de junho de 2018. Mensalmente, ele recebe a posição atualizada dos principais escritórios. A atualização dos demais escritórios é realizada com base no procedimento de circularização de advogados realizada na data-base de 31/12/2017.

Recomendação
Recomendamos que a administração efetue uma conciliação com os assessores jurídicos externos a fim de sanar as divergências identificadas entre a posição dos patrocinadores das causas a posição do departamento jurídico interno para que as informações sejam consistentes.

Risco
Possibilidade de haver divergências significativas no saldo da provisão para contingências registradas na contabilidade, bem como nas divulgações realização em relação às contingências ativas e ativas nas quais a Companhia é parte.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

m) Cadastro de fornecedores sem a aprovação formal

Situação observada
Para cadastro de um novo fornecedor há um formulário que deve ser encaminhado ao setor fiscal. Entretanto é possível que o cadastro seja concretizado apenas com uma solicitação via e-mail, sem a devida evidência da aprovação. Adicionalmente, os dados bancários de um fornecedor são cadastrados no sistema SAP com base no formulário encaminhado pela área requisitante. Entretanto, estas informações são passíveis de alteração sem que haja revisão da alteração efetuada bem como aprovação.

Recomendação
Recomendamos que todos os cadastros de fornecedores sejam efetuados com base em formulário devidamente aprovado pela área solicitante. Adicionalmente, recomendamos que haja um bloqueio sistêmico para as alterações em dados bancários de fornecedores sendo que está só seja possível com a devida justificativa e aprovação.

Risco
Devido à falta de procedimento formal, o cadastro de fornecedores pode ser efetuado de forma indevida sem a devida aprovação. Alterações incorretas e/ou indevidas no cadastro dos dados bancários dos fornecedores o que pode acarretar perdas financeiras para a Companhia devido à possibilidade de pagamento indevido.

n) Adiantamento a fornecedor sem vinculação com nota/contrato

Situação observada
Verificamos que os adiantamentos ocorridos para aquisição de imobilizado ocorrem sem vinculação de alguma nota fiscal/contrato entre a Companhia a o fornecedor. Conforme comentário do Sr. Marco Oliveira (Contabilidade) os adiantamentos são efetuados aos fornecedores e ocorrem a vinculação com o número patrimonial de imobilizado apenas no momento da emissão e entrega da nota fiscal pelo fornecedor na Companhia.

Recomendação
Recomendamos que todo adiantamento ocorrido para fornecedores possua um contrato especificando a ordem de compra assinado entre a Companhia e o fornecedor.

Risco
Provisão para perdas de não recebimento de mercadorias.

o) Ausência de conciliação e contas classificadas erroneamente como caixa e equivalente

Situação observada
Verificamos algumas contas classificadas como caixa e equivalentes de caixa cuja classificação não atendem aos critérios de caixa e equivalentes de caixa.
Abaixo identificamos as contas:

- 111146 - Ordem de Pagto Disponibilizada no
- 111451 - Var. Cambial Ordens de Pagamento

Recomendação
Recomendamos a reclassificação das contas acima para que seja considerado apenas contas que sejam estabelecidas como caixa e equivalentes de caixa.

Risco
Apresentação inadequada das demonstrações financeiras.

p) Preço standard do produto alocado a ordem de venda

Situação identificada

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Verificamos que para os itens com ordem de venda atrelado ao estoque, o sistema SAP correlaciona o preço standard do material e não o seu custo médio, sendo necessário a correlação do custo médio para os itens do estoque da Companhia ser imputada de maneira manual pelo setor de controladoria.

Recomendação
Recomendamos que seja solucionado a questão envolvendo o problema junto a equipe de TI da Companhia.

Risco
Precisão dos estoques estarem inadequadas.

q) Adiantamento de cliente com nome da própria empresa

Situação identificada
Verificamos que a Companhia possui o saldo de R$ 227,558,64 de adiantamento de cliente com o nome de "Taurus Armas", sendo referente à composição da própria empresa. Em indagação ao cliente, verificamos que refere-se a adiantamentos que não foi possível identificar o cliente.

Recomendação
Recomendamos que seja criado outro nome para a conta. Também recomendamos que seja realizado a compensação dos títulos em aberto ou baixa do saldo contábil.

Risco
Saldo de adiantamento de clientes pode não refletir o real estado da Companhia, afetando a demonstração financeira.

r) Saldo devedor em fornecedores - Carta Circularização TIMI

Situação identificada:
Verificamos o montante de R$ 1.298.960,94 referente a saldo de carta de circularização da Taurus International a débito em fornecedores da Companhia pendente de compensação/ajuste na data-base. Verificamos que o lançamento foi realizado em dezembro de 2016 e este pendente de regularização na data-base.

Recomendação
Recomendamos que o saldo seja ajustado na data-base.

Risco
Imprecisão do saldo de fornecedores.

s) Ausência quanto à análise da realização dos estoques de produtos

Situação observada
Em análise quanto à realização dos estoques de produtos acabados da Companhia, foi identificado a existência de vendas realizadas em valores inferiores ao custo contábil. Entretanto, em 2018, a Companhia não efetuou registro contábil de provisão dos estoques ao valor realizável nem análise quanto a realização de vendas destes itens.
Identificamos o item CJ TAMBOR RT357 5T CAFO – SAAMI/ vendido a baixo do seu custo unitário em virtude de que este item não possuía preço de venda atrelado.
Com isso, o vendedor realizou a emissão da nota, vinculando outro produto, um extrator, que tinha o preço de venda abaixo do custo do produto Tambor vendido.

Recomendação
Recomenda-se a implementação de procedimentos relacionados à análise envolvendo a realização dos estoques de produtos acabados, em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 16 – Estoques.

Risco
A ausência de análise quanto à realização dos estoques de produtos acabados pode acarretar na valorização inadequada dos estoques da Companhia.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

t) Realização de itens de estoque abaixo do custo unitário

Situação observada
Analisamos itens comercializados pela Companhia com preços vendidos abaixo do custo de produção. Verificamos ausência de revisão do preço dos itens da tabela de preço da Companhia.

Analisamos também uma ausência formal de vendas de armas abaixo do custo, sem devido processo de formalização e aprovação de gestores.

Recomendação
Recomendamos que haja processo de segregação de função, sendo que o input da tabela de preços no sistema seja feito por funcionário independente daquele que o revisa. Também sugerimos a revisão mensal da tabela de preços dos itens comercializados pela Companhia.

Risco
Perdas financeiras para a Companhia devido à possibilidade de vendas realizadas em condições desfavoráveis e que estejam fora da tabela de preços definida.

u) Saldo devedor na Conta Corrente registrado como empréstimo

Situação observada
Identificamos que na base de 30 de novembro de 2018, o saldo da resposta de circularização de Conta Corrente do Banco Santander apresente saldo devedor de R$ 2.230, contudo a Companhia registrou, contabilmente, como sendo empréstimo.

Recomendação
Realizar a contabilização de acordo com a natureza da operação.

Risco
Apresentação inadequada das demonstrações financeiras.

v) Descrição incorreta de conta corrente

Situação observada
Com base no plano de contas da Companhia, identificamos a conta 111163 Conta Corrente Banco Sul Brasil. Contudo esta conta, conforme comentado pela Sr. Karina Pereira, refere-se ao banco Itáu.

Recomendação
Adequação da descrição da conta contábil.

Risco
Possíveis lançamentos incorretos devido ao nome da conta ser de outra instituição bancária.

w) Variação cambial sobre PPE Bradesco registrado incorretamente

Situação Observada
Identificamos diferença entre o saldo contábil registrado, de variação cambial de PPE do Banco Bradesco em comparação com a carta resposta de circularização para a data base de 30 de novembro de 2018.

Recomendação
Desenvolvimento e implementação de conciliação e controle para as contas contábeis.

Risco
Distorção dos saldos apresentados nas demonstrações financeiras.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

x) Apropriação de juros fora da competência

Situação observada
O montante do saldo de CCB Itaú, contabilizado na conta 211481, 211081 e 221081 refere-se a juros os quais não foram registrados no mês de novembro de 2018. Desta forma, nos fora apresentado as contabilizações realizadas na conta contábil, na qual verificamos que não constava provisão de juros para o mês de novembro de 2018 de forma a corroborarmos a composição para o mês de dezembro de 2018 e identificarmos que o saldo está contemplando os meses de novembro e dezembro de 2018.

Recomendação
Recomendamos que a Companhia efetue a correta contabilização de apropriação de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos tomados.

Risco
Saldos apresentados na demonstração financeira da Companhia podem estar incompatíveis.

y) Falta de Provisão de Juros de Empréstimo

Situação observada
Não foi registrado no mês de novembro de 2018 a provisão de juros de empréstimo referente a Instituição Financeira Itaú.

Recomendação
Desenvolver e implementar controles internos para a área financeira.

Risco
Não apresentação dos saldos contábeis conforme a realidade da Companhia.

z) Depreciação de itens totalmente depreciados – Taurus Blindagens Nordeste e Polimetal

Situação observada
Identificamos que a empresa está realizando a depreciação de itens aos quais a vida útil já estaria encerrada.

Recomendação
A empresa teria de realizar análise da vida útil e dos saldos históricos registrado no sistema SAP.

Possíveis efeitos
Falta de exatidão dos saldos contábeis registrados pela empresa.

aa) Avaliação de Vida Útil – Taurus Blindagens Nordeste

Situação observada
A empresa não realiza a avaliação da vida útil de seus imobilizados desde a implementação do ERP SAP, o qual ocorreu entre 2015/2016.

Recomendação
Deve ser realizada a revisão da vida útil de um ativo, ao menos, ao final de cada exercício.

Possíveis efeitos
A empresa pode estar registrando saldos que não correspondem com a realidade, e não atendendo o critério da prudência no qual a avaliação do ativo deve ser a de menos expectativa de realização.

bb) Cálculo de depreciação difere do Patrimonial x Contábil

Situação observada

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Verificamos que o saldo de despesas com depreciação, para o ano corrente, registrado pela empresa é inferior ao montante registrado no módulo patrimonial da mesma.

Possíveis efeitos
O registro contábil não está condizente com a realidade identificada, o que acaba por distorcer o saldo de imobilizado da empresa.

Recomendação
Deve ser realizada a conciliação entre o saldo patrimonial e contábil de modo a constar o saldo correto quanto a depreciação de cada item.

cc) Item negativo na composição de imobilizado da empresa – Taurus Blindagens (TBL)

Situação observada
Identificamos que o item 90001602 0 FURADEIRA DE COLUNA SANCHES BLANES MOD. FC 25 NS 3 possui valor residual negativo na composição de imobilizado da empresa, devido a implantação de saldo do antigo sistema utilizado pela empresa. Verificamos que o saldo de depreciado do item está maior que seu custo.

Risco
O controle manual da depreciação contábil torna o número mais suscetível a erros e aumento o risco de registros inadequados.

Recomendação
Parametrizar o sistema para controle e cálculo automático da depreciação contábil (CPC 27).

III - Descumprimento de normas internas ou regulamentares e riscos identificados

a) Parcelamentos - PERT e PRT

Situação observada
No decorrer de nossos trabalhos, verificamos que a Taurus aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) e ao Programa de Regularização Tributária (PRT).

Ocorre que, após realizarmos nossas análises, identificamos débitos federais de períodos anteriores incluídos no PRT os quais já haviam sido compensados via perdcomps com saldos de PIS e COFINS. Para isso, a Companhia cancelou perdcomps que não haviam sido homologadas e que foram utilizadas para compensações desses impostos federais, parcelou os débitos gerados pelos cancelamentos no PRT e utilizou os créditos oriundos dessas perdcomps canceladas para novas compensações de tributos federais devidos no ano-calendário 2017.

Embora não haja vedação sobre esse procedimento na Instrução Normativa 1687/2017, que regulamenta a adesão ao PRT, a Receita Federal publicou um Ato Declaratório n° 5 em 2017 esclarecendo que débitos que já se encontram extintos por compensações não poderão entrar no PERT.

Frente ao exposto, o PRT é um programa de regularização semelhante ao PERT, já que possui a mesma finalidade de refinanciamento de débitos. Assim, entendemos que há o risco de questionamentos da RFB e da não homologação do PRT. Não obstante, nesse cenário, será devido pela Companhia, aproximadamente, R$ 26.900 mil já somados os acréscimos legais referente aos débitos que já estavam extintos em virtude das compensações via perdcomp.

Por fim, cumpre ressaltar, a adesão ao PRT e PERT implica, impreterivelmente, na regularidade do pagamento dos débitos vencidos após 30 de abril de 2017 conforme determina o Art. 4° da Instrução Normativa 1711/2017:

"Art. 4º A adesão ao Pert será formalizada mediante requerimento protocolado exclusivamente no sítio da RFB na
Internet, no endereço http://rfb.gov.br, até o dia 14 de novembro de 2017, e abrangerá os débitos indicados pelo sujeito passivo

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

na condição de contribuinte ou responsável.(...)

§ 5º A adesão ao Pert implica:

I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo e por ele indicados para liquidação na forma do

Programa, nos termos dos arts. 389 e 395 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil (CPC);

II - a aceitação plena e irretratável pelo sujeito passivo de todas as condições estabelecidas nesta Instrução Normativa;

III - o dever de pagar regularmente as parcelas dos débitos consolidados no Pert e os débitos vencidos após 30 de abril

de 2017, inscritos ou não em Dívida Ativa da União (DAU);

IV - a vedação da inclusão dos débitos que compõem o Pert em qualquer outra forma de parcelamento posterior, ressalvado o

reparcelamento de que trata o art. 14-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002;"

Comentários da Administração

b) Lucros no Exterior

Situação observada

A Taurus possui empresas controladas no exterior (Estados Unidos). Conforme determina a Instrução normativa 1520/2014, os lucros auferidos no exterior estão sujeitos a incidência do IRPJ e CSLL. Vejamos:

> *Art. 1º Os lucros auferidos no exterior, por pessoa jurídica domiciliada no Brasil, estão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), na forma da legislação específica, observadas as disposições desta Instrução Normativa.*

Todavia, até o encerramento de nossos trabalhos, não nos foi disponibilizados os resultados auferidos pela Taurus no exterior.

De acordo com a legislação supracitada, os lucros auferidos por subsidiárias no exterior serão computados na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, no balanço levantado em 31 de dezembro do ano-calendário em que tiverem sido disponibilizados para a pessoa jurídica domiciliada no Brasil, desde que atendidos a determinados limites e requisitos estabelecidos, que o imposto de renda incidente sobre os lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior, possa ser compensado com o imposto devido no Brasil, por ocasião da adição de tais valores na apuração do lucro real da pessoa jurídica.

Diante do exposto, recomendamos que a Companhia retifique a apuração do IRPJ e CSLL com o acréscimo dos lucros auferidos no exterior a fim de evitar questionamentos da RFB e incorreções no preenchimento da ECF ano-calendário 2018.

c) Provisões, reversões de provisões e parcela efetiva

Situação observada

Identificamos que a companhia não efetuou abertura de contas específicas de provisão e reversão de provisão no resultado, efetuando o ajuste na apuração de IRPJ e CSLL pela movimentação das contas patrimoniais. Recomenda-se que a sociedade mantenha sempre na rubrica contábil apenas o valor correspondente à parcela de provisão ou parcela não dedutível. Esse movimento tende a facilitar a geração do arquivo da ECF, uma vez que a sociedade pode facilmente criar regras para a vinculação da adição/exclusão do saldo integral registrado na rubrica contábil em determinado período.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Dessa forma, nos casos de provisão, sugerimos que as contabilizações sejam feitas da seguinte forma:

a) Constituição de provisão de contingências em X3:

C - Passivo - Provisão de Contingências
D - Resultado - Provisão de Contingências

b) Reversão de provisão de contingências em X3:

D - Passivo - Provisão de Contingências
C - Resultado - Reversão da Provisão de Contingências

c) Parcela de Provisão de Contingências que se torna efetiva no período subsequente (X4):

D - Passivo - Provisão de Contingências
C - Resultado - Reversão provisão contingências

C - Ativo - Caixa (pagamento da parcela de provisão)
D - Resultado - Despesas com contingências

Recomendamos que a Companhia siga o exemplo acima descrito, assim a sociedade consegue efetuar a vinculação das parcelas a adicionar ou a excluir, sempre vinculadas a rubricas contábeis registradas no resultado.

d) Rateio de despesas

O Grupo Taurus possui compartilhamento de atividades administrativas, estrutura física, entre outros recursos, sendo que a Taurus possui critério de rateio rastreavel e suportado por metodologia que consiga efetivamente capturar o quanto cada empresa do grupo participa nas despesas comuns. Conforme informações da sociedade referente ao compartilhamento de despesas, o rateio é feito de diversas formas, como por exemplo:

- Água e luz: percentuais fixos, porém não possui um estudo técnico - Ponto de controle levantado pela auditoria;

- Funcionários: não possuía um rateio - Ponto de controle levantado pela auditoria;

Abaixo elencamos algumas soluções de consulta que dispõe sobre o assunto em questão:

Solução de Divergência Cosit nº 23
Data da publicação: 16/10/2013
DOU: Edição nº 199, de 14 de outubro de 2013, Seção I, pag. 25
Assunto:Normas Gerais de Direito Tributário
Ementa: É possível a concentração, em uma única empresa, do controle dos gastos referentes a departamentos de apoio administrativo centralizados, para posterior rateio dos custos e despesas administrativos comuns entre empresas que não a mantenedora da estrutura administrativa concentrada.
Para que os valores movimentados em razão do citado rateio de custos e despesas sejam dedutíveis do IRPJ, exige-se que correspondam a custos e despesas necessárias, normais e usuais, devidamente comprovadas e pagas; que sejam calculados com base em critérios de rateio razoáveis e objetivos, previamente ajustados, formalizados por instrumento firmado entre os intervenientes; que correspondam ao efetivo gasto de cada empresa e ao preço global pago pelos bens e serviços; que a empresa centralizadora da operação aproprie como despesa tão-somente a parcela que lhe cabe de acordo com o critério de rateio, assim como devem proceder de forma idêntica as empresas

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

> *descentralizadas beneficiárias dos bens e serviços, e contabilize as parcelas a serem ressarcidas como direitos de créditos a recuperar; e, finalmente, que seja mantida escrituração destacada de todos os atos diretamente relacionados com o rateio das despesas administrativas.(...)*
> *SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 18 de 26 de Janeiro de 2009*
> *ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ*
> *EMENTA: RATEIO DE DESPESAS Para que despesas rateadas a um grupo de empresas, sejam dedutíveis, não basta comprovar que elas foram contratadas, assumidas e pagas. É necessário, principalmente, comprovar que correspondem a bens e serviços efetivamente recebidos e que esses bens e serviços são necessários, normais e usuais na atividade das empresas e que o rateio seja efetuado através de critérios objetivos e previamente ajustados.(grifo nosso)*

Em decorrência dos critérios utilizados pela sociedade não estarem bem estabelecidos, há o risco de que as despesas não estejam corretamente alocada por empresa. Destacamos também que não foram disponibilizados para nossas análises os contratos de rateio.

Recomendamos que a Companhia efetue o rateio de despesas com base em critério tecnicamente comprovado, reduzindo assim quaisquer questionamentos por parte das autoridades fiscais.

e) Variação cambial - Controle variação cambial regime caixa

No ano calendário de 2018, a Taurus optou por tributar a variação cambial de seus ativos e passivos (indexados em moeda estrangeira) pela sua liquidação (regime de caixa). Para tanto, para a utilização desse regime a Taurus deve possuir um controle individualizado, por título, de todas as suas contas a receber e a pagar. Destacamos que a Sociedade não possui o referido controle, bem como não consegue mensurar quais títulos ainda não foram liquidados e, consequentemente, sofreram tributação.

Frente ao exposto, recomendamos que a Taurus elabore controle individualizado dos valores a receber e a pagar, por título, indexados em estrangeira, uma vez que trata-se de premissa básica para a utilização do regime de caixa para a tributação do IRPJ e CSSL. Aconselhamos, adicionalmente, que o referido controle possua as seguintes informações:

- Número da duplicata;
- Data da contratação;
- Nome do cliente/fornecedor;
- Quantidade de moeda;
- Moeda contratada;
- Taxa de câmbio na data da contratação;
- Data da liquidação, cfe contrato de câmbio; e
- Taxa de câmbio na data da liquidação.

Salientamos que para o ano de 2019 a Companhia alterou o regime de tributação para competência e ofereceu na apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição social os valores diferidos controlados na parte B do Lalur.

f) Preço de Transferência

A Companhia realiza operações de importação e exportações, bem como operações financeiras (empréstimos) com empresas vinculadas no exterior. Entretanto, até o encerramento de nossos trabalhos, ainda não haviam sido preparados os demonstrativos comprovando que os preços praticados nestas operações durante o ano-calendário de 2018 atendem aos critérios da legislação dos preços de transferência, nem foram efetuados quaisquer ajustes na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Ressaltamos que, em eventual processo de fiscalização, as autoridades fiscais poderão exigir a apresentação dos cálculos relativos aos preços de transferência nas operações praticadas com empresas ligadas no exterior e, em caso de não apresentação destes cálculos, a Companhia poderá ser autuada ficando inclusive sujeita ao arbitramento de tais preços.
Recomendamos que a Companhia elabore os cálculos dos preços de transferência e, se necessário, efetue os ajustes necessários na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, evitando assim, questionamentos por parte das autoridades fiscais.

Cabe salientar que num procedimento de avaliação global a Companhia não deverá ter ajustes a titulo de preço de transferência uma vez que as margens na operação mais relevante de exportação para subsidiária americana foram superiores a 20%. Reforçasse a necessidade de comprovação e preparação dos cálculos para cumprimento da obrigação assessoria e validação do teste global.

g) IRRF a recuperar – JSCP – Polimetal

Verificamos que a Polimetal recebeu juros sobre capital próprio no ano-calendário 2011 e 2012 da TBL. Conforme determina a IN 1700/2017, ocorrerá retenção de 15% sobre o montante distribuído a título de juros sobre capital próprio:

> *Seção I*
> *Dos Juros sobre o Capital Próprio*
> *Art. 75. Para efeitos de apuração do lucro real e do resultado ajustado a pessoa jurídica poderá deduzir os juros sobre o capital próprio pagos ou creditados, individualizadamente, ao titular, aos sócios ou aos acionistas, limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e calculados, exclusivamente, sobre as seguintes contas do patrimônio líquido: (...)*
> ***§ 7º Os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda retido na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento), na data do pagamento ou crédito ao beneficiário.***
> *§ 8º O imposto retido na fonte de que trata o § 7º:*
> *I - no caso de beneficiário pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro real**, será considerado antecipação do imposto devido no período de apuração** ou poderá ser compensado com o que houver retido por ocasião do pagamento ou crédito de juros, a título de remuneração do capital próprio, a seu titular, sócios ou acionista.*

Entretanto, a Polimetal registrou em sua contabilidade apenas o valor líquido recebido de juros sobre capital próprio, não oferecendo a tributação de IRPJ e CSLL a retenção de 15% feita pela TBL, motivo esse que originou auto de infração da RFB e que estava sendo discutido judicialmente pela Companhia. Não obstante, com a criação do PRT pela Governo Federal, a Sociedade desistiu da discussão judicial sobre o auto de infração e incluiu os débitos federais no PRT, já que possuía a possibilidade de liquidação com prejuízo fiscal.

Assim, após adesão ao PRT, a Companhia registrou os valores de IRRF sobre JSCP em seu ativo sem que a contrapartida fosse no resultado. Por fim, entendemos que o período para restituição ou compensações desse saldo negativo pela Polimetal também estaria prescrito, uma vez que o prazo de 5 anos para utilização encerrou-se no final de 2017 e não foi feito Perdcomp pela Companhia nesse ano-calendário.

h) Receitas PIS e COFINS – Contábil vs Solução Fiscal

Segundo o que determina das Leis 10.637/02 e 10.833/03 a receita a ser considerado dos débitos de PIS e COFINS devem seguir os princípios contábeis de reconhecimento da receita. A sociedade, para fins de apuração de débitos de PIS e COFINS, utiliza relatórios auxiliares extraídos de sua solução fiscal. Ocorre que a sociedade

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

não nos apresentou conciliação onde seja possível cruzar as receitas registradas no balancete contábil com as receitas utilizadas para fins de tributação do PIS e COFINS. Em outras palavras, não há abertura de onde seja possível identificar a composição das diferenças identificadas de um cruzamento entre receita contábil e base de cálculo do PIS e COFINS mensal.

De um teste por amostragem identificamos que na maioria dos casos as diferenças dizem a respeito de faturados e não embarcados de receita de exportação. Entretanto, ressaltamos que a sociedade deveria estar de posse de documentos e conciliações que justifiquem as diferidas divergências em eventual processo de fiscalização.

Diante do exposto, recomendamos que a Companhia realize uma conciliação entre o relatório utilizado como base para as apurações mensais do PIS e COFINS e o balancete, afim de possui tal documentação para apresentar as autoridades fiscais caso requerido.

i) IRPJ e CSLL a Recolher

A sociedade informou valores de IRPJ e CSLL a recolher (rubricas 213500 e 213800) no balanço de 2016, entretanto, durante os trabalhos na revisão do ano calendário de 2016 e 2017, a sociedade não soube informar o porquê da existência de tal saldo, na ocasião recomendou-se a baixa de tal saldo por não existir registros que comprovem a existência do saldo.

Já na revisão do ano calendário de 2018, o saldo informado nas contas mencionadas é o mesmo valor do balanço de 2016 e 2017, a sociedade novamente não comprovou a origem de tais saldos e nem registros que o comprovem.

Portanto, recomendamos abaixo do saldo contábil por não existir registros que comprovem tal valor.

Conta	Descrição da Conta	Valores em R$ mil	Ajuste em R$ mil	Saldo ajustado
213500	Provisão para IRPJ a recolher	489	489	-
213800	Provisão para CSLL a recolher	160	160	-

j) Receitas PIS e COFINS - Contábil vs Solução Fiscal

Situação observada

Segundo o que determina as Leis 10.637/02 e 10.833/03, a receita a ser considerado dos débitos de PIS e COFINS devem seguir os princípios contábeis de reconhecimento da receita. A sociedade, para fins de apuração de débitos de PIS e COFINS, utiliza relatórios auxiliares extraídos de sua solução fiscal. Ocorre que a sociedade não nos apresentou conciliação onde seja possível cruzar as receitas registradas no balancete contábil com as receitas utilizadas para fins de tributação do PIS e COFINS. Em outras palavras, não há abertura de onde seja possível identificar a composição das diferenças identificadas de um cruzamento entre receita contábil e base de cálculo do PIS e COFINS mensal.

De um teste por amostragem identificamos que na maioria dos casos as diferenças dizem a respeito de faturados e não embarcados de receita de exportação. Entretanto, ressaltamos que a sociedade deveria estar de posse de documentos e conciliações que justifiquem as diferidas divergências em eventual processo de fiscalização.

Diante do exposto, recomendamos que a Companhia realize uma conciliação entre o relatório utilizado como base para as apurações mensais do PIS e COFINS e o balancete, afim de possui tal documentação para apresentar as autoridades fiscais caso requerido.

k) IRPJ e CSLL - Despesas não dedutíveis

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Situação observada

Durante nossas revisões do ano-calendário 2018, identificamos que a Companhia possui algumas despesas não dedutíveis que nesse ano calendário não são materiais mas cabe a menção do risco sendo elas:

- Gratificação a administradores

- Benefícios de veículos a diretores;

- Telefones celulares a diretoria

Recomendamos que tais valores sejam oferecidos a tributação através de adição nas bases do lucro real e da contribuição social.

l) Crédito Presumido de ICMS - Subvenção ICMS

Situação observada

A TBN possui benefício de crédito presumido de ICMS no Estado da Bahia, que foi concedido por intermédio do Decreto 4.316/95. O referido incentivo é contabilizado pela TBN no grupo de outras receitas operacionais e é tratado pela Sociedade como subvenção para investimento. Por ocasião disso, a TBN não vem considerando nas bases de cálculo do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL.

A Receita Federal do Brasil (RFB) tem entendido que a determinação da natureza da subvenção - entre subvenção para custeio ou subvenção para investimento - é o que irá determinar a sua tributação ou não para fins de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. O Parecer Normativo CST 112/78, ao esclarecer quanto a caracterização de cada tipo de subvenção, estabeleceu que, enquanto a subvenção para custeio se consubstancia por transferência de recursos com a finalidade de auxiliar a empresa a fazer face ao seu conjunto de despesas ou na consecução de seus objetivos sociais, a subvenção para investimento se destina à aplicação específica em bens ou direitos. Mais, a subvenção para investimento apresenta características bem marcantes, quais sejam: (a) o beneficiário da subvenção sempre é aquele que vai suportar o ônus de implantar ou expandir o empreendimento econômico; e (b) a efetiva e específica aplicação da subvenção, em bens ou direitos específicos para implantar ou expandir empreendimento econômico, havendo perfeita sincronia da intenção do subvencionador com a ação do subvencionado.

Diante do exposto, salientamos que há o risco da RFB entender que o crédito presumido apropriado pela TBN deve ser considerado como receita de subvenção para custeio, uma vez que o incentivo não exige da Sociedade uma contrapartida de investimentos. O argumento que pode ser utilizado pelas autoridades administrativas é que os montantes estão sendo destinados para cobrir o capital de giro da empresa, e que, nessa linha de raciocínio, deveria a TBN oferecer o benefício para fins de tributação do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

Descrevemos a seguir alguns entendimentos da RFB sobre o assunto (grifo nosso):

> ACÓRDÃO Nº 11-41568 de 28 de Junho de 2013
>
> EMENTA: BASE DE CÁLCULO. TOTAL DAS RECEITAS. (...) SUBVENÇÃO. REGIME NÃO CUMULATIVO. INCIDÊNCIA. No regime de apuração não-cumulativo da Contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins, valores decorrentes de subvenção, inclusive na forma de crédito presumido de ICMS, constituem receita tributável, devendo integrar a base de cálculo dessas contribuições. (...)
>
> ACÓRDÃO Nº 08-23553 de 30 de Maio de 2012
>
> EMENTA: OMISSÃO DE RECEITAS. PASSIVO FICTÍCIO. Fica mantida a presunção de omissão de receitas, quanto à parcela não comprovada do

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

saldo da conta empréstimos, escriturada no balanço patrimonial da pessoa jurídica. REDUÇÃO DE ICMS. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. NÃO CARACTERIZADA. Integra o lucro real, por não se caracterizar como subvenção para investimento, o incentivo fiscal de isenção ou redução de ICMS, quando a aplicação dos recursos correspondentes não está vinculada à aquisição de bens e direitos referentes à implantação ou expansão do empreendimento.

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 135 de 16 de Agosto de 2012

EMENTA: LUCRO REAL. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. CRÉDITO PRESUMIDO DE ICMS. NECESSIDADE DE VINCULAÇÃO E SINCRONIA. DESCARACTERIZAÇÃO. Para que uma subvenção possa ser considerada como de investimento e, nessa condição, se encontre fora do cômputo da base de cálculo do IRPJ apurado pelo lucro real, é imprescindível a sua efetiva e específica aplicação na aquisição de bens ou direitos necessários à implantação ou expansão de empreendimento econômico, não sendo suficiente a realização dos propósitos almejados com a subvenção. Não caracterizada tal vinculação e sincronia, os valores objeto da subvenção, decorrentes de créditos presumidos de ICMS, devem ser computados na determinação da base de cálculo do IRPJ.

Recomendamos que a TBN avalie a possiblidade de incluir tais valores na base de cálculo do PIS e COFINS a fim de minimizar o risco de possíveis questionamentos por parte das autoridades fiscais em relação ao assunto.

Na hipótese da TBN continuar excluindo tal rubrica das bases de cálculo do PIS e da COFINS, recomendamos que a sociedade obtenha uma opinião legal de advogados, em que se possa demostrar as jurisprudências administrativas e judiciais sobre o tema, com o intuito de auxiliar a Sociedade na decisão de inclusão ou não de tais montantes na tributação dos impostos

m) Receitas PIS e COFINS - Contábil vs Solução Fiscal

Situação observada
Segundo o que determina das Leis 10.637/02 e 10.833/03 a receita a ser considerado dos débitos de PIS e COFINS devem seguir os princípios contábeis de reconhecimento da receita. A sociedade, para fins de apuração de débitos de PIS e COFINS, utiliza relatórios auxiliares extraídos de sua solução fiscal. Ocorre que a sociedade não nos apresentou conciliação onde seja possível cruzar as receitas registradas no balancete contábil com as receitas utilizadas para fins de tributação do PIS e COFINS. Em outras palavras, não há abertura de onde seja possível identificar a composição das diferenças identificadas de um cruzamento entre receita contábil e base de cálculo do PIS e COFINS mensal.

De um teste por amostragem identificamos que na maioria dos casos as diferenças dizem a respeito de faturados e não embarcados de receita de exportação. Entretanto, ressaltamos que a sociedade deveria estar de posse de documentos e conciliações que justifiquem as diferidas divergências em eventual processo de fiscalização.

Diante do exposto, recomendamos que a TBN realize uma conciliação entre o relatório utilizado como base para as apurações mensais do PIS e COFINS e o balancete, afim de possui tal documentação para apresentar as autoridades fiscais caso requerido.

Parte B - Recomendações originárias de auditorias/revisões anteriores, ainda não solucionadas

a) Aprimoramento de práticas de governança corporativa

Situação observada
No decorrer de 2018 observamos o comprometimento do Grupo em incorporar práticas de mercado adequadas para apresentação de suas informações financeiras, como também a incorporação de rotinas de gestão próprias de um ambiente voltado às boas práticas de governança corporativa.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Recomendação
Sugerimos o desenvolvimento e implantação de manuais de políticas e procedimentos operacionais, atentando para controles mitigadores de riscos em processos operacionais.

Possíveis efeitos
A implementação de processos organizacionais e rotinas de gestão voltadas para as melhorias no ambiente de controles internos das empresas proporciona uma redução no risco de falhas operacionais, assim como colaboram com a profissionalização da gestão.

b) Cadastro de imobilizados

Situação observada
A Companhia não possui processo de autorização para alteração no cadastro de itens de imobilizado, podendo as alterações serem feitas sem aprovações por alçadas.

Recomendação
Recomendamos que para qualquer modificação e/ou inclusão de itens no imobilizado ocorra a revisão formal pelo gestor da área, com a finalidade de mitigar o risco de erros.

Possíveis efeitos

- Elevação no risco de distorção nas demonstrações financeiras e nos riscos de fraudes;
- Análises gerenciais incorretas.

c) Revisões de vidas úteis

Situação observada
Observamos que não existe um processo formal de revisões das vidas úteis dos ativos imobilizados e a conclusão sobre eventuais mudanças nas vidas-úteis é baseada no conhecimento da Administração sobre mudanças no uso dos ativos.

Recomendação
Recomendamos a formalização de revisão anual por meio de documentos preparados por profissionais especializados, internos ou externos.

Possíveis efeitos

- Aumento no risco de distorção nas demonstrações financeiras;
- Dificuldade em fundamentar a dedutibilidade fiscal da depreciação;
- Análises gerenciais incorretas.

d) Conciliações contábeis

Situação observada
Não identificamos procedimentos formais de conciliação de contas, investigação de possíveis discrepâncias, bem como revisão formal dessas conciliações por profissional independente a quem preparou.

Observamos que em saldos de contas a pagar a fornecedores, por exemplo, os relatórios que nos foram enviados continham inconsistências, pois, não se tratavam de itens com essa natureza.

Recomendação
Recomendamos que a Companhia adote políticas rígidas para conciliações de contas, através da investigação dos saldos contidos nos relatórios auxiliares, e posteriormente a conciliação com a contabilidade.
Ressaltamos que após a conciliação, deve haver a revisão por profissional independente, devidamente

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

habilitado para esse processo. Tanto a conciliação, quanto a revisão por pessoa independente, devem ser devidamente formalizados.

Risco

A ausência de conciliações pode acarretar problemas em todas as áreas da Companhia, bem como, em distorções em demonstrações contábeis e na análise incorreta de indicadores.

e) Inexistência da aprovação para lançamentos manuais

Situação observada

Não identificamos rotina de aprovações formais para os lançamentos manuais efetuados no sistema contábil.

Recomendação

Implementar política definindo alçadas de aprovação por cargo e/ou valor para os lançamentos manuais realizados no sistema contábil.

Risco

A inexistência de retinas de aprovação por alçadas adequadas implica na possibilidade de lançamentos errôneos ou indevidos, abrindo oportunidades para lançamentos indevidos por erro ou fraude.

f) Elaboração das demonstrações financeiras

Situação observada

Atualmente o processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas é feito de forma manual, sem que haja um processo claro e sistemático de preparação das informações e divulgações requeridas para atendimento às práticas contábeis. A falta de tal processo acarreta a necessidade de uma série de procedimentos manuais no encerramento de cada exercício, causando dificuldades na preparação e rastreabilidade das informações.

Recomendação

Primeiramente, recomendamos que a Companhia elabore uma lista de checagem, contemplando todas as rotinas que devem ser realizadas para o fechamento contábil de elaboração das demonstrações financeiras.

Após o fechamento contábil dos números e durante a elaboração daquelas demonstrações e suas notas explicativas, sugerimos que a Administração implemente um processo e controles auxiliares que contenham a composição de todas as notas explicativas, de forma que fique claro, quais as contas e outros aspectos qualitativos estão sendo considerados nas composições de cada uma das notas explicativas.

Além disso, é necessária a elaboração de um mapa de consolidação com a composição analítica de todas as contas e todas as empresas, demonstrando de forma clara a composição de cada um dos saldos, bem como, os valores comparativos.

Finalmente, na medida do possível, recomendamos que a administração automatize tais rotinas e reduza ao máximo possível a intervenção manual no processo de fechamento.

Risco

Atualmente o fechamento contábil e processo de elaboração de demonstrações financeiras e suas notas explicativas é moroso e suscetível a erros, comprometendo prazos e elevando os riscos de distorções nas demonstrações financeiras.

g) Política formal e programa de "Compliance"

Situação observada

A Companhia não possui uma política interna formal e um programa para a promoção de Compliance com leis e regulamentos e regular os relacionamentos com clientes, fornecedores e órgãos governamentais.

Recomendação

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Recomendamos que a Companhia desenvolva e implemente política interna e programa que definam e comuniquem claramente a todos os níveis internos suas regras e comportamentos para o atendimento a leis e regulamentos, bem como suas relações com clientes, fornecedores e órgãos governamentais. Recomendamos que a Administração avalie ainda a implementação de ferramentas como código de ética e canal de denúncias, entre outros.

Risco
A implementação de política formal, com ampla comunicação interna e com uso de ferramentas de Compliance, mitigam os riscos de descumprimentos de leis e regulamentos, bem como de condutas inapropriadas que podem acarretar prejuízos e danos reputacionais.

h) Compensações de adiantamentos de clientes

Situação observada
A Companhia efetua usualmente transações com adiantamento de clientes. Com isso, torna-se necessária a realização de um procedimento de revisão dos saldos em aberto e a compensação com os saldos de contas a receber de clientes na data em que o faturamento é emitido e as mercadorias entregues.
Como exemplo, destacamos o caso do cliente PAULO NAGEL DINIZ VIEIRA, que apresentava, em 31/12/2017, um saldo de "adiantamento de clientes" registrado no passivo da Companhia no valor de R$ 2.972 e um valor registrado no "contas a receber de clientes" de R$ 2.972.
Verificamos que não existe um controle formalizado para este procedimento, bem como, revisão e aprovação deste processo. Ainda, nos procedimentos de conciliação de saldos de contas a receber, identificamos faturas em aberto atreladas a adiantamentos que não haviam sido compensados. Cabe ressaltar que para as situações que identificamos, os ajustes foram efetuados ou foram imateriais.

Recomendação
Elaborar um controle mensal de compensações de adiantamentos de clientes com os saldos de contas a receber de clientes. Adicionalmente, evidenciar a revisão desse processo pelo gestor financeiro, bem como, elaborar o devido arquivamento dessa conciliação e a devida aprovação pelo setor de contabilidade da Companhia.

Risco

- Cobrança indevida de clientes com títulos em aberto no financeiro cujos adiantamentos já foram efetuados, gerando desgastes na relação com seus clientes;
- Distorções em análises gerenciais realizada pela Companhia e pelos *stakeholders;*
- Apresentação incorreta das demonstrações financeiras da Companhia.

i) Compensações de cheques e/ou cobrança de cheques vencidos

Situação observada
Verificamos que a Administração vem encaminhando para "escritório de cobrança" cheques recebidos de clientes e devolvidos. Porém, identificamos que não existe controle sobre os cheques prescritos, nos termos da Lei 7.357/85.

Em 31 de dezembro de 2017, identificamos um montante de R$ 592.272 referente a cheques que não estão passíveis de compensação, dentre eles o cheque de referência 900013, do cliente VLADIMIR BORGES RIB, com data de 26/02/2015, no valor de R$ 2.770.

Ademais, não identificamos as formalizações das conciliações, bem como sua revisão e aprovação do controle.

Recomendação
Recomendamos que seja elaborado um controle para conciliação e revisão periódica dos cheques recebidos pela Companhia, visando mitigar perdas financeiras.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Risco

- Distorção na divulgação das demonstrações financeiras;
- Análises gerenciais incorretas, tais como fluxo de caixa;
- Perdas financeiras para a Companhia.

j) Controle de vendas com cartões de créditos

Situação observada
Diariamente a operadora de cartões encaminha um arquivo com os valores recebidos a favor da Companhia, porém o referido relatório não informa o cliente. Assim, a Companhia efetua o lançamento de todos os créditos em uma conta contábil genérica de clientes de cartão de crédito e ao final do mês, a área financeira verifica todas as vendas que ocorreram no cartão de crédito e compensa com todos os créditos informados pela operadora de cartões, zerando a conta genérica.

Recomendação
Sugerimos que a Companhia elabore controle que permita verificar a origem do crédito e que possa efetuar a baixa dos títulos individualmente, não correndo o risco de efetuar baixas incorretas, ou, não efetuar a baixa de algum título já liquidado.

Além disso, este procedimento deve ser revisado formalmente e aprovado pelo gestor financeiro.

Risco

- Perdas financeiras para a Companhia;
- Desgaste com clientes;
- Análises gerenciais incorretas;
- Distorção nas demonstrações financeiras.

k) Auditoria interna

Situação observada
A Administração, ainda no decorrer do exercício de 2016 desativou o setor de auditoria interna.

Recomendação
Entendemos ser muito importante o departamento de auditoria interna, que deve trabalhar no mapeamento de processos e sugerir melhorias onde os controles não são efetivos, auxiliando a alta administração a ter uma visão melhor sobre os processos e ter subsídios confiáveis para a tomada de decisões.

Risco

- Ausência de análises gerenciais;
- Processos com ineficiência;
- Erros nas demonstrações financeiras em decorrência de problemas de controles internos.

l) Melhoria na conciliação de depósitos judiciais (Grupo)

Situação observada
A composição dos depósitos judiciais das Empresas do Grupo não é conciliada regularmente com os processos judiciais e com os respectivos extratos bancários.

Recomendação
Definir rotina de conciliação mensal dos depósitos judicias, cruzando essas informações com as respectivas ações que deram origem a esses depósitos (esse cruzamento deve ser com base na composição dos depósitos *vs* a planilha de controle de processos do departamento jurídico).

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Além disso, solicitar mensalmente os extratos bancários desses depósitos e a atualização dos saldos contábeis. É importante que essas conciliações sejam revisadas por profissional responsável e sejam evidenciadas formalmente por meio de aposição de carimbo sob assinatura.

Risco
A falta de conciliação possibilita o registro e apresentação incorreta das demonstrações financeiras.

m) Conciliação do imobilizado em andamento e em operação

Situação observada
O sistema SAP está parametrizado para que os itens de imobilizado ingressem preliminarmente no imobilizado em andamento e posteriormente a sua classificação para imobilizado em operação.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2017, identificamos alguns projetos que foram concluídos no decorrer de 2017, porém ainda estavam classificados na conta de imobilizado em andamento.
Adicionalmente, identificamos que a Companhia não possui controles para mitigar o risco de projetos já concluídos ainda estarem sendo classificados incorretamente como imobilizado em andamento.

Destacamos abaixo alguns dos itens de imobilizado, classificados como imobilizados em andamento na Taurus Armas S.A. que já possuem seu processo concluído e deveriam ter sido reclassificados:

Bem	Seq	Dt Aquis	Denominação do imobilizado
90010729	0	28/02/2017	NOTEBOOK DELL LATITUDE E5470 ENGENHARIA
90010730	0	28/02/2017	NOTEBOOK DELL LATITUDE E5470 ENGENHARIA
90011583	0	30/04/2017	COMPUTADOR OPTIPLEX 3040 SFF DELL
90011596	0	30/04/2017	NOTEBOOK DELL
90011597	0	30/04/2017	NOTEBOOK DELL
90011598	0	30/04/2017	NOTEBOOK DELL
90011607	0	31/05/2017	NOTEBOOK DELL LATITUDE 3470
90011609	0	31/05/2017	NOTEBOOK DELL LATITUDE 3470
90011611	0	31/05/2017	NOTEBOOK DELL LATITUDE 3470
90011631	0	31/05/2017	NOTEBOOK DELL LATITUDE E5470
90011958	0	31/10/2017	COMPUTADOR DELL OPTIPLEX 3040 C/MONITOR 18.5"

Além disso, os bens passam a ser depreciados somente após serem classificados para imobilizado em operação, sendo assim, ainda existe o problema de os itens não estarem sendo depreciados.

Recomendação
Elaborar controle e atribuir responsabilidade ao profissional responsável pelo imobilizado para o acompanhamento periódico (diário, semanal, etc.) dos itens em andamento. Esse processo deve ser revisado formalmente pelo gestor da área.

Possíveis efeitos
- Maior risco de distorção nas demonstrações financeiras;
- Dificuldade em fundamentar a dedutibilidade fiscal da depreciação;
- Análises gerenciais incorretas.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

A Diretoria tem conhecimento de algumas deficiências em seus controles internos e vem trabalhando com as diversas áreas e em planos de ação para buscar controles adequados e mais seguro e tem monitorado estas mudanças e a consistência destas juntamente com sua área de controladoria.

5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Temos o **Código de Ética** da Taurus, que aborda os valores que orientam a Companhia, como conduta pessoal e profissional dos colaboradores, e tem o intuito de apoiar o constante crescimento e busca pela excelência e a integridade. É um documento que reúne as principais orientações éticas para condução dos nossos negócios, ou seja, descreve as principais orientações em relação ao comportamento ético que esperamos de nossos administradores e colaboradores.

Contamos também com o **Manual Anticorrupção**, documento específico relacionado a fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. O Manual detalha os procedimentos anticorrupção praticados pela Companhia e o entendimento de quais são os atos que podem ser associados à prática de corrupção ou atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira. Aprovado pelo Conselho de Administração em sua reunião em 26 de julho de 2016, o documento faz parte do **Programa de Integridade** da TAURUS e tem como principal referência a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conhecida como Lei Anticorrupção, a qual estabelece punição a atos de corrupção contra a administração pública nacional e estrangeira.

O Manual trata especificamente de corrupção ou ato lesivo envolvendo órgãos públicos, mas o conceito se aplica à corrupção envolvendo qualquer entidade, seja pública ou privada. A distinção se faz por conta das disposições da lei promulgada, que faz referência específica a órgãos e a funcionários públicos. O documento se destina a todos que, direta ou indiretamente, têm relacionamento com a TAURUS, administradores e colaboradores, e suplementa, mas não substitui o nosso Código de Ética.

Além de membros da administração e empregados, o Manual Anticorrupção é extensivo aos terceiros que representam a TAURUS, tais como consultores, prestadores de serviços, parceiros de negócios, fornecedores, que deverão ter inclusas, em seus respectivos contratos, cláusulas que assegurem o cumprimento da Lei Anticorrupção

No caso de identificado qualquer caso de corrupção, o colaborador terá seu contrato de trabalho rescindido e, dependendo da gravidade do ato, responderá judicialmente por suas ações. Se empregado terceirizado, a empresa prestadora de serviços terá seu contrato rescindido e responderá judicialmente pela ação, caso o ato tenha relação com a Taurus.

O Manual Anticorrupção determina regras e procedimentos como:

- vedação de oferecimento de vantagens indevidas a agente público, nacional ou estrangeiro;
- obrigatoriedade de que reuniões com agente público nacional ou estrangeiro, independente do assunto, seja registrada na agenda de reuniões com agentes públicos e/ou em ata de reunião;
- proibição de dar, prometer ou oferecer presentes ou brindes em troca de tratamento favorável inapropriado;
- vedação a pagar, prometer ou oferecer a agente público, nacional ou estrangeiro, despesas com entretenimento, tais como jogos e shows, viagens e hospedagens;
- normas para que a participação da TAURUS em processos licitatórios seja realizada de forma íntegra, correta, idônea, honesta e de boa-fé;
- Vedação a dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional;
- Normas relacionadas a doações e patrocínios.

5.4 - Programa de Integridade

O Manual Anticorrupção da Taurus está vigente e disponível no site da Companhia (www.taurusri.com.br no menu “governança corporativa”, “códigos e políticas”).

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

  Nosso Código de Ética se aplica a todos os administradores e colaboradores da Companhia, nas relações com clientes, acionistas, fornecedores, prestadores de serviços, concorrentes, órgãos públicos, sociedade e o público em geral.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

  Não há frequência regular de treinamento relativo ao Código de Ética, que é apresentado a cada administrador e empregado no momento de sua entrada na Companhia. Ainda assim, é responsabilidade dos administradores e colaboradores conhecer e aplicar integralmente o Código de Ética, fortalecendo os princípios e valores ali estabelecidos.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

  As condutas que estiverem em desacordo com este Código de Ética estarão sujeitas a medidas disciplinares, conforme contrato de trabalho e legislação trabalhista, civil ou criminal.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

  Nosso Código de Ética foi originalmente aprovado pelo Conselho de Administração em sua reunião realizada em 04 de julho de 2011 e revisado em 26 de julho de 2016. Está vigente e disponível no site de Relações com Investidores da Companhia, www.taurusri.com.br no menu “governança corporativa”, códigos e políticas.

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Temos um canal para esclarecimento de dúvidas sobre o Código de Ética, manifestações diversas e denúncias que funciona 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano. Os registros de denúncias, sugestões e dúvidas podem ser realizados por meio de ligação telefônica (0800), de site ou de aplicativo. As ligações são sempre gratuitas, de qualquer lugar do país. O IP do computador utilizado para o contato não é registrado, assim como o telefone de origem de ligações não é rastreado. Consideramos importante, além de denúncias de possíveis violações relacionadas ao Código, também conhecer os questionamentos, para que possamos orientar e corrigir eventuais desvios.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

  Mantemos contrato com uma empresa independente especializada, que garante o sigilo e confidencialidade dos contatos realizados. Todos os atendentes são especialmente treinados para extraírem o máximo de informações possíveis de cada ligação, o que otimiza o aproveitamento dos relatos recebidos, economizando tempo e recursos durante o processo de investigação.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

  O canal está aberto para todos, sejam empregados, terceiros, clientes, fornecedores e o público em geral. Os contatos estão disponíveis no Código de Ética e no Manual Anticorrupção da Taurus, disponíveis no site da Companhia (, www.taurusri.com.br no menu “governança corporativa”, “códigos e políticas”)

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

5.4 - Programa de Integridade

O contato com o canal de denúncias pode ser feito de forma anônima e o sigilo do caso será garantido. Não será tolerada nenhuma retaliação contra quem fizer um questionamento ou, de boa-fé, denunciar algum comportamento possivelmente inadequado.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

  Comitê de Ética

d) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Conforme estabelecido no Manual Anticorrução da Companhia, para aquisição, fusão e outras formas de associações empresariais, a TAURUS realiza o processo de *due diligence*, com o objetivo de identificar histórico de envolvimento com corrupção ou outros tipos de condutas ilegais ou antiéticas, identificar riscos da operação e verificar a existência de controles internos e medidas de integridade na empresa-alvo.

e) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica, pois a Companhia conta com regras, políticas e procedimentos estabelecidos no seu Manual Anticorrupção.

5.5 - Alterações significativas

5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Podemos citar a questão do endividamento, como aspecto onde consideramos que houve redução do nível de risco a que nossa Companhia está sujeita em relação ao cenário do exercício anterior. Com o acordo firmado com o sindicato de bancos credores em julho de 2018, que estabeleceu o alongamento do perfil de vencimento e a redução dos juros da dívida, avaliamos que temos melhores condições para cumprir com as obrigações financeiras estabelecidas e, consequentemente, também com as demais obrigações da Companhia. Assim, houve redução do risco de *default* com relação à dívida e consequente possível situação de falta de liquidez que poderia tornar inviável a manutenção das atividades.

A partir dos resultados obtidos com a adoção do plano estratégico em termos de melhoria de indicadores operacionais, incluindo as inovações adotadas no processo industrial, que conferem maior garantia de qualidade na produção, a Companhia registrou em 2018 aumento da receita e passou a ter maior geração operacional de caixa. Também o lançamento de produtos que incorporam tecnologia e qualidade, com ótima aceitação do consumidor, vem contribuindo para o aumento das vendas e para recuperar a imagem e admiração pela marca no mercado. Avaliamos que, com isso, os riscos relacionados à confiabilidade e segurança de nossos produtos e à não geração de caixa suficiente para cumprir com nossas obrigações e manter as atividades da Companhia em função de reduzido volume de vendas, da mesma forma, apresentou redução em relação ao quadro que se apresentava no exercício anterior.

Ainda assim, em relação ao último exercício social, não houve alteração significativa em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta e que estão mencionados nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência. Consideramos, no entanto, que a situação da Companhia apresentou evolução positiva comparado ao observado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e, portanto, comparativamente, houve redução dos riscos acima mencionados.

Em 08 de março de 2019, a Taurus firmou acordo para pôr fim à ação judicial proposta no U.S. District Court for the Southern District of Florida por William Burrow, Oma Louise Burrow, Suzanne M. Bedwell e Ernest D. Bedwell contra a Taurus e sua controlada nos Estados Unidos, Braztech International L.C. Referida ação judicial diz respeito a supostos defeitos apresentados em determinados modelos de revólveres fabricados com a marca Rossi, durante determinado período.

O acordo celebrado foi aprovado preliminarmente no dia 15 de março de 2019 pelo juízo do U.S. District Court for the Southern District of Florida e pende de homologação final pela Corte Americana, prevista para ocorrer ainda no segundo semestre de 2019.

A celebração do acordo é resultado de uma extensa negociação e a administração da Taurus entende que esse acordo é um grande passo para minimizar impactos financeiros à Companhia e dar mais estabilidade à gestão, evitando, assim, possíveis efeitos adversos aos quais estaria exposta em caso de continuação do litígio.

A decisão corrobora com o processo de reestruturação que a Companhia está vivendo, buscando rentabilidade sustentável e melhora dos indicadores financeiros e operacionais. Todos os pagamentos previstos no acordo somente se tornarão obrigatórios após a aprovação final e definitiva.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores deste Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	17/11/1939
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	02/03/1982

6.3 - Breve Histórico

6.3. Breve histórico do emissor

Nossa Companhia foi fundada em 1939 e, portanto, está completando 80 anos de história em 2019. Apresentamos, a seguir, um pouco dessa história.

No final dos anos 30, o ambiente político e econômico estava repleto de incertezas, já que a conjuntura europeia apontava para iminentes conflitos que acabariam por afetar toda a geopolítica mundial. Apesar de esses temores chegarem ao Brasil, o ambiente econômico nacional se mostrava propício ao empreendedorismo. O País havia sido uma das primeiras nações a superar as dificuldades da Crise de 29 e o governo de Getúlio Vargas procurava investir forte no desenvolvimento industrial brasileiro.

Apostando na sua força de trabalho e de superação, o Rio Grande do Sul vivia uma época auspiciosa e buscava aumentar a sua inserção na economia nacional, consolidando a sua condição de grande fornecedor do mercado interno brasileiro, o que iria se confirmar nos anos de guerra.

É em tal contexto, em uma região marcada por diversos conflitos em nome da posse da terra, pela multimiscigenação e por ambiente econômico e social bastante diverso do restante do País que surge, em 1939, a Forjas Taurus (atual Taurus Armas S.A.).

Ao longo de sua trajetória de sucesso, a Empresa vai priorizar investimentos nas potencialidades da região, apostar na força de trabalho gaúcha e colaborar para o crescimento do Estado no cenário econômico brasileiro e mundial.

Anos 30

A Forjas Taurus Ltda. (atual Taurus Armas S.A.) nasce quando os amigos João Kluwe Júnior, Ademar Orlando Zanchi, Oscar Henrique Purper, Eugênio Ervin Hausen, Herbert Müller e João Guilherme Wallig decidem criar a própria empresa. Encomendaram o maquinário da Alemanha. No entanto, com o início da Segunda Guerra, as compras foram suspensas. Como não existiam fornecedores no Brasil, os empresários decidiram fabricar suas próprias máquinas, a princípio destinadas apenas ao consumo interno, e mais tarde, comercializadas para outras empresas.

Na esteira da Guerra, o fornecimento de petróleo foi comprometido, forçando a empresa a construir fornos de gaseificação. Com a escassez do aço, a Taurus passou a confeccionar produtos com sucata. Um batismo de fogo, mas que demonstrou, desde o princípio, o empenho e a criatividade inerentes à marca.

Anos 40

Com o fim da Segunda Guerra, a importação de máquinas ficou mais fácil e mais barata. Isto dificultou a comercialização dos produtos nacionais. Diante do novo cenário, a Empresa voltou ao seu objetivo original, redirecionando investimentos e começando a fabricar revólveres e ferramentas manuais. Em 27 de junho de 1949, a Forja Taurus (atual Taurus Armas S.A.) transformou-se em uma Sociedade Anônima, dando início a um novo ciclo de crescimento.

Anos 50

A fabricação e a venda de armas se intensificam e, em pouco tempo, a produção e a demanda crescem. O parque industrial da empresa é ampliado e tem início a construção de uma nova fábrica.

Anos 60

Concluída a ampliação do parque industrial, foi construída uma nova fábrica, na zona norte de Porto Alegre. Entretanto, a década de 60 foi marcada por grandes tensões políticas no País, que resultaram em regulamentação extremamente rígida para a comercialização de armas.

6.3 - Breve Histórico

Anos 70

No início dos anos 70, a Forja Taurus (atual Taurus Armas S.A.) passou seu controle acionário para uma empresa estrangeira. Também nessa época, incorporou os equipamentos da tradicional marca de ferramentas inglesa Ifesteel. Surgia, então, a Taurus Ferramentas Ltda., em São Leopoldo. Em 1977, as ações da Taurus voltaram ao controle de uma empresa nacional, a Polimetal – Indústria e Comércio de Produtos Metálicos Ltda.

Anos 80

Em julho de 1980, foi adquirida a totalidade das ações da subsidiária brasileira da Indústria e Comércio Beretta S.A., de capital italiano, sediada em São Paulo, especializada na fabricação de pistolas e metralhadoras. Com isso, a Taurus passou a imprimir a sua marca em pistolas semiautomáticas, aumentando ainda mais sua capacidade de produção e linha de produtos.

Em 1981, nascia a Taurus International Manufacturing Inc. (TIMI), em Miami, Flórida, EUA, criada para impulsionar o crescimento no mercado norte-americano. Dois anos depois, surgia a Taurus Blindagem Ltda., empresa do grupo responsável pela produção de escudos e coletes à prova de balas.

Em agosto de 1986, a Taurus iniciou, por meio da Taurus Blindagens, a produção de capacetes da fábrica Induma – Metais e Plásticos Ltda. Em pouco tempo, tornou-se pioneira no Brasil na utilização de Kevlar, uma fibra sintética cinco vezes mais resistente que o aço. Estava consolidada a liderança no mercado de capacetes para motocicletas e ciclistas, coletes à prova de balas e escudos antitumulto.

Anos 90

Em 1990, a Taurus Blindagens foi transferida para Guarulhos, São Paulo. Um ano depois, foi adquirida a Mecanótica Indústria e Comércio de Equipamentos e Produtos Óticos, detentora da famosa marca de óculos e capacetes para motociclismo Champion. O ano de 1991 marcou também o início da fabricação e comercialização das pistolas PT-22 e PT-25 pela Taurus International Manufacturing Inc.

Em 1994, o Inmetro aprovou o selo ISO 9000 série 9001 para a Taurus. Posteriormente, o Underwrites Laboratories (UL) ratificou a certificação, com o reconhecimento nos Estados Unidos. A certificação ISO 9000 do Instituto Brasileiro de Qualidade Nuclear (IBQN) veio em 1995, junto com a certificação do RWTÜV – Rheinisch Westfôlischer Technischer Überwachungs-Verein e V., de Essen, Alemanha. Em novembro de 1999, a Taurus completou 60 anos de existência. Em sua trajetória, a Empresa se tornou uma das três maiores fabricantes mundiais de armas curtas, com clientes em mais de 70 países, nos cinco continentes.

Anos 2000

Em 2000, a Taurus International foi escolhida pelos membros da Academia de Indústria de Esportes de Tiro americana como a “Fábrica do Ano”, e suas pistolas e revólveres Titanium Millennium e Total Titanium como “Arma do Ano”. Em 2001, recebeu o troféu “Fabricante do Ano” da Associação Nacional de Atacadistas de Artigos Esportivos dos EUA (Nasge). Em 2003, conquistou novas premiações, destacando-se a Taurus Copper Bullet.45 e a 480 Raging Bull. Em plena fase de diversificação de suas atividades, em 2004, a Taurus consolidava dois novos negócios: assumia o controle operacional da Wotan, de Gravataí, formando a Taurus Wotan, e associava-se à Famastil, de Gramado, criando a Famastil Taurus.

Em outubro de 2005, os brasileiros participaram de um referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições no País. A maioria dos eleitores (63,94%) se posicionou contra a restrição, enquanto aproximadamente pouco mais de um terço do eleitorado (36,06%) apoiou a restrição de venda de armas. A Companhia saudou o resultado não apenas pela sua repercussão econômica, já que a maior parte dos produtos do segmento armas é destinada ao mercado externo, mas, também, pelo amadurecimento da sociedade brasileira em vetar restrições sobre a sua liberdade e direito à autodefesa.

No mesmo ano, a pistola PT 24/7 recebeu o prêmio “Golden Bullseye Award” de Handgun of the Year (Arma do Ano), nos Estados Unidos, concedido pela American Rifleman.

6.3 - Breve Histórico

Em 2008, a Empresa investiu na ampliação da produção de armas longas na unidade de São Leopoldo.

2010/2011

A década começou com novos empreendimentos da Companhia. Com o início das operações da nova unidade industrial da Bahia, foi possível ampliar a produção de capacetes, atendendo a pedidos da demanda interna. Com tal acréscimo, atingiu-se a importante marca de 2 milhões de capacetes produzidos anualmente e capacidade produtiva anual total de 2,5 milhões de unidades.

Em 2011, foi realizada importante reestruturação societária, alterando a composição do capital social. A Companhia passou a ser caracterizada como uma corporação com controle difuso, porém com um acionista de referência. Além disso, teve início amplo processo de aprimoramento da governança corporativa, com a adesão, em julho de 2011, ao Nível 2 da Bolsa de São Paulo, com as decorrentes vantagens e garantias asseguradas aos seus acionistas, incrementando sua imagem institucional no mercado de capitais.

O Estatuto Social foi alterado para refletir os avanços regulatórios e de governança corporativa, como: maior representação de todos os acionistas no Conselho de Administração; criação de Comitês Estatutários de assessoramento ao Conselho com manutenção, ainda, do Conselho Fiscal como órgão de funcionamento permanente; vedação à acumulação dos cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente.

Além disso, a Taurus comemorou a sétima conquista do Prêmio “Handgun of the Year”, considerado o mais importante da Indústria de Armas dos Estados Unidos. A pistola PT 740, foi reconhecida pelo *design* inovador, avanços tecnológicos no uso de materiais, ergonomia e segurança.

2012 / 2013

Em 2012, foram adquiridas duas empresas: (i) a Steelinject (tecnologia M.I.M. - Metal Injection Molding) no Brasil; e (ii) a Heritage nos EUA, empresa de alta rentabilidade, com atuação em nichos especiais do mercado de armas.

Também nesse ano foi realizada a transferência da unidade industrial da Heritage de Opa Locka (FL) nos EUA, para a unidade da TIMI – Taurus International Manufacturing, Inc. em Hialeah, na Região da Grande Miami (FL) nos EUA.

Em 2013, os ajustes em termos de produção industrial tiveram continuidade com a tranferência, no Brasil, da unidade industrial da Steelinject (injetados metálicos para terceiros) para São Leopoldo (RS). O ano de 2013 foi também um período de consolidação da reestruturação organizacional, com profundas modificações na gestão e novo organograma funcional aprovado no final de 2012 e concluído em dezembro de 2013.

Diversas ações foram realizadas voltadas à reestruturação dos processos produtivo e de vendas. A forjaria para terceiros foi descontinuada e, no segmento de armas, foi feita redução drástica da quantidade de modelos (SKUs), concentrando naqueles de maior margem de contribuição.

2014

Uma série de eventos alheios aos negócios trouxeram dificuldades de gestão e custos extraordinários relevantes para o resultado. Os esforços administrativos que culminaram na reapresentação das Demonstrações Financeiras de 2012 e Informações Trimestrais de 2012 e 2013, e o processo do aumento de capital que, após confirmação pelo CADE, resultou em alteração do controle da Companhia, foram alguns dos fatores relevantes que tornaram o ano atípico e complexo, tanto na esfera societária, como nas áreas mercadológica e operacional.

6.3 - Breve Histórico

Adicionalmente, o mercado de armas nos Estados Unidos sofreu forte retração conjuntural, acirrando ainda mais a concorrência via preços. Já as exportações para outros países apresentaram forte alta. Em termos absolutos, a Companhia duplicou suas vendas para esse mercado, mantendo margens satisfatórias.

2015 / 2016

A estratégia da Companhia foi organizada em torno de dois pilares fundamentais: a) reorganização do processo de produção industrial, com vistas à obtenção de maior sinergia, redução de custos fixos, melhoria da qualidade dos produtos e, em consequência, maior rentabilidade; b) modernização e racionalização da gestão corporativa, com a adoção de ferramentas modernas de gerenciamento de processos.

Em 2016 efetivou-se a transferência do site de Porto Alegre, incluindo a área administrativa, para São Leopoldo, consolidando em uma só unidade industrial toda a produção de armas no Brasil. Para tanto, foram redesenhados os processos e *layouts* das fábricas.

A postura de respeito ao meio ambiente também foi destaque da nova unidade em São Leopoldo. A Taurus investiu em projetos de redução de impactos ambientais, como a nova Estação de Tratamento de Efluentes Industriais e Água, com capacidade de reutilização de 20% da água consumida, e a nova Central de Resíduos e Almoxarifado de Produtos Químicos, construída para atender às normas de gestão de resíduos e produtos controlados pelo Exército e Polícia Federal.

Outro destaque foi a adoção do sistema ERP SAP, que teve seu “go live” em janeiro de 2016, visando controles mais eficientes, além do gerenciamento das informações e sinergias.

No aspecto financeiro, após negociações com as principais instituições credoras da Companhia, em dezembro de 2016, foi concluído o processo de reperfilamento de dívida, que alongou o prazo de vencimento de dívidas que totalizavam US$ 150,7 milhões para serem pagos em 5 anos, com 2 anos de carência para o pagamento do principal.

2017

Em 2017 a Taurus completou a unificação de suas plantas em São Leopoldo e estabilizou sua produção, além de concluir o desenvolvimento de fornecedores locais e de toda sua logística operacional e industrial.

O ano de 2017 ainda foi bastante desafiador, principalmente no mercado norte-americano, maior mercado da Companhia, mas que finalmente experimentou movimento de normalização de demanda, após os ajustes decorrentes das eleições presidenciais no final de 2016. Em que pese esse ambiente adverso de mercado, a Companhia mostrou-se ágil em redimensionar sua estrutura de despesas, mix de produtos, custos, pessoal e produção que, já na segunda metade de 2017, estavam ajustadas aos novos níveis de demanda. O ano de 2017 foi marcado também, no Brasil, pelos primeiros embarques da Pistola Hammer e do Fuzil T4, que tiveram como destino Oriente Médio e Ásia. Nos EUA, destaque para o início das entregas da Pistola Spectrum, primeira pistola Taurus desenvolvida e produzida naquele país.

Com relação ao endividamento bancário, apesar dos esforços proferidos durante o ano, o cronograma acordado para pagamento de juros ao sindicato de bancos não foi cumprido. Dessa forma, a dívida com o sindicato retornou para o curto prazo em 31 de dezembro de 2017.

2018

O ano teve início com a posse de nova diretoria reforçando as ações detalhadas no plano estratégico que têm por objetivo recuperar os indicadores operacionais e financeiros da Companhia e posicionar a Taurus entre as maiores e melhores fabricantes de armas leves do mundo.

Em julho/2018, foi concluída a renegociação com relação com sindicato de bancos, conduzida por consultoria externa especializada, que envolve o reperfilamento de dívidas com um grupo de credores e a 3ª emissão pública de debêntures da Taurus. O prazo de vencimento para cerca de US$ 162 milhões em dívidas foi alongado, passando a ser de cinco anos, com carência de pagamentos das parcelas de amortização do principal

6.3 - Breve Histórico

e dos juros no ano de 2018. A Companhia obteve também alongamento no prazo e redução das taxas nas operações de PPE (Pré-Pagamento de Exportação) e ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio) que, ainda que contabilizadas no curto prazo, têm renovação automática, com a possibilidade de serem liquidadas até outubro de 2022. A renegociação proporcionou redução de 50% da taxa de juros em relação ao vigente anteriormente, o que representa mais de R$ 120 milhões em encargos em cinco anos, além do alongamento do perfil da dívida.

A operação de capacetes foi colocada à venda, assim como ativos fixos que não estão em utilização, como a área da antiga unidade industrial em Porto Alegre, RS. Os recursos a serem obtidos com a venda serão integralmente destinados exclusivamente à amortização da dívida com instituições financeiras.

O processo industrial foi revisto e os lançamentos de produtos voltaram a fazer parte do dia a dia das operações, com intensa renovação do portfólio: foram 32 modelos de armas lançados no ano. O mercado respondeu de forma muito positiva à qualidade dos produtos e diversidade do portfólio, contribuindo para a Companhia reconquistar a credibilidade dos consumidores.

Com o revólver Taurus Raging Hunter, lançado no final de 2018, a Companhia ganhou mais uma importante premiação internacional, o American Handgun of the Year 2019.

As mudanças estruturais adotadas proporcionaram melhoria dos resultados, confirmando o acerto das ações relacionadas ao plano estratégico. O lucro bruto foi multiplicado em mais de três vezes em relação ao obtido no exercício de 2017, atingindo R$ 307 milhões, com margem bruta de 36%, o que é superior à margem bruta das duas empresas estrangeiras de capital aberto do setor. A administração está confiante que 2018 foi o primeiro ano de uma nova fase da Companhia.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

Até a data deste formulário de referência, não houve pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

Nossa principal atividade é a produção e comercialização de armas leves, com produção em duas unidades industriais – Brasil e EUA – e vendas para mais de 100 países. A Companhia é a terceira maior fabricante de armas leves do mundo.

- Taurus Armas S.A. (Companhia emissora): (i) fabricação e comercialização de revólveres, pistolas e armas táticas, incluindo carabinas, fuzis e metralhadoras ; e (ii) participação em outras empresas.
- Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.: (i) industrialização de peças metálicas por encomenda; (ii) caldeiraria industrial; (iii) usinagem de metais sob encomenda; e (iv) participação em outras empresas.
- Taurus Holdings, Inc.: opera nos Estados Unidos da América, por meio das seguintes controladas integrais e respectivas atividades:
    a) Taurus International Manufacturing, Inc.: fabricação de pistolas e comercialização de revólveres e pistolas (inclusive aquelas adquiridas de sua controladora Forjas Taurus S.A.), sob a marca Taurus, nos mercados norte-americano e canadense; e
    b) Braztech International, L.C.: comercialização de revólveres, pistolas e armas longas, sob a marca Taurus, nos mercados norte-americano e canadense; e.
    c) Heritage Manufact., Inc.: fabricação e comercialização de revólveres.
- Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.: (i) compra, venda e locação de imóveis próprios e de terceiros; e (ii) participação em empresas.
- T. Investments Co. Inc.: subsidiária com sede no Panamá, criada para adquirir os créditos da Hunter Douglas N.V. perante a Wotan Máquinas LTDA e fazer as devidas liquidações financeiras.

Operação colocada à venda e, portanto, cujos resultados passaram a ser apresentado como “operações descontinuadas” a partir de de 2018:

- Taurus Blindagens Nordeste Ltda.: (i) indústria, comércio, importação e exportação de capacetes para motociclismo e ciclismo, e (ii) participação em outras sociedades.
- Taurus Helmets Indústria de Capacetes, nova denominação social de Taurus Blindagens Ltda. (Operação Descontinuada): (i) fabricação e comercialização de capacetes para motociclistas; (ii) participação em outras empresas.

Operação encerrada em 2017:

- Taurus Plásticos LTDA.: (ii) fabricação, comércio, importação, exportação e locação de produtos plásticos injetados (operação cindida da Taurus Helmets Indústria de Capacetes, nova denominação social de Taurus Blindagens Ltda).

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1.-A. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista

Não aplicável visto que o emissor não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a) produtos e serviços comercializados

Armas

O segmento contempla armas curtas (revólveres e pistolas de uso de segurança pública, privada, uso restrito militar e civil), armas longas (rifles, carabinas e espingardas), além de submetralhadoras. As operações são realizadas pela nas unidades industriais do Brasil, em São Leopoldo/RS e dos Estados Unidos, na Flórida (em transição para a nova unidade industrial no Estado norte-americano da Georgia).

Outros

A partir de janeiro/18, o segmento é representado exclusivamente por peças metal-injetadas (M.I.M. - *Metal Injection Molding*).

Operação Descontinuada - Capacetes

Em março de 2018, a Administração da Companhia assumiu o compromisso de alienação da operação de capacetes. Para a condução deste processo foi contratada consultoria especializada. Devido à decisão de descontinuidade do investimento, o mesmo foi classificado como "mantido para venda" e contabilizado de acordo com o pronunciamento técnico IFRS 5 e CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, sendo esta reclassificação apenas de caráter contábil. O segmento de capacetes segue operando normalmente, com produção nas unidades da Taurus Blindagens Ltda., em Mandirituba/PR, e na unidade da Taurus Blindagens Nordeste Ltda., em Simões Filho/BA. A operação está em garantia à renegociação de dívida com sindicato de bancos, de modo que os recursos provenientes de sua alienação serão destinados exclusivamente à amortização de dívida com as instituições financeiras.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

R$ milhões	2018		2017		2016	
	Receita líquida	% na receita total	Receita líquida	% na receita total	Receita líquida	% na receita total
Armas	833,2	98,6%	676,7	97,3%	707,3	85,2%
Outros	12,0	1,4%	18,6	2,&%	100,5	12,1%
Capacetes*	NA	NA	NA	NA	22,5	2,7%

** O resultado da operação de capacetes foi contabilizado como "Operações descontinuadas".*

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

R$ milhões	2018		2017		2016	
	Resultado	% no resultado	Resultado	% no resultado	Resultado	% no resultado
Armas	296,9	96,5%	84,2	88,3%	148,1	76,7%
Outros	10,7	3,5%	11,2	11,7%	30,2	15,6
Capacetes	NA	NA	NA	NA	14,9	7,7%

** O resultado da operação de capacetes foi contabilizado como "Operações descontinuadas".*

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

a) características do processo de produção

A Companhia independe de marcas comerciais, franquias, concessões ou contratos de assistência técnica pertencentes a terceiros. Não existem riscos aparentes e esperados de paralisação no processo produtivo em função da falta de matéria prima ou de energia. Em todas as fases de fabricação, é exercido rigoroso controle de qualidade, desde a matéria prima utilizada até o produto final.

No parque fabril da Companhia, encontram-se máquinas modernas mescladas com outras que estão em uso há mais tempo, mas em plena capacidade de produção, devido à periódica manutenção preventiva e corretiva. A Taurus detém tecnologia própria, em fase operacional, sedimentada e aperfeiçoada continuamente a partir de investimentos substanciais no aprimoramento de processos produtivos e na melhoria da qualidade dos produtos.

Frente a eventuais possibilidades de fortuitos com incêndios, a Companhia realiza, periodicamente, treinamentos de prevenção e combate, com orientações técnicas de profissionais experientes e testes de simulação em nossas instalações, dispondo, ainda, de brigadas de incêndio de prontidão, sempre buscando a minoração de riscos.

Armas

O processo de produção de armas, por se tratar de uma indústria eminentemente metalúrgica, utiliza as seguintes fases básicas e processos de transformação:

(i) forjamento, a partir de várias formas de perfis, em diferentes materiais, tais como aço, aço inox, alumínio, titânio e magnésio;

(ii) usinagem, em tornos CNC, centros de usinagem CNC, fresadoras, furadeiras e brochadeiras, utilizando como matéria prima forjados, perfis de aço e alumínio;

(iii) *Metal Injection Molding* - MIM, em que pequenas peças são injetadas em moldes desenvolvidos pela Taurus e sinterizadas em fornos;

(iv) acabamento, lixamento, jateamento e polimento;

(v) tratamento térmico e tratamento superficial; e

(vi) montagem final, composta de diversos processos de montagem, ajustes e calibrações.

Tanto os processos de produção de armas, quanto os de projeção de produtos são constantemente incrementados com inovações tecnológicas surgidas nos setores nos quais a Companhia atua, com o fim de proporcionar melhor qualidade e eficiência.

Os processos manuais de lixamento estão sendo substituídos por um processo automatizado, com células robotizadas de lixamento, o que garante maior qualidade e produtividade. Cabe mencionar que parte do processo pode ocorrer na cadeia de fornecimento.

Capacetes (Operação Descontinuada a partir de 2018)

O processo de produção de capacetes utiliza as seguintes fases:

(i) injeção em ABS;

(ii) pintura, por meio de processos ora manual, ora automatizado;

(iii) acabamento;

(iv) costura, a partir de tecidos, espuma e chapas de policarbonatos, utilizando-se de máquinas de corte, costura e balancim; e

(v) montagem final.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A Companhia iniciou a fabricação de capacetes no Brasil e hoje é líder no mercado, com cerca de 50 modelos diferentes. Construindo e desenvolvendo um moderno sistema de testes de impacto e resistência, na década de 1990, a Taurus tornou-se a única empresa em toda a América do Sul a possuir um laboratório que atendesse às Normas NBR e SNELL (USA).

b) características do processo de distribuição

Armas:

Mercado nacional - rede de representantes que operam na maioria dos estados brasileiros, onde atuamos no mercado Civil, lojistas, além do grande atendimento à Instituições através da nossa venda patrimonial às corporações Brasileiras.

Mercado norte-americano - operações próprias executadas por controlada indireta.

Demais países - rede de distribuidores, agentes e representantes, que abrange mais de 74 países.

Capacetes (Operação Descontinuada em 2018) e Outros:

Mercado nacional - rede de representantes que opera em todos os estados brasileiros. As vendas são efetuadas de forma pulverizada, atendendo a clientes de diferentes perfis e mercados, que vão desde pequenos varejos até grandes atacadistas e distribuidores, bem como repartições públicas, por meio de processos licitatórios públicos. As produção de MIM (*metal injection molding* ou peças de metal injetadas) para terceiros são realizadas sob encomenda.

Mercado externo - atuamos por meio de exportação direta e, para alguns países da América do Sul, por meio de empresa comercial exportadora. Representa menos de 1% do total comercializado.

c) características dos mercados de atuação

Armas

Os produtos são vendidos no mercado nacional (17,2% da receita líquida de armas em 2018) e ao mercado externo (82,8% da receita líquida de armas em 2018). No mercado doméstico, as vendas de armas destinam-se a atender o mercado governamental, policiais, magistrados e CACs (caçadores, atiradores e colecionadores). No mercado externo, especificamente nos EUA, principal mercado da Companhia (75,2% da receita líquida de armas), as vendas atendem o mercado civil enquanto, em outros países, as vendas atendem principalmente clientes governamentais.

É um segmento que segue diversas normas e regulamentações específicas, tanto no Brasil como no exterior. Os clientes governamentais de outros países, muitas vezes, solicitam testes e especificações particulares.

A Taurus é a terceira maior produtora de armas curtas do mundo.

Capacetes (Operação Descontinuada em 2018)

Os produtos são vendidos no mercado interno. Com um mercado pulverizado, a Companhia é líder no mercado nacional.

d) eventual sazonalidade

Os segmentos de atuação da Companhia não são sazonais. Ainda assim, há certa oscilação no volume de vendas de armas no mercado norte-americano, em função de períodos de caça e outros fatores.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

e) principais insumos e matérias primas

Armas

Na fabricação de revólveres, pistolas e armas longas são utilizados, preponderantemente, aço e polímeros diversos, tratando-se de uma indústria eminentemente metalúrgica. Os controles e as regulamentações governamentais exercidos sobre a fabricação, a comercialização, o registro e a posse de armas de fogo e de munição não se estendem às atividades dos principais fornecedores. As matérias primas e outros insumos utilizados no processo produtivo são obtidos, em sua maioria, no âmbito nacional e a preços de mercado, inexistindo riscos reais de paralisação, em razão da grande quantidade de fornecedores. Há considerável grau de volatilidade nos preços dos insumos e matérias primas, em especial, quanto à cotação dos minérios utilizados no processo produtivo, fortemente influenciado pelo mercado internacional.

Capacetes (Operação Descontinuada em 2018)

Na década de 1980, a Companhia desenvolveu os primeiros modelos em fibra de vidro e utilizando o Kevlar® como matéria prima. Atualmente, na fabricação de capacetes, são utilizadas matérias primas de alta qualidade atestadas pelo INMETRO, na forma das principais normas veiculas pelas Portarias INMETRO/MDIC n.º 456 de 01.12.2010; n.º 118 de 05.05.2009; n.º 265 de 30.06.2008; e n.º 66 de 20.02.2008. A Companhia possui completo e moderno laboratório, dentro das mais rigorosas normas de segurança, para testes de seus produtos em prol da qualidade e da segurança. As matérias-primas e outros insumos utilizados no processo produtivo são obtidos, em sua maioria, no Brasil, a preços de mercado e não existem riscos reais de paralisação dos processos produtivos em razão da diversidade de fornecedores.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a) montante total de receitas provenientes do cliente

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

No segmento de armas, a subsidiária norte-americana Taurus International Manufacturing, Inc. é a maior cliente da Taurus do Brasil, com essas vendas representando cerca de 70% da receita líquida de 2018. Não há, no entanto, clientes finais que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

A receita da venda para terceiros no segmento de MIM (peças de metal injetado) tem pouca representatividade na receita total da Companhia (1,4% em 2018).

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Considerando que os negócios com armas da Companhia se enquadram como atividade de elevado interesse nacional ligado à segurança pública e à proteção física dos cidadãos, o setor sofre intensa regulamentação e rígido controle governamental do governo brasileiro, de modo que a fabricação, o comércio local, a exportação e a importação de armas e munições se submetem à fiscalização e ao consentimento de diversos órgãos públicos de segurança.

Em relação a questões ambientais, mantemos um canal aberto de comunicação com os representantes dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais. Todas as unidades de negócio possuem Licença Ambiental ou se encontram em processo de licenciamento (ou renovação) de acordo com a Legislação vigente.

Segue descrição, por unidade de negócio, dos licenciamentos ambientais e demais registros aos quais as Empresas Taurus estão vinculadas:

- Taurus Armas S.A.: Fabricação de armas. Possui licença ambiental, autorização para compra, estocagem e utilização de produtos químicos e controlados.

  Licenças e autorizações necessárias para o funcionamento da unidade:

  – Licença da Polícia Federal nº 20099074968: Produtos Controlados

  – Cadastro IBAMA nº 40009

  – Título de Registro do Exército para fabricação de armas

  Para o transporte de armas:

  – CR – Certificado de Registro do Exército, pelas empresas transportadoras;

  – Guia de tráfego

  Para a exportação de armas:

  – Para cada exportação a Taurus solicita autorização de negociação preliminar com o país interessado junto ao Ministério das Relações Exteriores. Assim, cada operação de exportação é precedida de emissão de autorização de negociação preliminar com o país interessado na aquisição.

b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

O Brasil possui legislação específica com relação à proteção do meio ambiente. Os Governos Federal, Estadual e Municipal têm poderes para defender e proteger o meio ambiente, bem como para promulgar leis relativas à matéria. Em virtude disso, as operações realizadas no Brasil estão sujeitas a uma lista de normas ambientais e procedimentos de licenciamento.

A ausência de licença ambiental válida é classificada como crime ambiental. Quaisquer atrasos ou negativas da autoridade responsável pelo licenciamento na emissão ou renovação de licenças, bem como a incapacidade de cumprir com os requisitos ambientais estipulados durante o processo de licenciamento, poderão prejudicar ou mesmo impedir a construção e desenvolvimento regular de uma atividade.

O licenciamento ambiental para as atividades de fabricação de armas, capacetes e blindagens, forjados e máquinas operatrizes estão sujeitas, dentre outras exigências, à elaboração prévia de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), bem como à implementação de medidas de

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

diminuição e/ou compensação, por impactos causados ao meio ambiente em virtude das atividades ou empreendimentos. Como medida de compensação, estamos obrigados a alocar fundos para implementação e manutenção de áreas de conservação.

Estamos comprometidos em conduzir nossas atividades de forma a incorporar, como valores centrais, segurança, saúde e proteção ao meio ambiente. O Conselho de Administração aponta programas e aloca os recursos necessários para assegurar que todos os empregados estejam cientes e trabalhem em conformidade com os princípios de saúde, segurança e meio ambiente. A administração integra estes princípios, espelhando-os em um sistema de gestão ambiental e é responsável por sua adoção com o objetivo de evitar lesões, danos a ativos e de minimizar quaisquer efeitos sobre o meio ambiente e, ao mesmo tempo, respeitar a biodiversidade e as comunidades locais.

Cumprimos com todas as regulamentações locais relativas à saúde, à segurança e à proteção do meio ambiente, além de definirmos práticas e padrões internos conforme o necessário. Esses padrões e práticas serão comuns em todas as áreas geográficas em que atuamos, salvo especial tratamento adaptado a peculiaridades locais, e serão projetados levando em conta as tendências na legislação e nos padrões internacionais.

Mantemos, regularmente, comunicação com os grupos de interesse e comunidades, compartilhando conhecimento e reportando nosso desempenho e o efeito de nossas atividades e produtos sobre as pessoas e o sobre o meio ambiente de forma confiável e transparente. Adicionalmente, estabelecemos sistematicamente metas e objetivos para o aprimoramento contínuo nessas áreas com a pesquisa de novas abordagens e soluções técnicas. O desempenho em relação a tais objetivos é avaliado e as medidas corretivas necessárias são aplicadas, sempre que necessários.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de *royalties* relevantes para o desenvolvimento das atividades

Realizamos pesquisa e desenvolvemos tecnologia e produtos a partir de programas preestabelecidos. Dessa forma, operamos com tecnologia própria, sedimentada e aperfeiçoada continuamente por meio de investimentos substanciais no aprimoramento de processos produtivos e na melhoria da qualidade dos produtos. A Companhia independe de marcas de terceiros, bem como de concessões, contratos de *royalties* e licenças.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

2018: R$ 155.380; 18% da receita consolidada

2017: R$ 110.150 mil; 16% da receita consolidada

2016: R$ 216.076 mil; 26% da receita consolidada

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Em R$ mil	2018		2017		2016	
	Receita	%	Receita	%	Receita	%
Estados Unidos	626.661	75,21	541.270	79,99	577.064	81,59
Bangladesh	9.332	1,12	11.764	1,74	14.895	2,11
Argentina	1.236	0,15	5.429	0,80	4.913	0,69
França	2.125	0,26	3.925	0,58	2.534	0,36
Chile	1.415	0,17	3.113	0,46	279	0,04
Burquina			2.182	0,32		-
Honduras	2.051	0,25	1.654	0,24		-
Omã	26.691	3,20	2.844	0,42		-
Alemanha	3.143	0,38	2.441	0,36	885	0,13
Costa Rica	56	0,01		-		-
Burquina		-		-		-
África do Sul	3.786	0,45	2.085	0,31	1.951	0,28
Reino Unido	76	0,01	178	0,03		-
Cingapura	336	0,04		-		-
Honduras		-		-		-
Peru	863	0,10	1.604	0,24	1.177	0,17
Zâmbia	266	0,03		-		-
Filipinas	4.523	0,54	1.297	0,19		-
Senegal	246	0,03		-		-
Haiti	250	0,03		-		-
Guatemala	596	0,07		-		-
Tailândia	422	0,05		-		-
Israel	408	0,05		-		-
Marrocos	1.309	0,16		-		-
Malásia	344	0,04		-		-
Itália	693	0,08	1.067	0,16	378	0,05
Namibia	419	0,05		-		-
Nicarágua		-		-	1.352	0,19
Tailândia		-	217	0,03	100	0,01
El Salvador	146	0,02	182	0,03	301	0,04
Quênia	72	0,01		-		-
Reino Unido		-		-		-
Austrália					275	
Paquistão					441	
Bósnia	329	0,04	142	0,02	1.340	0,19
Líbano					79	
Jordânia		-		-	3.332	0,47
Outros Países	2.113	0,25	3.714	0,55	2.901	0,41

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

2018: R$ 689.907 mil; 82% da receita líquida consolidada

2017: R$ 585.108 mil; 84% da receita líquida consolidada

2016: R$ 614.197 mil; 74% da receita líquida consolidada

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

Em âmbito internacional, atuamos por meio da exportação de produtos ligados ao setor de segurança, dentre outros, a diversos países, cujas regulamentações e modelos de fiscalização diferem tenuamente das brasileiras, em face do relevante interesse público em exercer pleno controle de tão importante atividade atinente ao tema da segurança pública.

A maior parte de nossa receita provém de vendas de armas realizadas para clientes em diversos países. A regulação desses países sobre as importações de armas influencia as atividades da Companhia, que, além de atender de forma individual às legislações e exigências de cada país, monitora permanentemente as alterações pertinentes em relação às mesmas, se resguardando da possibilidade de deixar de cumprir com os requisitos suficientes e necessários das novas alterações normativas.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8. Em relação a políticas socioambientais, indicar:

a) se o emissor divulga informações sociais e ambientais

Em razão da renovação da Administração e do processo de recuperação financeira que vem ocorrendo, a Companhia está revendo, de forma a aprimorar, suas políticas socioambientais. Dessa forma, até a data de publicação deste Formulário não há divulgação de informações socioambientais formalizada.

A Companhia não publica relatório de sustentabilidade ou integrado levando em conta os ODS, pois no momento este relatório não está nos planos de trabalho da Companhia visto que seus esforços estão direcionados em sua retomada econômico-financeira.

b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Não se aplica, visto que até a data de publicação deste Formulário não há divulgação de informações socioambientais formalizada.

c) Se essas informações são auditadas ou revisadas por auditor independente:

Não se aplica, visto que até a data de publicação deste Formulário não há divulgação de informações socioambientais formalizada.

d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Não se aplica, visto que até a data de publicação deste Formulário não há divulgação de informações socioambientais formalizada.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisições ou alienações relevantes nos últimos 3 anos.

Em 2018, a Companhia colocou à venda sua operação de capacetes que, até que seja efetivamente vendida, continua operando sob gestão da Taurus. A operação é realizada pelas subsidiárias Taurus Blindagens Nordeste Ltda. e Taurus Helmets Industria de Capacetes Ltda., nova razão social de Taurus Blindagens Ltda. A venda está vinculada ao acordo firmado com bancos credores, de modo que, quando efetivada, os recursos advindos da alienação da operação, que não é foco atual da Companhia, serão destinados à redução do endividamento. Ainda, extenso terreno em região residencial nobre de Porto Alegre, onde localizavam-se as antigas instalações da Companhia, foi destinado à venda. Com valor contábil de aproximadamente R$ 50 milhões, o caixa gerado com a alienação do ativo será utilizado para redução do endividamento.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Mudanças na Administração ocorridas no decorrer dos últimos três exercícios sociais:

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 04 de janeiro de 2016, os membros do Conselho de Administração da Companhia, pela unanimidade dos votos e sem reservas ou ressalvas deliberaram a destituição do Sr. Eduardo Rácz do cargo de Diretor Vice-Presidente de Operações da Companhia e consignaram votos de agradecimento pelo trabalho realizado. O Diretor Presidente, Marco Aurélio Salvany, cumulará temporariamente as funções da Vice-Presidência de Operações.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017, foram eleitos os componentes do Conselho de Administração da Forjas Taurus. Seus membros, eleitos em chapa são Jorio Dauster Magalhães e Silva (Presidente), Fábio Luiz Munhoz Mazzaro (Vice-Presidente), Fernando José Soares Estima, Sérgio Laurimar Fioravanti, Magno Neves Fonseca. Os membros do Conselho de Administração eleitos, Srs. Jorio Dauster Magalhães e Silva, Sérgio Laurimar Fioravanti, bem como o Sr. Magno Neves Fonseca são considerados Conselheiros Independentes da Companhia, conforme definido no Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Regulamento Nível 2") e no Estatuto Social da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 28 de dezembro de 2017, os membros do Conselho da Companhia deliberaram, pela maioria dos votos, com abstenção do Conselheiro Fernando José Soares Estima, pela renúncia do Sr. **Marco Aurélio Salvany** ao cargo de Diretor-Presidente da Companhia, e do Sr. **Thiago Piovesan** dos cargos de Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro e Diretor com Relações com Investidores, após a leitura das cartas de renúncia recebidas. Para o cargo de Diretor-Presidente foi eleito o Sr. **Salésio Nuhs,** que também acumulou o cargo de Diretor de Relações com Investidores. Na mesma data foram eleitos os Srs. **Eduardo Minghelli** e **Ricardo Machado,** ambos para os cargos de Diretor sem designação especial.

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de janeiro de 2018, os membros do Conselho da Companhia deliberaram, por unanimidade dos votos e sem reservas ou ressalvas, pela renúncia dos Srs. Fernando José Soares Estima e Fábio Luiz Munhoz Mazzaro, aos respectivos cargos de Conselheiros de Administração, após a leitura das cartas de renúncia recebidas. Para os cargos de conselheiro substitutos foram eleitos os Srs. **Armenio de Oliveira dos Santos** e **Bernardo Simões Birmann,** os quais terão mandato até a AGO de 2019, tendo em vista que esta eleição foi realizada para recompor o Conselho de Administração em função do disposto no artigo 24, parágrafo 3º, do Estatuto Social e artigo 150 da Lei n° 6.404/1976.

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 22 de fevereiro de 2018, os membros do Conselho da Companhia elegeram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, para os cargos de Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores, o **Sr. Luiz Augusto Polacchini.** Assim o Sr. Salesio Nuhs, Diretor Presidente, deixou de acumular o cargo de Diretor de Relações com Investidores.

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 02 de abril de 2018, os membros do Conselho da Companhia deliberaram, por unanimidade dos votos e sem reservas ou ressalvas, pela renúncia dos Sr. Luiz Augusto Polacchini aos cargos de Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores após a leitura da carta de renúncia recebida. Para os referidos cargos foi eleito o Sr. **Sergio Castilho Sgrillo Filho.**

A atual Diretoria da Companhia, que assumiu a gestão a partir de 2018, reforçou as ações no sentido de colocar em prática o plano estratégico estabelecido que visa recuperar os indicadores econômicos e financeiros da Companhia. Dentre os principais objetivos estão ampliar a rentabilidade das operações e a geração de caixa; fortalecer a imagem da Companhia no mercado, oferecendo produtos de qualidade; ampliar as exportações para outros países (além dos EUA), de modo a reduzir a concentração das vendas no mercado norte-americano; reduzir o endividamento e o custo da dívida, proporcionando maior folga de caixa e reduzindo o grau de alavancagem financeira.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Em termos operacionais, foram feitos ajustes na área industrial, adotando processos eficientes e robustos e atuando de forma intensa na renovação do portfólio: foram 32 modelos de armas lançados em 2018, cujas vendas representaram mais de 60% do faturamento com armas no ano. A Companhia começa a reconquistar a credibilidade dos consumidores, que responderam de forma muito positiva à qualidade dos produtos e à diversidade do portfólio. A receita cresceu no Brasil, nos EUA e na exportação para outros países, com alta de 22% em relação a 2017. A Companhia contratou a Galeazzi, uma consultoria especializada, para implantar um forte plano de reestruturação de processos produtivos e administrativos

No âmbito internacional, em 2019 teve início o processo de mudança da unidade nos EUA da Flórida para o Estado da Georgia, onde a Companhia vai dobrar a capacidade de produção no país para 800 mil armas/ano.

As mudanças estruturais adotadas, e não aumento de preços, proporcionaram aumento do lucro bruto de 2018, que foi multiplicado em mais de três vezes ante ao ano anterior, atingindo R$ 307 milhões, com margem bruta de 36%, o que é superior à margem bruta das duas empresas estrangeiras de capital aberto do setor. A renegociação do endividamento alongou o prazo de vencimento e reduziu a taxa média de juros.

A renegociação do endividamento, com acordo firmado em julho de 2018 com bancos credores, alongou o prazo de vencimento e reduziu a taxa média de juros. Foi também definida a alienação da operação de capacetes, além de outros ativos que não estão em utilização, como o terreno da antiga sede da Companhia em Porto Alegre com valor contábil de aproximadamente R$ 50 milhões. O caixa gerado com a venda dos ativos será utilizado para redução do endividamento.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3. - Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia e suas controladas não celebraram contratos alheios a suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1. Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor, indicando em especial

Não há outros bens relevantes do ativo não circulante que não estejam descritos nos quadros a seguir.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Fábrica de São Leopoldo - Polimetal	Brasil	RS	São Leopoldo	Própria
Fábrica São Leopoldo - Taurus Armas	Brasil	RS	São Leopoldo	Própria
Fábrica do Paraná - Blindagens (ativo mantido para venda)	Brasil	PR	Mandirituba	Própria
Fábrica da Bahia - Nordeste (ativo mantido para venda)	Brasil	BA	Simões Filho	Própria
Fábrica dos Estados Unidos - TIMI	Estados Unidos	FI	Miami	Própria
Terreno em Porto Alegre - Estacionamento	Brasil	RS	Porto Alegre	Própria
Terreno em Porto Alegre - Antiga Matriz (ativo mantido para venda)	Brasil	RS	Porto Alegre	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	REVOLVER COM TAMBOR DE DUAS CÂMARAS	Até maio/2034	Não há	Não há
Patentes	CONFIGURAÇÃO APLICADA EM REVÓLVER	Até dezembro/2038	Não há	Não há
Patentes	IMPULSOR DO TAMBOR PARA REVOLVERES E REVOLVER	Até fevereiro/2036	Não há	Não há
Patentes	CONFIGURAÇÃO APLICADA A CAPACETE	Até maio/2030	Não há	Não há
Patentes	CONFIGURAÇÃO APLICADA A CAPACETE	Até outubro/2033	Não há	Não há
Patentes	CONFIGURAÇÃO APLICADA A CAPACETE	Até setembro/2037	Não há	Não há
Marcas	Taurus mista / cabeça de touro - Bolívia	indeterminado	Não há	Não há
Marcas	Marca mista de produto - registro 813783623	Até novembro/2020	Não há	Não há
Marcas	Polimetal mista de serviço - registro 815830319	Até agosto/2022	Não há	Não há
Marcas	Polimetal nominativa - registro 820670278	Até dezembro/2029	Não há	Não há
Marcas	Nominativa de produto - Champion - registro 822797240	Até setembro/2027	Não há	Não há
Marcas	Taurusplast mista - registro 825583489	Até junho/2027	Não há	Não há
Marcas	Taurusplast mista - registro 825583470	Até junho/2027	Não há	Não há
Marcas	Marca nominativa de produto - Taurusplast - registro 825583462	Até junho/2027	Não há	Não há

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca nominativa de produto - Taurusplast - registro 825583454	Até junho/2027	Não há	Não há
Patentes	PROCESSO PARA MONTAGEM DE SISTEMA DE MIRA C/ TRÊS PONTOS	ATÉ 2021	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	Taurus figurativa produto - registro 816867933	Até julho/2024	Não há	Não há
Patentes	DISPOSITIVO DE SEGURANÇA PARA PISTOLAS	ATÉ 2020	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Marcas	Marca mista de produto - Zarref - registro 913301140	Até abril/2029	Não há	Não há
Patentes	TRIGGER SAFETY BLOCK	ATÉ 2018	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Patentes	IN-CHAMBER CARTDRIGE INDICATOR FOR PISTOLS	ATÉ 2019	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Patentes	PISTOL LOCKING DEVICE	ATÉ 2020	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Patentes	A SAFETY DEVICE FOR AUTOLOADING OR AUTOMATIC PISTOL	ATÉ 2021	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Patentes	A SAFETY DEVICE FOR AUTOLOADING OR AUTOMATIC PISTOL	ATÉ 2021	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Patentes	ARRAGEMENT INTRODUCED INTO AN EXTENSION FOR AUTOMATIC WEAPON MAGAZINE	ATÉ 2021	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Patentes	SAFETY DEVICE FOR GUNS	ATÉ 2023	NÃO HÁ	NÃO HÁ

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca mista de produto - Zarref - registro 822552248	Até junho/2020	Não há	Não há
Marcas	Marca nominativa de produto - Zarref - registro 913301248	Até abril/2029	Não há	Não há
Marcas	Big boy nominativa - registro 822552221	Até maio/2022	Não há	Não há
Marcas	Marca mista de produto - registro 912633670	Até outubro/2028	Não há	Não há
Marcas	Marca mista de produto - registro 912633611	Até outubro/2018	Não há	Não há
Marcas	Marca nominativa de produto - registro 905128788	Até setembro/2027	Não há	Não há
Marcas	Marca nominativa de produto - registro 840227108	Até agosto/2025	Não há	Não há
Marcas	Marca mista de produto - registro 814717560	Até abril/2021	Não há	Não há
Marcas	Marca nominativa de produto - regsitro 200049356	Até setembro/2020	Não há	Não há
Marcas	Marca mista de produto - regsitro 814515088	Até julho/2020	Não há	Não há
Marcas	Marca nominativa de produto - registro 814515118	Até julho/2020	Não há	Não há
Marcas	Marca mista de produto - registro 8144717586	Até novembro/2020	Não há	Não há
Marcas	Marca nominativa de produto - registro DA814515126	Até agosto/2020	Não há	Não há
Marcas	Marca mista de produto - registro 814515096	Até julho/2020	Não há	Não há
Marcas	Marca nominativa de produto - registro 814515100	Até julho/2020	Não há	Não há

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca nominativa de produto - registro 814515126	Até julho/2020	Não há	Não há
Marcas	Marca mista de produto - registro DA814515096	Até julho82020	Não há	Não há
Marcas	Marca mista de produto - registro 819064130	Até abril/2023	Não há	Não há
Marcas	Marca mista de produto - registro 819064149	Até junho/2020	Não há	Não há
Marcas	Marca mista de produto - registro 814717578	Até novembro/2020	Não há	Não há
Marcas	Marca mista de produto - registro 200047329	Até novembro/2020	Não há	Não há
Marcas	Marca mista de produto - registro 200035789	Até abril/2023	Não há	Não há
Marcas	Marca mista de produto - registro 909913943	Até abril/2029	Não há	Não há
Marcas	Marca nominativa de produto - registro 913301027	Até abril/2029	Não há	Não há
Marcas	Marca mista de produto - registro 006718183	Até julho/2028	Não há	Não há
Marcas	Marca nominativa de produto - regsitro 006718175	Até julho/2028	Não há	Nâo há
Marcas	Marca mista de produto - registro 909900981	Até março/2028	Não há	Não há
Marcas	Marca mista de produto - registro 909900523	Até abril/2029	Não há	Não há
Marcas	Marca nominativa de produto - registro 822779880	Até outubro/2026	Não há	Não há
Marcas	Marca nominativa de produto - registro 905811011	Até julho/2028	Não há	Não há
Marcas	Marca nominativa de produto - regsitro 913633720	Até abril/2029	Não há	Não há

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca mista de produto - registro 913633674	Até abril/2029	Não há	Não há
Marcas	Marca nominativa de produto - registro 827450192	Até novembro/2027	Não há	Não há
Patentes	PISTOL LOCKING DEVICE - EUA	Até maio/2020	Não há	Não há
Patentes	A SAFETY DEVICE FOR A AUTOLOADING OR AUTOMATIC PISTOL - EUA	Até junho/2021	Não há	Não há
Patentes	SAFETY DEVICE FOR SHOOTING MECHANISM OF DOUBLE-ACTION SEMI-AUTOMATIC PISTOLS WITH STRIKER FIRED -EUA	Até setembro/2026	Não há	Não há
Patentes	PISTOL WITH FIRING MECHANISM THAT CAN EASILY BE ADAPTED TO VARIOUS MODES OF OPERATION - EUA	Até março/2030	Não há	Não há
Patentes	ISTOL WITH FIRING MECHANISM THAT CAN EASILY BE ADAPTED TO VARIOUS MODES OF OPERATION - EUA	Até janeiro/2030	Não há	Não há
Patentes	REVOLVER WITH TWO CHAMBER CYLINDER - EUA	Até maio/2035	Não há	Não há
Patentes	CYLINDER IMPELLER FOR REVOLVING GUNS AND REVOLVER - EUA	Até março/2026	Não há	Não há
Marcas	Marcas nominativas, figurativas e mistas de produtos em diversos países	Até junho/2019 a março/2029	Não há	Não há

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Dispositivo de segurança no mecanismo de disparo para pistolas semi-automáticas de dupla-ação	janeiro/2024	Não há	Não há
Patentes	CONFIGURAÇÃO APLICADA EM PISTOLA	Até janeiro/2037	Não há	Não há

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	89.545.511/0001-00	-	Controlada	Brasil	RS	São Leopoldo	i) indústria, comércio, importação e exportação de: (a) peças forjadas em geral; (b) produtos de metal, couro e plástico; (c) ferramentas manuais, máquinas operatrizes e ferramental de produção; entre outros. (ii) prestação de serviços de planejamento, assessoria, consultoria, assistência técnica e representação comercial nos ramos de atividade retro mencionados; (iii) concessão de licença para uso de marcas, bem como a exploração de patentes, transferência de tecnologia e prestação de serviços especializados de assistência técnica e de engenharia de produto; (iv) locação de bens próprios, móveis e imóveis; (v) participação em outras sociedades, como sócia ou acionista; e (vi) exercício das atividades de representação comercial em comissão.	99,990000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
31/12/2018	26,168893	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	228.555.468,34
31/12/2017	-13,477292	0,000000	0,00			
31/12/2016	15,644632	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Permitir a (i) segmentação das atividades de fabricação e comercialização relativas aos negócios de peças forjadas e usinadas em geral, injeção de metal (tecnologia MIM - Metal Injection Molding), tratamento térmico de metais, fabricação de capacetes e acessórios para motociclistas, coletes balísticos de proteção, contenedores plásticos e ferramentas manuais e outros ativos não vinculados exclusivamente à fabricação de armas das demais atividades desenvolvidas pela Taurus; (ii) manutenção e aproveitamento dos saldos acumulados de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido registrada na Polimetal no encerramento do ano de 2010, a partir da operacionalização da Polimetal, que futuramente passará a desenvolver as atividades referentes ao Segmento Polimetal; e (iii) o aproveitamento de um veículo da cadeia de controle para o desenvolvimento das atividades operacionais referentes ao Segmento Polimetal;

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Taurus Blindagens Ltda.	04.290.323/0001-18	-	Controlada	Brasil	PR	Mandirituba	Fabricação e comercialização de capacetes para motociclistas, coletes a prova de balas, escudos antitumulto, óculos de proteção, industrialização, comercialização e locação de produtos plásticos injetados e participação em outras empresas.	0,010000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
31/12/2018	5,323521	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	907,32
31/12/2017	-14,856143	0,000000	0,00			
31/12/2016	-1,268577	0,000000	0,00			

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Em 20 de dezembro de 2011, o 99,99% da participação na controlada foi transferida para a empresa Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.								
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	09.003.200/0001-72	-	Controlada	Brasil	BA	Simões Filho	Indústria, comércio, importação, exportação e locação de diversos tipos de capacetes.	0,100000
				Valor mercado				
31/12/2018	3,382869	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2018	52.219,38		
31/12/2017	7,332057	0,000000	0,00					
31/12/2016	25,596193	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Ampliação do segmento de atuação de capacetes para motociclistas. Operação à venda e, portanto, tem seus resultados apresentados como "operação descontinuada ou destinada à venda" nas demonstrações financeiras do emissor.								
Taurus Holdings, Inc.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos			Fabricação e comercialização de revolveres e pistolas	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	5,302280	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2018	141.257.730,76		
31/12/2017	-37,140374	0,000000	0,00					
31/12/2016	-15,410691	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Mercado de atuação internacional								
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	09.587.633/0001-12	-	Controlada	Brasil	RS	Gravataí	Compra, venda e locação de imóveis próprios e de terceiros e a participação em outras empresas.	73,910000
				Valor mercado				
31/12/2018	13,348470	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2018	57.793.158,02		
31/12/2017	4,074616	0,000000	0,00					
31/12/2016	15,595489	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Novo mercado de atuação								

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Detalhamento das marcas registradas em outros países, especificando item apresentado no 9.1.b.

Cliente: Taurus Armas S.A.

50.629				TAURUS (ESTILIZADA)			44960	
69.710	13	16/04/2005	16/04/2005	16/04/2025	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Algeria	DIM	Ativo					
	Saba & Co. (Lebanon - Head Office)							
50.630				TAURUS			44097	
69.711	13	16/04/2005	16/04/2005	16/04/2025	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Algeria	DIM	Ativo					
	Saba & Co. (Lebanon - Head Office)							
50.631				TAURUS (CABECA DE TOURO)			44962	
69.712	13	16/04/2005	16/04/2005	16/04/2025	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Algeria	DIM	Ativo					
	Saba & Co. (Lebanon - Head Office)							
1716015				TAURUS			5237	
1.884.120	13	18/12/1989	05/09/1992	05/09/2022	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Argentina	DIM	Ativo					
	G. Breuer							
2.336.337							26308	
1.890.346	08	26/04/2001	11/10/2002	11/10/2022	MARCA FIGURATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Argentina	DIM	Ativo					
	G. Breuer							

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Detalhamento das marcas registradas em outros países, especificando item apresentado no 9.1.b.

Cliente:	Taurus Armas S.A.							
2.336.339				STANDARD (C/PRIORIDADE)			26307	
2.009.305	08	26/04/2001	03/02/2005	03/02/2025	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Argentina	DIM	Ativo					
	G. Breuer							
2.336.338				PROFISSIONAL (C/PRIORIDADE)			26306	
2.009.306	08	26/04/2001	03/02/2005	03/02/2025	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Argentina	DIM	Ativo					
	G. Breuer							
2.150.310				TAURUS			16874	
2.406.511	13	12/05/1998	08/11/2010	08/11/2020	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	TAURUS
	Argentina	DIM	Ativo					
	G. Breuer							
2.150.311				TAURUS			16873	
2.406.513	13	12/05/1998	08/11/2010	08/11/2020	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Argentina	DIM	Ativo					
	G. Breuer							
3.326.158							5236	
2.724.996	13	12/05/2014	08/05/2015	08/05/2025	MARCA FIGURATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Argentina	DIM	Ativo					
	G. Breuer							

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Detalhamento das marcas registradas em outros países, especificando item apresentado no 9.1.b.

Cliente:	Taurus Armas S.A.							
1.051.293				TAURUS			44098	
1.051.293	13	18/04/2005		18/04/2025	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Australia	DIM	Ativo					
	Allens Patent & Trade Mark Attorneys (Melbourne)							
1.051.294				TAURUS			44964	
1.051.294	13	18/04/2005	18/04/2015	18/04/2025	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	TAURUS
	Australia	DIM	Ativo					
	Allens Patent & Trade Mark Attorneys (Melbourne)							
1.051.295				TAURUS			44966	
1.051.295	13	18/04/2005	18/04/2015	18/04/2025	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Australia	DIM	Ativo					
	Allens Patent & Trade Mark Attorneys (Melbourne)							
AM55790				TAURUS			5251	
131.414	13	05/02/1990	15/05/1990	30/06/2020	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Austria	DIM	Ativo					
	Georg Puchberger Rolf Puchberger Peter P							
AM55890				TAURUS			5252	
131.607	13	05/02/1990	15/05/1990	31/07/2020	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Austria	DIM	Ativo					
	Georg Puchberger Rolf Puchberger Peter P							

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Detalhamento das marcas registradas em outros países, especificando item apresentado no 9.1.b.

Cliente: Taurus Armas S.A.

776711				TAURUS			5257	
511.336	13	28/02/1992	28/02/1902	28/02/2022	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	TAURUS
	Benelux	DIM	Ativo					
	Gevers & Partners (Brussels)							
35				TAURUS			5989	
65.613-A	13	24/08/1992	08/04/1994	08/04/2024	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Bolivia	DIM	Ativo					
	Orpan Sociedad Civil							
SM-0880-2004				TAURUS (CABECA DE TOURO) (C/ DUAS BARRAS)			41243	
99922-C	13	25/03/2004	05/07/2005	05/07/2025	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Bolivia	DIM	Ativo					
	Orpan Sociedad Civil							
651432				TAURUS			5266	
TMA 382,091	13	21/02/1990	15/03/1906	22/03/2021	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Canada	DIM	Ativo					
	Marks and Clerk LLP (London)							
654.946				TAURUS			5265	
TMA 384.710	13	19/04/1990	17/05/1906	17/05/2021	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Canada	DIM	Ativo					
	Ridout & Maybee LLP.							

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Detalhamento das marcas registradas em outros países, especificando item apresentado no 9.1.b.

Cliente: Taurus Armas S.A.

487.487				TAURUS			23526	
583.180	13	24/05/2000	22/11/2010	22/11/2020	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Chile	DIM	Ativo					
	Alessandri & Compañia							
168680				TAURUS			5295	
602.702	13	05/02/1991	30/08/2011	30/08/2021	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Chile	DIM	Ativo					
	Estudio Federico Villaseca							
229.680							5296	
680.522	13	12/01/1993	05/12/2003	05/12/2023	MARCA FIGURATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Chile	DIM	Ativo					
	Estudio Federico Villaseca							
146.958				TAURUS			5298	
914.559	13	22/01/1990	07/09/2010	07/09/2020	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Chile	DIM	Ativo					
	Alessandri & Compañia							
148.751				TAURUS			5297	
915.044	13	26/02/1990	12/09/2010	12/09/2020	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Chile	DIM	Ativo					
	Alessandri & Compañia							

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Detalhamento das marcas registradas em outros países, especificando item apresentado no 9.1.b.

Cliente:	Taurus Armas S.A.							
.				taurusindustrial.cl (nome de dominio)			114080	
		22/03/2017		22/03/2020	MARCA MISTA DE PRODUTO	Pedido	Interno	
	Chile	DIM	Ativo					
	Alessandri & Compañia							
6666480				TAURUS (c/cabeça de touro)			61803	
6666480	13	17/04/2008	21/05/2010	20/05/2020	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	China	DIM	Ativo					
	China Trademark & Patent Law Office							
6666481				TAURUS			61801	
6666481	13	17/04/2008	21/05/2010	20/05/2020	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	China	DIM	Ativo					
	China Trademark & Patent Law Office							
6666482				TAURUS (estilizada)			61802	
6666482	13	17/04/2008	21/05/2010	20/05/2020	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	China	DIM	Ativo					
	China Trademark & Patent Law Office							
4.269.347				TAURUS (C/CABEÇA DE TOURO) - PROCESSO DE OPOSIÇÃO			60305	
	21	14/09/2004			MARCA MISTA DE PRODUTO	Pedido	Interno	
	China	DIM	Ativo					
	China Trademark & Patent Law Office							

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Detalhamento das marcas registradas em outros países, especificando item apresentado no 9.1.b.

Cliente:	Taurus Armas S.A.							
0009				TAURUS			13652	
108.253	13	12/01/1998	02/07/1998	02/07/2028	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Costa Rica	DIM	Ativo					
	Legal Print S.A. - CPJ No. 3-101-549321							
0010				TAURUS			14275	
108.255	13	08/01/1998	02/07/1998	02/07/2028	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Costa Rica	DIM	Ativo					
	Unimark S.A.							
67.060				TAURUS			5930	
177.931	13	04/03/1992	07/03/1902	07/03/2022	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Czech Republic	DIM	Ativo					
	Associated Law Offices Vsetecka & Partners							
67.061				TAURUS			5931	
177.932	13	04/03/1992	30/06/1994	04/03/2022	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Czech Republic	DIM	Ativo					
	Associated Law Offices Vsetecka & Partners							
179.214				TAURUS (C/2 BARRAS)			30796	
250.535	13	24/04/2002	30/12/2002	24/04/2022	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Czech Republic	DIM	Ativo					
	Associated Law Offices Vsetecka & Partners							

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Detalhamento das marcas registradas em outros países, especificando item apresentado no 9.1.b.

Cliente: Taurus Armas S.A.

33936				TAURUS			5363	
1022 - IEPI	13	27/08/1992	17/10/1903	04/11/2023	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	TAURUS
	Ecuador	DIM	Ativo					
	CorralRosales Cia Ltda - RUC 1792719402001							
33935				TAURUS			5364	
1023 - IEPI	13	27/08/1992	17/10/1903	04/11/2023	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Ecuador	DIM	Ativo					
	CorralRosales Cia Ltda - RUC 1792719402001							
141.080				TAURUS (CABECA DE TOURO)(C/2 BARRAS)			40831	
32.864	13	23/01/2004	19/04/2004	19/04/2024	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Ecuador	DIM	Ativo					
	CorralRosales Cia Ltda - RUC 1792719402001							
1.556.463				TAURUS (MARCA COMUNITARIA)			22830	
1.556.463	08, 13	14/03/2000	18/02/2003	14/03/2020	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	European Union	DIM	Ativo					
2.691.475				TAURUS TAURUS - COMUNITARIA (OPOSIÇÃO)			39055	
		08/05/2002			MARCA MISTA DE PRODUTO	Pedido	Interno	
	European Union	DIM	Ativo					

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Detalhamento das marcas registradas em outros países, especificando item apresentado no 9.1.b.

Cliente:	Taurus Armas S.A.							
F4204213WZ							5195	
2.051.667	13	22/01/1993	31/01/2003	31/01/2023	MARCA FIGURATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Germany	DIM	Ativo					
F4250213WZ				TAURUS			5194	
2.063.739	13	17/05/1993	31/05/1903	31/05/2023	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Germany	DIM	Ativo					
	Stork Bamberger Patentwälte PartmbB							
108.275				TAURUS			5415	
108.275	13	24/03/1992	24/03/2012	24/03/2022	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	TAURUS
	Greece	DIM	Ativo					
	H. G. Papaconstantinou							
94-5705				TAURUS			5789	
85.019	13	25/08/1994	06/08/1997	05/08/2027	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Guatemala	DIM	Ativo					
	Comte & Font Legalsa							
8741/2004				TAURUS			40783	
93.115	13	19/05/2004	19/01/2005	19/01/2025	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Honduras	DIM	Ativo					

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Detalhamento das marcas registradas em outros países, especificando item apresentado no 9.1.b.

Cliente:	Taurus Armas S.A.							
9029/2004				TAURUS			41726	
95.150	13	19/05/2004	12/10/2005	12/10/2025	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Honduras	DIM	Ativo					
	Bufete Mejia & Asociados							
300291735				TAURUS			42954	
300291735	13	24/09/2004	24/09/2004	23/09/2024	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Hong Kong	DIM	Ativo					
	Wilkinson & Grist							
300291744				TAURUS			42710	
300291744	13	24/09/2004	24/09/2004	23/09/2024	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Hong Kong	DIM	Ativo					
	Wilkinson & Grist							
4173805				TAURUS			122979	
	13	11/05/2019			MARCA MISTA DE PRODUTO	Pedido	Interno	
	India	DIM	Ativo					
	Majumdar Global IP							
19104-19239				TAURUS			27100	
517.568	13	03/09/2001	17/10/2002	03/09/2021	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Indonesia	DIM	Ativo					
	George Widjojo & Partners							

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Detalhamento das marcas registradas em outros países, especificando item apresentado no 9.1.b.

Cliente: Taurus Armas S.A.

25513-25696				TAURUS			29543	
522.827	13	19/11/2001	19/11/2001	19/11/2021	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Indonesia	DIM	Ativo					
	George Widjojo & Partners							
174.999				TAURUS			42955	
174.999	13	27/09/2004	07/11/2005	09/09/2024	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Israel	DIM	Ativo					
	Naomi Assia Law Offices							
175.349				TAURUS			42711	
175.349	13	04/10/2004	07/11/2005	04/10/2024	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Israel	DIM	Ativo					
	Naomi Assia Law Offices							
19272C89				TAURUS			5470	
888.156	13	24/03/1989	14/04/1903	24/03/2029	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Italy	DIM	Ativo					
	Barzano & Zanardo Milano S.p.A. (Milano)							
80.035				TAURUS			44968	
80.035	13	17/05/2005	17/05/2005	17/05/2025	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Jordan	DIM	Ativo					
	Saba & Co. (Jordan)							

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Detalhamento das marcas registradas em outros países, especificando item apresentado no 9.1.b.

Cliente:	Taurus Armas S.A.							
80.041				TAURUS			44099	
80.041	13	17/05/2005	17/05/2005	17/05/2025	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Jordan	DIM	Ativo					
	Saba & Co. (Jordan)							
80.042				TAURUS			44967	
80.042	13	17/05/2005	17/05/2005	17/05/2025	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	TAURUS
	Jordan	DIM	Ativo					
	Saba & Co. (Jordan)							
2.065.950				TAURUS			14277	
1.926.021		22/06/2018	20/09/2018	22/06/2028	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Mexico	DIM	Ativo					
	Arochi & Lindner, S.C. - R.F.C..: AML 96 05 08 5V8							
2.065.952				TAURUS			15895	
1.926.022	13	22/06/2018	20/09/2018	22/06/2028	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Mexico	DIM	Ativo					
	Arochi & Lindner, S.C. - R.F.C..: AML 96 05 08 5V8							
2005-1145				TAURUS			44101	
84,012 LM	13	18/04/2005	23/11/2005	23/11/2025	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Nicaragua	DIM	Ativo					
	Estudio Caldera							

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Detalhamento das marcas registradas em outros países, especificando item apresentado no 9.1.b.

Cliente: Taurus Armas S.A.

2005-1146				TAURUS (ESTILIZADA)			44971	
84,013 LM	13	18/04/2005	23/11/2005	23/11/2025	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	TAURUS
	Nicaragua	DIM	Ativo					
	Estudio Caldera							
2005-1147				TAURUS (CABECA DE TOURO)			44972	
84,014 LM	13	18/04/2005	23/11/2005	23/11/2025	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Nicaragua	DIM	Ativo					
	Estudio Caldera							
208.948				TAURUS			44102	
208.948	13	09/05/2005	09/05/2005	09/05/2025	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Pakistan	DIM	Ativo					
	Saba & Co. (Lebanon - Head Office)							
208.949				TAURUS (MISTA C/ CABECA DE TOURO)			44974	
208.949	13	09/05/2005	09/05/2005	09/05/2025	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Pakistan	DIM	Ativo					
	Saba & Co. (Lebanon - Head Office)							
208.947				TAURUS (MISTA ESTILIZADA)			44973	
	13	09/05/2005	09/05/2005	09/05/2025	MARCA MISTA DE PRODUTO	Pedido	Interno	TAURUS
	Pakistan	DIM	Ativo					
	Saba & Co. (Lebanon - Head Office)							

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Detalhamento das marcas registradas em outros países, especificando item apresentado no 9.1.b.

Cliente: Taurus Armas S.A.

061495				TAURUS			5527	
61.495	13	05/06/1992	20/02/1904	03/02/2024	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Panama	DIM	Ativo					
061496				TAURUS			5526	
61.496	13	05/06/1992	20/02/1904	03/02/2024	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	TAURUS
	Panama	DIM	Ativo					
654							11072	
381.840	13	18/01/1993	22/07/1993	22/07/2023	MARCA FIGURATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Paraguay	DIM	Ativo					
	Bareiro Modica Asesores y Consultores S.A. - RUC No. 80072534-4							
16210				TAURUS			5560	
384.110	13	06/10/1992	24/09/1993	22/03/2023	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	TAURUS
	Paraguay	DIM	Ativo					
	Bareiro Modica Asesores y Consultores S.A. - RUC No. 80072534-4							
16209				TAURUS			5561	
384.111	13	06/10/1992	24/09/1993	22/03/2023	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Paraguay	DIM	Ativo					
	Bareiro Modica Asesores y Consultores S.A. - RUC No. 80072534-4							

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Detalhamento das marcas registradas em outros países, especificando item apresentado no 9.1.b.

Cliente:	Taurus Armas S.A.							
276.463				TAURUS			102867	
427.553	13	23/03/2015	03/08/2016	23/03/2025	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Paraguay	DIM	Ativo					
	Bareiro Modica Asesores y Consultores S.A. - RUC No. 80072534-4							
9.784				TAURUS			11060	
030.012	13	06/05/1996	14/10/1996	14/10/2026	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Peru	DIM	Ativo					
	Osterling Abogados							
188826				TAURUS			5580	
94.367	13	26/07/1991	02/12/1991	02/12/2026	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	TAURUS
	Peru	DIM	Ativo					
	Osterling Abogados							
188828				TAURUS			5578	
94.369	13	26/07/1991	02/12/1991	02/12/2026	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Peru	DIM	Ativo					
	Osterling Abogados							
4-2004-010784				TAURUS			42953	
4-2004-010784	13	12/11/2004	19/12/2005	19/12/2025	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Philippines	DIM	Ativo					
	Sapalo & Velez Law Office							

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Detalhamento das marcas registradas em outros países, especificando item apresentado no 9.1.b.

Cliente:	Taurus Armas S.A.						
254.259				TAURUS			5591
254.259	13	22/03/1989	08/08/1992	07/02/2022	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno
	Portugal	DIM	Ativo				
T01/12033J				TAURUS			27099
T01/12033J	13	03/08/2001	03/08/2001	03/08/2021	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno
	Singapore	DIM	Ativo				
	Ravindran Associates						
POZ 1256-02				TAURUS (C/2 BARRAS)			33795
204.169	03	26/04/2002	07/10/2003	26/04/2022	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno
	Slovak Republic	DIM	Ativo				
	Associated Law Offices Vsetecka & Partners						
2000/03779				TAURUS			22787
2000/03779	13	06/03/2000	12/09/2003	06/03/2020	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno
	South Africa	DIM	Ativo				
90/0739				TAURUS			5179
90/0739	13	05/02/1990	18/03/1993	05/02/2020	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno
	South Africa	DIM	Ativo				
	Spoor & Fisher						

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Detalhamento das marcas registradas em outros países, especificando item apresentado no 9.1.b.

Cliente:	Taurus Armas S.A.							
9300636							5178	
93/00636	13	29/01/1993	29/01/1993	29/01/2023	MARCA FIGURATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	South Africa	DIM	Ativo					
	Spoor & Fisher							
460.691				TAURUS			28862	
KOR159.091	03	25/07/2001	15/05/2002	24/07/2021	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Thailand	DIM	Ativo					
	Pow & Associates Law Office							
2.389.706				TAURUS (C/ CABECA DE TOURO)			44976	
2.389.706	13	18/04/2005	18/04/2005	18/04/2025	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	United Kingdom	DIM	Ativo					
	Forresters (London)							
2.389.799				TAURUS			44103	
2.389.799	13	19/04/2005	19/04/2005	19/04/2025	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	United Kingdom	DIM	Ativo					
	Forresters (London)							
304174				TAURUS			5392	
1.762.727	13	14/08/1992	06/04/1993	06/04/2023	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	United States of America	DIM	Ativo					
	Epstein, Edell & Retzer							

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Detalhamento das marcas registradas em outros países, especificando item apresentado no 9.1.b.

Cliente:	Taurus Armas S.A.							
74-304.173				TAURUS			5395	
1.774.179	13	14/08/1992	01/06/1903	01/06/2023	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	TAURUS
	United States of America	DIM	Ativo					
	Epstein, Edell & Retzer							
74374932							5393	
1.941.949	13	04/02/1993	19/12/1995	19/12/2025	MARCA FIGURATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	United States of America	DIM	Ativo					
	Epstein, Edell & Retzer							
75/237,058				TAURUS SECURITY SYSTEM			30324	
2,257,591	13	05/02/1997	29/06/1999	29/06/2019	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	United States of America	DIM	Ativo					
75/335,984				TAURUS ULTRA-LITE			30322	
2,294,665	13	05/08/1997	23/11/1999	23/11/2019	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	United States of America	DIM	Ativo					
75/294,541				TAURUS MILLENIUM			30325	
2.573.999		19/05/1997	28/05/2002	28/05/2022	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	United States of America	DIM	Ativo					

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Detalhamento das marcas registradas em outros países, especificando item apresentado no 9.1.b.

Cliente: Taurus Armas S.A.

85/829,161				TAURUS TRACKER			30323	
5.110.031	13	23/01/2013	27/12/2016	27/12/2026	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	United States of America	DIM	Ativo					
261444							5664	
261.444	13	26/03/1993	26/09/1903	26/09/2023	MARCA FIGURATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Uruguay	DIM	Ativo					
	Bacot & Bacot International							
294.130				TAURUS			12952	
387.055	08, 13	18/03/1997	25/04/2008	12/12/2027	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Uruguay	DIM	Ativo					
	Bacot & Bacot							
294.131				TAURUS			12951	
387.056	08, 13	18/03/1997	25/04/2008	12/12/2027	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Uruguay	DIM	Ativo					
	Bacot & Bacot							
294.132				TAURUS			12950	
387.057	08, 13	18/03/1997	25/04/2008	12/12/2027	MARCA MISTA DE PRODUTO	Registro	Interno	
	Uruguay	DIM	Ativo					
	Bacot & Bacot							

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Detalhamento das marcas registradas em outros países, especificando item apresentado no 9.1.b.

Cliente:	Taurus Armas S.A.							
2803/94							5737	
P-183.533	09	04/03/1994	05/01/1996	05/01/2026	MARCA FIGURATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Venezuela	DIM	Ativo					
	E.C.V. & Asociados							
776392				TAURUS			5682	
170.264	13	20/04/1992	07/10/1994	07/10/2024	MARCA NOMINATIVA DE PRO	Registro	Interno	
	Venezuela	DIM	Ativo					
	E.C.V. & Asociados							

Total de processos do relatório : 97

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comentários dos Administradores sobre a situação econômico-financeira da Companhia nos exercícios de 2018, 2017 e 2016

Item 10 – 10.1 a 10.9 – do Formulário de Referência, conforme Anexo 24 da Instrução CVM no 480, de 7 de dezembro de 2009 e suas alterações

10. Comentários dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

INDICADOR	2018	2017	2016
Liquidez Corrente	115,0%	46,7%	122,4%
Liquidez Seca	63,3%	24,8%	59,1%
Liquidez Imediata	5,0%	0,7%	6,9%
Participação de capital próprio	-44,2%	-57,9%	-19,2%
Participação de capital de terceiros	144,2%	157,9%	119,2%

A Administração vem empreendendo esforços no sentido de melhor adequar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia, uma vez que a Taurus enfrentou, nos últimos exercícios, situação de liquidez restrita, com alto grau de endividamento. Em 2018, importantes passos foram dados nesse sentido, com a renegociação da dívida com sindicato bancário em condições que entendemos ser adequadas para a Companhia e a emissão de bônus de subscrição em processo de aumento de capital privado. Tais ações foram tomadas em conjunto com medidas estruturais em termos operacionais focadas na estabilidade e qualidade da produção, visando obter aumento de geração de caixa e de rentabilidade de forma sustentada. Com as medidas adotadas nas duas frentes – financeira e operacional –, entendemos que estão sendo criadas bases sólidas para a retomada do crescimento da Companhia, o que já pode ser verificado a partir dos resultados obtidos em 2018.

b) Estrutura de capital

Em 2016, houve três aumentos de capital que somaram R$ 29.241.726,44, os quais foram aprovados nas RCA's de 06/01/2016, 02/06/2016 e 27/06/2016. O capital social da Companhia, em 31/12/2016, era de R$ 393.977.026,09 (trezentos e noventa e três milhões, novecentos e setenta e sete mil, vinte e seis reais e nove centavos), representado por 58.278.569 (cinquenta e oito milhões, duzentas e setenta e oito mil, quinhentas e sessenta e nove) ações, sendo 44.642.459 (quarenta e quatro milhões, seiscentas e quarenta e dois mil, quatrocentas e cinquenta e nove) ações ordinárias e 13.636.110 (treze milhões, seiscentas e trinta e seis mil, cento e dez) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Companhia encerrou o exercício de 2016 com o passivo a descoberto de R$ 171,9 milhões.

Em 2017, ocorreram novos exercícios de bônus de subscrição, resultando no aumento de capital social que totalizou R$ 10.511.814,52 (dez milhões, quinhentos e onze mil, oitocentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos), mediante a emissão de 6.409.643 (seis milhões, quatrocentos e nove mil, seiscentas e quarenta e três) novas ações, sendo 1.802.855 (um milhão, oitocentas e duas mil, oitocentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias e 4.606.788 (quatro milhões, seiscentas e seis mil, setecentas e oitenta e oito) ações preferenciais, todas ao preço de emissão de R$1,64 (um real e sessenta e quatro centavos) por ação, em decorrência do exercício de 1.802.855 (um milhão, oitocentos e dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco) bônus de subscrição classe 1 e 4.606.788 (quatro milhões, seiscentos e seis mil, setecentos e oitenta e oito) bônus de subscrição classe 2, todos emitidos no âmbito do aumento de capital da Companhia homologado em 29 de setembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia era de R$ 404.488.840,61 (quatrocentos e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais e sessenta e um centavos), representado por 64.688.212 (sessenta e quatro milhões, seiscentas e oitenta e oito mil, duzentas e doze) ações, sendo 46.445.314 (quarenta e seis

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil, trezentas e quatorze) ações ordinárias e 18.242.898 (dezoito milhões, duzentas e quarenta e duas mil, oitocentas e noventa e oito) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Ao final do exercício de 2017, a Companhia registrava passivo a descoberto de R$ 445,2 milhões.

O ano de 2018 iniciou com um pesado plano de reestruturação dividido em 4 áreas: i) Renegociação da Dívida; ii) Eficiência Operacional, iii) Eficiência Comercial, e iv) Avaliação de Resultados. Os efeitos positivos do trabalho empreendido começam a ser vistos com o resultado do exercício de 2018, com melhoria dos indicadores operacionais e financeiros.

Foi realizado aumento de capital com a emissão de 74 milhões de bônus de subscrição em 4 séries, aprovado em Reunião do Conselho de Administração de 05/10/18, conforme Aviso aos Acionistas divulgado em 08/10/18.

Série	Quantidade de bônus		Preço do bônus de subscrição	Preço da ação aos titulares de bônus	Prazo p/ aquisição das ações
	Emitidos originalmente	Subscritos			
A	25 milhões	24,9 milhões	R$ 0,20	R$ 4,00	05/04/2019
B	20 milhões	20 milhões	R$ 0,10	R$ 5,00	05/07/2019
C	20 milhões	20 milhões	R$ 0,10	R$ 6,00	07/10/2019
D	9 milhões	9 milhões	R$ 0,10	R$ 7,00	04/10/2020

Os bônus de subscrição serão emitidos com o objetivo de reduzir o endividamento da Companhia.

Até R$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) dos recursos advindos do exercício de subscrição e integralização de ações da Companhia pelos titulares dos bônus de subscrição serão utilizados para redução do endividamento da Companhia.

Concluído o prazo para exercício do direito de preferência para acionistas, em 13/11/2018, e para o rateio de sobras, em 28/11/2018, a liquidação das sobras foi concluída em 10/12/2018, com atendimento integral das solicitações realizadas por titulares de bônus e cancelamento dos bônus não exercidos em razão de subscrições condicionadas (0,14% do total), representados por 100.126 bônus da série A. Foram subscritos, portanto, 73,9 mil bônus, o que proporcionou à Companhia R$ 9,9 milhões.

A conversão dos bônus em novas ações tem potencial para representar aumento de capital de até R$ 390 milhões. Os recursos a serem obtidos serão direcionados para amortização da dívida e reforço do caixa da Companhia.

Todos os detalhes sobre o aumento de capital, inclusive sobre a conversão dos bônus de subscrição em ações, podem ser obtidos nos Avisos aos Acionistas disponíveis nos websites da CVM e de Relações com Investidores da Companhia datados de 08/10/2018; 21/11/2018 e 17/01/2019.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia era de R$ 465.217.570,61, representado por 74.862.626 ações, sendo 46.445.314 ações ordinárias e 28.417.312 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Companhia seguia com passivo a descoberto ao final do exercício de 2018, no montante de R$ 445,2 milhões. As ações do plano de reestruturação operacional e financeira adotadas visam a recuperar a rentabilidade da Companhia e reverter esse quadro.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

As disponibilidades e aplicações financeiras da Companhia, em dez/17, somaram R$ 9,5 milhões, recuo de 68,2%, com relação a Dez/16, decorrente também do novo cenário de demanda nos EUA que exigiu maior consumo de caixa pela Taurus.

Dessa forma, o endividamento líquido da Companhia avançou 7,4% em dez/17 em comparação a Dez/16, contabilizando R$ 723,0 milhões.

Em julho de 2018 foi firmado novo acordo de negociação da dívida, que incluiu carência de pagamento de juros e principal até dezembro de 2018. Com os ganhos obtidos na atividade operacional, promovendo maior geração de caixa, e a carência nos pagamentos da dívida, as disponibilidades de caixa e aplicações financeiras somavam, em 31/12/2018, R$ 29,6 milhões, montante 211,6% superior ao registrado na mesma data do ano anterior. Ainda assim, a posição de dívida líquida no encerramento do exercício de 2018, de R$ 879,3 milhões, era 21,6% superior à registrada na mesma data do ano anterior. No entanto, as condições de pagamento dessa dívida estão melhor adequadas para a Companhia, com redução da taxa de juros e alongamento do prazo de vencimento.

Nos três exercícios em análise - 2018, 2017 e 2016 – a Companhia manteve, no entanto, passivo a descoberto, indicando que o valor das obrigações contraídas é superior ao valor de seus bens e direitos. A reestruturação da dívida e o crescimento da rentabilidade operacional já observada em 2018, a partir da adoção de mudanças estruturais, têm como objetivo reverter esse quadro. Também faz parte da reestruturação, a venda da operação de capacetes e de imóveis fora de uso da Companhia, cujos recursos serão destinados à redução do endividamento. Adicionalmente, a conversão dos bônus em novas ações tem potencial para representar aumento de capital de até R$ 390 milhões. Os recursos a serem contribuirão para a amortização da dívida, além de reforço do caixa da Companhia.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Tendo em vista seu perfil exportador, a Companhia se utiliza principalmente de adiantamentos de contrato de câmbio (ACC – Adiantamento do Contrato de Câmbio e PPE – Pré Pagamento de Exportação) para financiar seu capital de giro, devido ao seu custo mais atrativo. O restante da necessidade é complementada com linhas de capital de giro, tais como Nota de Crédito Exportação (NCE) e linhas de giro do BNDES (PEC, BNDES Exim-Pré-Embarque).

Na renegociação da dívida, a Companhia obteve alongamento no prazo e redução de taxas nas operações de PPE (Pré-Pagamento de Exportação) e ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio) que, juntas, perfazem aproximadamente R$ 74,7 milhões. Esses valores estão contabilizados no curto prazo, mas o acordo firmado com o banco credor prevê sua renovação automática a cada vencimento, com a possibilidade de serem liquidadas até 17/10/2022. Em 31/12/2018, tal montante representa 36,4% do total da dívida de curto prazo.

Para investimentos são utilizados recursos de linhas especiais do BNDES e FINEP, FINIMP, bem como recursos próprios.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Após passar por períodos desafiadores, as mudanças estruturais e o acordo com os bancos credores assinado em 2018 criam condições para que a Companhia tenha melhor estrutura para garantir sua liquidez.

Em 2016, a Companhia havia renegociado os prazos de vencimento de suas dívidas. Contudo, não foi capaz de cumprir com índices financeiros estabelecidos nos contratos (*covenants*), de modo que os vencimentos que haviam sido alongados na renegociação com o sindicato de bancos, em 2016, retornaram para o curto prazo em 2017.

Em 2018 a renegociação da dívida firmada, conforme detalhado na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional de suas demonstrações financeiras de 2018, cria novo perfil mais adequado para a Companhia. A renovação automática a cada

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

vencimento por mais 180 dias de contratos de ACC e PPE no âmbito do acordo, representam forma de financiamento de capital de giro para a Companhia, mas com vencimento efetivo no longo prazo.

O acesso a novas linhas de financiamento de terceiros não é possível atualmente dada a condição de endividamento e alavancagem da Companhia, bem com seu patrimônio líquido negativo, o que é uma prática de mercado.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

R$ milhões

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	103,7	458,9	27,0
Debêntures	9,5	75,8	0,4
Adiantamento de recebíveis	48,5	15,4	6,1
Saques cambiais	43,8	24,2	28,1
Instrumentos financeiros	0,0	0,2	0,5
Curto prazo	**205,4**	**574,5**	**62,2**
Empréstimos e financiamentos	627,9	158,0	573,1
Debêntures	75,6	-	68,00
Longo prazo	**703,6**	**158,0**	**641,1**
Endividamento bruto	**908,9**	**732,5**	**703,3**
Caixa e aplicações financeiras	29,6	9,5	29,3
Endividamento líquido	**879,3**	**723,0**	**674,0**

Ao final do exercício de 2016, a dívida bruta era de R$ 703,3 milhões, sendo que, após reperfilamento acertado com seus principais credores em dezembro daquele ano, 8,8% do total estava no curto prazo. O acordo feito com os credores em 2016 envolveu o alongamento do prazo de vencimento da dívida, com cerca de R$ 520 milhões que estavam no curto prazo migrando para o longo prazo. Foi acertado, também, que parte da dívida registrada em moeda nacional fosse vinculada a dólares norte-americanos, de modo que a parcela da dívida bruta total vinculada à moeda estrangeira representava 81,9% da dívida bruta em 31/12/2016. Ainda, 50% da 3ª emissão de debêntures passou a ter vencimento no longo prazo, com os 50% restantes remanescendo no curto prazo.

Como em 2017 a Companhia não conseguiu cumprir com exigências estabelecidas no acordo firmado em dezembro do ano anterior, extrapolando índices financeiros estabelecidos (*covenants*), os vencimentos que haviam sido alongados na renegociação realizada em dezembro de 2016 retornaram para o curto prazo. Assim, em 31 de dezembro de 2017, 78,4% da dívida de R$ 732,5 milhões na data estavam registrados no curto prazo.

Com apoio de consultoria externa especializada, novas negociações foram endereçadas com os principais bancos credores e, em julho de 2018, firmamos o acordo de reestruturação da dívida hoje vigente, que permite aliviar o fluxo de caixa e adequar os desembolsos futuros. A redução dos encargos financeiros cria condições para concentrar esforços no desenvolvimento e fortalecimento operacional e dos negócios.

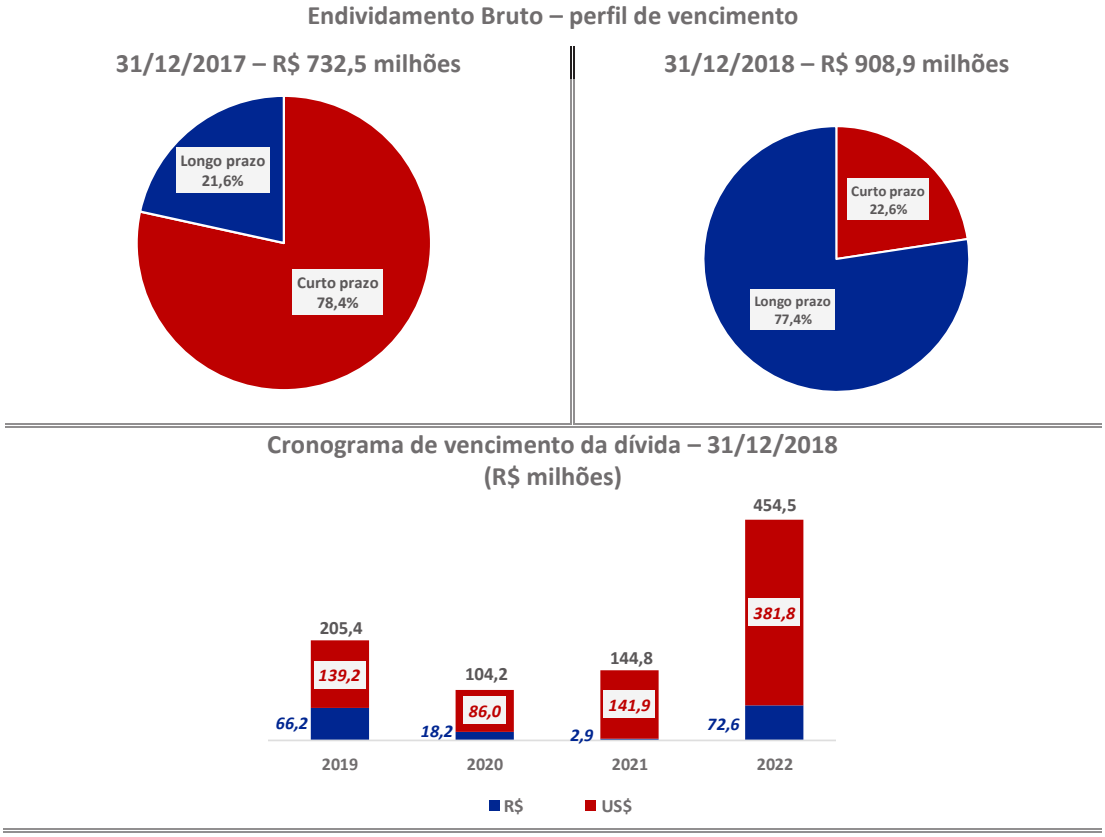
Foi estabelecido o alongamento do prazo de vencimento para cerca de US$ 162 milhões em dívidas, que passou a ser de cinco anos, com carência de pagamentos das parcelas de amortização do principal e dos juros no ano de 2018. A primeira parcela foi paga em 21/1/2019. Com isso, no encerramento de 2018, 77,4% da dívida tinha vencimento no longo prazo.

Além disso, conforme nota explicativa que acompanha as Demonstrações Financeiras, a Companhia obteve alongamento no prazo e redução das taxas nas operações de PPE (Pré-Pagamento de Exportação) e ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio) que, juntas, perfazem aproximadamente R$ 74,7 milhões. Esses valores estão contabilizados no curto prazo, mas o acordo firmado com o banco credor prevê sua renovação automática a cada vencimento, com a possibilidade de serem liquidadas até 17/10/2022. Em 31/12/2018, tal montante representava 36,4% do total da dívida de curto prazo.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A renegociação proporcionou redução de 50% da taxa de juros em relação ao vigente anteriormente, o que representa mais de R$ 120 milhões em encargos em cinco anos, além da alteração no cronograma de amortizações, com alongamento do perfil da dívida.

O acordo assinado envolve as seguintes garantias reais: (i) alienação fiduciária da totalidade das quotas da Taurus Blindagens Ltda. e Taurus Blindagens Nordeste Ltda. (operação de capacetes); (ii) hipoteca de 2º grau de dois imóveis localizados em Mandirituba/PR, e dois imóveis localizados em Porto Alegre, RS e hipoteca de 1º grau de um imóvel localizado em São Leopoldo, RS ("Hipoteca"); e (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da totalidade dos recursos objeto de eventual venda das quotas objeto da Alienação Fiduciária e da Hipoteca, bem como dos direitos inerentes à titularidade da conta vinculada da Companhia a ser aberta com o propósito de recebimento dos recursos.



Ao final de 2018, do total da dívida bruta, 77,4% tinha vencimento no longo prazo e 86,4% era em moeda estrangeira. O fato de a maior parte da dívida ser atrelada ao dólar é compatível com o perfil da receita da Companhia que, majoritariamente (81,6% da receita líquida consolidada em 2018), é proveniente de vendas no exterior, criando *hedge* natural para a variação cambial.

i. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

As principais dívidas da Companhia são em dólares norte-americanos e tomados para capital de giro, além de ACCs (adiantamento de contratos de câmbio). Possui ainda em moeda nacional, contratos de Adiantamento de Recebíveis, financiamento de capital de giro e empréstimos menos relevantes com bancos de fomento como Finame e BNDES.

Ao final dos três últimos exercícios – 2018, 2017 e 2016 - o total de empréstimos e financiamentos somava, respectivamente, R$ 823,9 milhões, R$ 625,5 milhões e R$ 633,9 milhões. Todos os detalhes em relação aos empréstimos e financiamentos da Companhia estão apresentados na Nota Explicativa 18 que acompanha as Demonstrações Financeiras do exercício de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A Companhia tem ainda sua 3ª emissão pública de debêntures, com saldo, de R$ 85,1 milhões ao final de 2018, sendo 88,9% no longo prazo (alongamento do prazo incluído no acordo firmado com bancos em julho/18), R$ 75,8 milhões ao final de 2017 de, integralmente no curto prazo e, R$ 68,4 milhões ao final de 2016, sendo 99,4% no longo prazo.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em dezembro de 2016, a Companhia concluiu o processo de formalização e assinatura dos contratos para captação de recursos com o objetivo de realizar o pagamento e/ou reperfilamento de dívidas com determinadas Instituições Financeiras, bem como de sua 3ª emissão pública de debêntures.

Os termos da Operação contemplavam o alongamento do prazo de vencimento de dívidas com os Credores no valor de US$ 150,7 milhões. O prazo total da Operação passou a ser de cinco anos, com dois anos de carência para início do pagamento do principal. A amortização do principal teria pagamentos trimestrais, sendo iniciados ao final do 24º mês (inclusive) e os juros remuneratórios pagos semestralmente durante o período de carência e trimestralmente após este período.

Contudo, em 2017, os vencimentos que haviam sido alongados na renegociação com o sindicato de bancos, em 2016, retornaram para o curto prazo tendo em vista que os contratos previam índices financeiros (*covenants*), os quais não foram cumpridos.

Em 18 de julho de 2018, a administração concluiu novo processo de renegociação e formalização de assinatura de contratos de dívidas com Sindicato de Bancos (Banco do Brasil, Banco Santander, Banco Itaú e Banco Bradesco), bem como, o processo de renegociação de sua 3ª emissão pública de Debêntures com o Banco Haitong. Os termos da operação contemplam o alongamento do prazo de vencimento de dívidas com os Credores no valor equivalente a aproximadamente US$ 162 milhões. O prazo total para pagamento das operações passa a ser de cinco anos, com carência de pagamentos do principal e juros no ano de 2018. A amortização do principal e dos juros ocorrerá em pagamentos mensais, sendo iniciados em 21 de janeiro de 2019. Os custos da operação passaram a ser Libor Mês + 3% a.a. nas operações em dólar e CDI + 2,00% para a 3ª Emissão de Debêntures.

Na renegociação com o Banco Pine, a Companhia também obteve o alongamento no prazo e a redução das taxas. A cada vencimento do PPE será liberada uma operação de ACC no valor da parcela com prazo inicial de 180 dias e renovado automaticamente a cada vencimento por mais 180 dias, de forma que tal dívida, registrada no curto prazo é, na prática, uma dívida de longo prazo.

As informações sobre o acordo firmado com os bancos em julho de 2018 estão descritas na Nota Explicativa nº 1 às Demonstrações Financeiras de 2018.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia não possui dívidas subordinadas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os instrumentos de financiamento da Companhia preveem, em sua maioria, o vencimento antecipado de suas as obrigações objeto da escritura em determinadas circunstâncias, dentre as quais destacam-se: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio.

O acordo de renegociação da dívida assinado de dezembro/2016 previa o vencimento antecipado em casos de descumprimento de cláusulas contratuais, que definiam, dentre outras obrigações: a manutenção de determinados índices financeiros, tais como:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- Dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes em 2017 e 3,0 vezes a partir de 2018); e
- EBITDA/despesas financeiras líquidas igual ou superior a 1,1 vez em 2017 e 1,2 vez a partir de 2018.

Onde dívida líquida é igual ao total das dívidas (incluindo avais e garantias) menos as disponibilidades, EBITDA é igual ao lucro antes dos impostos, juros, tributos, depreciação e amortização dos últimos 12 meses e despesas financeiras líquidas, que correspondem ao total de receitas financeiras menos despesas financeiras dos últimos 12 meses, ajustados por itens não recorrentes, tendo como garantias: fiança, alienação fiduciária, hipotecas, cessão fiduciária e penhor externo que serão compartilhadas com os credores da operação de garantia internacional e credores de debentures.

Em 2017, os vencimentos que haviam sido alongados na renegociação com o sindicato de bancos, em 2016, retornaram para o curto prazo tendo em vista que não foi possível para a Companhia cumprir alguns dos indicadores (covenants) acertados em 2016.

O novo acordo com os credores assinado em 2018, incluiu as seguintes garantias reais: (i) alienação fiduciária da totalidade das quotas das empresas Taurus Blindagens Ltda. e da Taurus Blindagens Nordeste Ltda. ("Alienação Fiduciária"); (ii) hipoteca de 2º grau de 02 imóveis localizados em Mandirituba/PR, e 02 imóveis localizados em Porto Alegre, RS e hipoteca de 1º grau de 01 imóvel localizado em São Leopoldo, RS ("Hipoteca"); e (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da totalidade dos recursos objeto de eventual venda das quotas objeto da Alienação Fiduciária e da Hipoteca, bem como direitos inerentes à titularidade da conta vinculada da Companhia a ser aberta com o propósito de recebimento dos recursos.

Cláusulas restritivas

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, em 18 de julho de 2018, foi concluído o novo processo de renegociação da dívida junto ao Sindicato de Bancos. O instrumento, que foi incluído no processo de reperfilamento de dívida, prevê o vencimento antecipado em casos de descumprimento de cláusulas contratuais que definem, dentre outras obrigações: a manutenção de determinados índices financeiros, tais como: dívida líquida/EBITDA Ajustado igual ou inferior a 13 vezes em 2018, 8 vezes em 2019, 7 vezes em 2020 e 6 vezes a partir de 2021, além de manter o índice do EBITDA Ajustado/Despesas financeiras igual ou superior a 0,90 em 31 de dezembro de 2018 e 1,20 a partir de 2019.

Tais índices são monitorados pela administração, sendo que os contratos determinam que os índices sejam aferidos anualmente. Nota Explicativa 18

Certos contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas contém cláusulas restritivas que limitam certas modificações societárias, entre elas: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações e redução de capital social da Companhia. Caso não sejam atendidas as restrições os credores poderão antecipar o vencimento.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

As linhas de crédito contratadas com instituições financeiras estão sendo utilizadas integralmente. Informações detalhadas estão apresentadas na Nota Explicativa 18 das Demonstrações Financeiras do exercício de 2018.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis da Companhia e empresas consolidadas foram elaboradas conforme as normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Seguem os comparativos entre os exercícios de 2018, 2017 e 2016 das grandes contas do Balanço Patrimonial, com indicação da variação percentual entre os exercícios. A seguir, são destacadas as alterações comparativas mais relevantes dos principais grupos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

	2018 (A)	2017 (B)	2016 (C)	*Variação % (A)/(B)*	*Variação % (B)/(C)*
Balanço Patrimonial - Ativo					
Ativo Total	**921.156**	**768.958**	**893.057**	*19,8%*	*-13,9%*
Ativo Circulante	**616.217**	**451.459**	**472.452**	*36,5%*	*-4,4%*
Caixa e Equivalentes de Caixa	26.766	6.679	26.708	*300,7%*	*-75,0%*
Aplicações Financeiras	1.801	1.777	2.552	*1,4%*	*-30,4%*
Contas a Receber	140.420	122.611	150.197	*14,5%*	*-18,4%*
Estoques	277.037	211.885	244.197	*30,7%*	*-13,2%*
Tributos a Recuperar	29.461	44.458	20.497	*-33,7%*	*116,9%*
Despesas Antecipadas	6.309	6.674	5.957	*-5,5%*	*12,0%*
Outros Ativos Circulantes	134.423	57.375	22.344	*134,3%*	*156,8%*
Ativo Não Circulante	**304.939**	**317.499**	**420.605**	*-4,0%*	*-24,5%*
Ativo Realizável a Longo Prazo	84.539	21.455	57.284	*294,0%*	*-62,5%*
Investimentos	192	349	50.457	*-45,0%*	*-99,3%*
Imobilizado	144.429	222.686	238.650	*-35,1%*	*-6,7%*
Intangível	75.779	73.009	74.214	*3,8%*	*-1,6%*
Balanço Patrimonial - Passivo					
Passivo Total	**921.156**	**768.958**	**893.057**	*19,8%*	*-13,9%*
Passivo Circulante	**535.626**	**965.691**	**385.897**	*-44,5%*	*150,2%*
Obrigações Sociais e Trabalhistas	31.946	41.926	34.645	*-23,8%*	*21,0%*
Fornecedores	94.707	99.954	128.712	*-5,2%*	*-22,3%*
Obrigações Fiscais	41.902	40.031	39.170	*4,7%*	*2,2%*
Empréstimos e Financiamentos	113.126	534.713	26.989	*-78,8%*	*1881,2%*
Outras Obrigações	175.769	181.795	105.199	*-3,3%*	*72,8%*
Provisões	78.176	67.272	51.182	*16,2%*	*31,4%*
Passivo Não Circulante	**792.493**	**248.500**	**679.061**	*218,9%*	*-63,4%*
Empréstimos e Financiamentos	703.565	157.970	641.123	*345,4%*	*-75,4%*
Outras Obrigações	987	7.614	5.572	*-87,0%*	*36,6%*
Tributos Diferidos	20.804	30.937	15.190	*-32,8%*	*103,7%*
Provisões	67.137	51.979	17.176	*29,2%*	*202,6%*
Patrimônio Líquido Consolidado	**- 406.963**	**- 445.233**	**- 171.901**	*-8,6%*	*159,0%*
Capital Social Realizado	465.218	404.489	393.977	*15,0%*	*2,7%*
Reservas de Capital	- 31.170	- 40.996	- 40.832	*-24,0%*	*0,4%*
Lucros/Prejuízos Acumulados	- 1.012.915	- 952.635	- 668.102	*6,3%*	*42,6%*
Ajustes de Avaliação Patrimonial	47.023	48.240	49.736	*-2,5%*	*-3,0%*
Ajustes Acumulados de Conversão	124.881	95.669	93.320	*30,5%*	*2,5%*

Ativo

O Ativo Circulante mostra evolução positiva de 36,5% no encerramento do exercício de 2018, ante a posição de 2017, principalmente em função da variação a maior nas contas de Estoques, Contas a Receber, Caixa e Equivalentes de Caixa e Outros Ativos Circulantes. Nessa última linha, onde foi registrada a maior variação em termos de valor absoluto, o aumento se deve à conta de Ativos Não Correntes à venda, que passou de zero em 2016, para R$ 51,4 milhões em 2017 e R$ 122, 6 milhões em 2018, o que se explica pela decisão de colocar à venda a operação de capacetes, assim como de imóveis da Companhia fora de uso.

Ainda que em montante inferior, a conta de caixa e equivalentes de caixa apresenta recuo em 2017 comparado ao encerramento de 2016, e retomada de valor em 2018, com alta de 300,7%. Em 2017, a normalização da demanda em patamares inferiores ao observado nos anos anteriores do mercado de armas no EUA, maior mercado da Companhia, fez com que houvesse maior consumo de caixa, provocando a redução da linha de Caixa e Equivalentes de Caixa em 75,0% em relação à posição de encerramento de 2016. Já em 2018, o sucesso da reestruturação operacional que levou à maior geração de caixa no decorrer do exercício, além do acordo com os bancos credores assinado em julho/18, que proporcionou carência para o pagamento dos encargos e do principal da dívida até dezembro de 2018, são os principais fatores que permitiram a recuperação da conta.

No Ativo Não Circulante, o Ativo Realizável a Longo Prazo apresenta alta de 294,0% entre a posição de encerramento de 2018 e 2017, basicamente em função do registro de R$ 73,4 milhões de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos no último exercício. Em 31/12/2017, os Impostos e Contribuições Social somaram R$ 3,5 milhões, enquanto em 31/12/2016 foram de R$ 44,5 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Propriedades para investimentos no valor de R$ 50,1 milhões registradas em 31/12/2016, que foram desinvestidas e, portanto, não estão registradas nos dois exercícios subsequentes, explicam a redução da conta Investimentos em 99,3% entre a posição de encerramento de 2016 e 2017.

Passivo

A posição do Passivo Circulante ao final de 2016 é inferior aos dos dois anos subsequentes em razão do processo de reperfilamento da dívida realizada naquele ano, quando cerca de R$ 520 milhões em dívidas com vencimento no curto prazo haviam migrado para o longo prazo. Também a 3ª emissão de debêntures estava incluída no acordo então realizado, de modo que 50% de sua composição passou a compor a linha de Empréstimos e Financiamento de longo prazo, com a outra metade do valor permanecendo no curto prazo.

Com a Companhia não tendo mantido os indicadores financeiros (*covenants*) estabelecidos no acordo, ao final de 2017 a totalidade dessa dívida passou a ser registrada no curto prazo, explicando o aumento de 150,2% do Passivo Circulante em relação à posição de 31/12/2016.

O novo acordo firmado com o sindicato de bancos em julho de 2018 estabeleceu o alongamento do prazo de vencimento para cerca de US$ 162 milhões em dívidas, que passou a ser de cinco anos, com carência de pagamentos das parcelas de amortização do principal e dos juros no ano de 2018. Com isso, a posição do Passivo Circulante em 31/12/2018 apresentou redução de 44,5% ante ao registrado na mesma data do ano anterior.

As variações, portanto, se dão principalmente na linha de "Empréstimos e Financiamentos" do Passivo Circulante, envolvendo tanto empréstimos, como nas debêntures, que também foram renegociadas no acordo com os bancos.

R$ milhões	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e Financiamentos	**113,1**	**534,7**	**27,0**
Empréstimos e Financiamentos	103,7	458,9	26,6
em Moeda Nacional	8,3	7,6	8,8
em Moeda Estrangeira	95,4	451,3	17,8
Debêntures	9,4	75,8	0,4

Os mesmos fatores explicam a oscilação observada no Passivo Não Circulante, com o total dessa conta de 63,4% na comparação entre a posição de encerramento de 2017 comparada à registrada na mesma data de 2016, uma vez que em 31/12/2017 a dívida havia retornado para o curto prazo. Em 2018, com a renegociação e o alongamento do prazo de vencimento, o saldo do Passivo Não Circulante ao final do exercício volta a aumentar, com alta de 218,9% em relação à posição de 31/12/2017.

A Companhia encerrou os três exercícios em análise – 2018, 2017 e 2016 -, com Passivo a descoberto de, respectivamente, R$ 407,0 milhões, R$ 445,2 milhões e R$ 171,9 milhões, em razão, principalmente, dos prejuízos acumulados nos últimos anos. A redução da posição negativa observada em 31/12/2018 comparado a 31/12/2017 resulta em grande parte do aumento de capital realizado em 2018.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2. Os diretores devem comentar

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

O foco de atuação da Taurus é a produção e comercialização de **armas** leves – armas curtas (revólveres e pistolas de uso de segurança pública, privada, uso restrito militar e civil), armas longas (rifles, carabinas e espingardas), além de submetralhadoras -, com as marcas Taurus, Rossi e Heritage. As armas são fabricadas nas unidades da Companhia no Brasil e nos EUA, e vendidas para mais de 100 países, sendo que o mercado norte-americano é o principal mercado.

	2018	2017	2016
% receita de armas na receita operacional líquida	98,6%	97,3%	XX
% exportações na receita operacional líquida	81,6%	84,2%	XX

Atua também na produção de **M.I.M.** – Metal Injection Molding (peças injetadas em metal), notadamente para uso próprio, e também, pontualmente, para venda a terceiros, com demanda sob encomenda. O segmento tem pequena representatividade na receita da Companhia.

Nos exercícios de 2017 e 2016, mantinha ainda o segmento de produção e comercialização de **capacetes**. A operação, ainda que sob gestão da Companhia em 2018, passou a ser classificada como "Operação Descontinuada" uma vez que foi colocada à venda. Ainda em janeiro de 2018, a operação de plásticos, de pequena representatividade na Companhia, foi descontinuada.

A partir de janeiro de 2018, os resultados relacionados à operação de capacetes (unidades no Paraná e Bahia) são apresentados separadamente, sendo incorporados na linha de "Operações descontinuadas" na Demonstração de Resultados da Taurus S.A., de acordo com o estabelecido no CPC 31 para operações colocadas à venda.

De modo a manter a mesma base de comparação, é considerada uma visão pró-forma dos resultados de 2017 da Companhia, apresentando os resultados do segmento de capacetes também como "Operações descontinuadas" naquele ano.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Com o encerramento das operações de plásticos e o compromisso assumido pela Companhia de vender a operação de capacetes, em 2018 a receita operacional líquida da Taurus passou a ser formada basicamente pela operação de armas, sendo complementada pela produção e venda de peças de metal-injetas, ou M.I.M. (*metal injection molding*). Esse segundo segmento de atuação tem demanda pontual e pouca representatividade na Companhia.

De modo a manter a mesma base de comparação, é considerada uma visão pró-forma dos resultados de 2017 da Companhia, considerando os resultados do segmento de capacetes também como "Operações descontinuadas" naquele ano.

O volume de vendas e a receita da Companhia vem crescendo no decorrer dos últimos três exercícios – 2018, 2017 e 2016 – a partir da reestruturação operacional adotada, com foco na qualidade dos produtos. No início de 2016, a fábrica de armas em São Leopoldo, RS, centralizou as operações de três antigas unidades com maior eficiência, a partir de processo industrial robusto, garantindo qualidade e produtividade. A ampliação do portfólio de produtos com maior valor agregado contribuiu para a evolução positiva em 2017 e, especialmente, em 2018, com a participação crescente dos novos modelos na receita da Taurus.

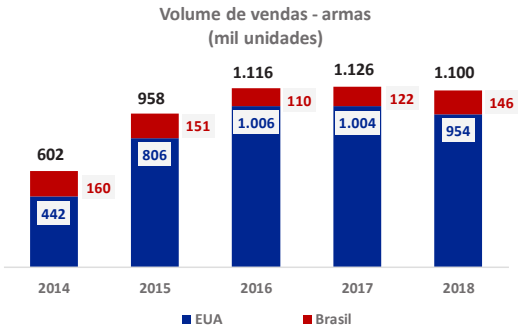
Os **EUA** são o maior mercado mundial de armas leves e, portanto, também o principal mercado para os produtos da Taurus. Em 2016, a Taurus priorizou o atendimento a esse mercado, que tem menores

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

prazos de pagamento, na estratégia de direcionar os esforços para a geração de caixa. Nesse sentido, também priorizou a produção de armas de maior giro que, consequentemente, possuem preços mais competitivos e, portanto, menor rentabilidade para a Companhia.

O mercado norte-americano em 2016 estava aquecido, com o índice de intenções de compras de armas medido pelo "Adjusted NICS" (National Instant Background Check System) tendo atingido o ponto mais alto da década, em função da possibilidade de adoção de medidas restritivas em relação à aquisição e posse de armas nos EUA, no caso de eleição da então candidata Hillary Clinton. Com Trump, esses temores se esvaziaram, regularizando a demanda em patamares menores do que o verificado no governo anterior.

Nos últimos dois anos esse indicador se manteve retraído (recuo de 13,0% comparando 2017 e 2016 e de 6,1% entre 2017 e 2018). Além disso, produtores e distribuidores, que estavam com estoques elevados, na expectativa de uma possível vitória de Hilary Clinton, passaram por processo de redução de estoques, provocando maior competitividade e intensificação do ambiente promocional naquele país.



Dessa forma, em 2017 a Taurus precisou se redimensionar em termos de nível de produção, estrutura de custos e mão de obra para adequar-se ao novo cenário norte-americano.

Os lançamentos da Companhia em 2017 e, principalmente, em 2018, com produtos que incorporam inovação e qualidade, têm sido bem aceitos pelos consumidores norte-americanos e vêm, assim, contribuindo para recuperar a imagem da marca no mercado. Esses novos itens de linha e o posicionamento da Companhia permitiram manter bom desempenho de vendas nos EUA, mesmo com o mercado contraído.

No **mercado interno**, as vendas tinham se retraído em 2016, atingindo 110 mil unidades (redução de 27,2% ante 2015), em razão da estratégia da Companhia, principalmente nos primeiros meses do ano, de priorizar o atendimento ao mercado norte americano devido aos menores prazos de pagamento.

As vendas começaram a retomar o crescimento a partir de 2017, quando o destaque ficou por conta das vendas individuais, que incluem policiais em geral, magistrados e CAC's (caçadores, atiradores e colecionadores) que adquirem uma arma para uso particular. Esse crescimento compensou o decréscimo nas vendas governamentais, dado os orçamentos restritos dos organismos públicos nos últimos anos.

Em 2018, o aumento de 43,7% do volume de vendas comparado a 2017 permite identificar a retomada da credibilidade e admiração pela marca também por parte do consumidor nacional. A diversificação do portfólio tem papel de destaque nesse processo, com os novos modelos representando parcela significativa das vendas.

A Taurus vem empreendendo esforços comerciais no sentido de ampliar sua atuação em **outros mercados internacionais** (além dos EUA). A partir de autorizações obtidas no Ministério das Relações Exteriores e a realização de forte trabalho de *compliance* de modo a atender as exigências estabelecidas, vem obtendo sucesso em ampliar seus mercados, com crescimento das vendas no decorrer dos três exercícios em análise – 2016, 2017 e 2018. O destaque, em 2017 e também 2018, são as vendas realizadas em países do Oriente Médio e Ásia, alavancadas pelos novos modelos lançados nesses anos. Em 2018, mesmo que menos expressivas em termos de volumes e valores absolutos, foi também relevante o aumento das vendas para outros países, como África do Sul e Alemanha, e a retomada ou abertura de novos mercados. Assim como em outros mercados, os novos produtos têm cada vez mais apresentado contribuição importante nas vendas da Companhia.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Em 2016, a receita líquida consolidada (inclui a operação de capacetes) registrou R$830,3 milhões, avanço 0,8% em comparação à 2015. Nesse ano, a Companhia enfrentou desafios que afetaram seu desempenho: (i) menor produção de armas no primeiro semestre do ano, decorrente do processo de estabilização da nova planta em São Leopoldo, que integrou as operações de Porto Alegre; (ii) priorização do atendimento ao mercado americano, principalmente nos primeiros meses do ano, beneficiando o ciclo de caixa, que foi um desafio constante em 2016; e (iii) cenário econômico interno desfavorável, o que prejudicou o segmento de capacetes durante o ano.

Em 2017, já excluindo a operação de capacetes, a receita líquida consolidada da Companhia foi de R$ 695,3 milhões, com contração na receita de armas, tanto no mercado externo, em função do movimento de normalização da demanda de armas no EUA a partir da eleição de Donald Trump, como no mercado interno, com os orçamentos governamentais mais restritos. O destaque positivo ficou por conta das exportações de armas para outros países, que registraram R$ 43,8 milhões em 2017, 18,1% superior ao registrado em 2016. Importante para esse movimento foram os primeiros embarques da nova pistola Hammer para a Ásia, e do novo Fuzil T4 para o Oriente Médio no segundo semestre do ano. Esses dois novos produtos terão contribuição importante tanto para o desenvolvimento de novos mercados.

Em 2018, o ajuste realizado em termos de preço e mix de produtos com maior valor agregado contribuiu para o crescimento de 21,6% na receita operacional líquida consolidada em relação a 2017 (excluída a operação de capacetes). No ano, a venda de novos modelos de armas respondeu por 60,8% da receita da Companhia. Também favoreceu o desempenho, o efeito positivo da desvalorização cambial do real frente ao dólar norte-americano sobre as vendas no mercado externo, considerando que a maior parte da receita da Companhia é realizada em moeda estrangeira.

Mantendo o o foco em qualidade e inovação, visando garantir a rentabilidade e a retomada do crescimento dos negócios, de acordo com o plano estratégico, a Companhia obteve recuperação de margem bruta em 2018. As medidas de reestruturação adotadas a partir de 2017, depois de um ano de fortes desafios em 2016, quando a prioridade era garantir geração de caixa para a manutenção de suas atividades, começaram a mostrar seus resultados em 2018.

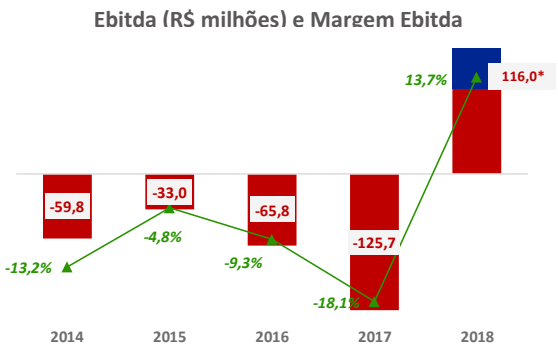
A margem bruta passou de 23,3% em 2016 (incluindo a operação de capacetes) para 13,7% em 2017 (sem considerar a operação de capacetes), e 3atingiu 6,4% em 2018, margem bruta superior à das duas empresas estrangeiras de capital aberto do setor

Foi adotado controle cuidadoso sobre as compras da Companhia, o que envolve o acompanhamento próximo dos giros de estoques, de modo a evitar a realização de compras em excesso, e realizada a revisão das rotinas de compras, buscando identificar oportunidades com fornecedores, os quais foram requalificados, assim como garantir volumes e qualidade, mantendo custo adequado.

Considerando as despesas operacionais como percentual da receita operacional líquida, a evolução foi de 35,1% em 2016 para 36,8% em 2017 e 30,9% em 2018. Nesse último exercício foi registrada despesas extraordinárias relacionadas a acordo judicial nos EUA (“Burrow Case”) no total de R$ 37,1 milhões. Sem essas despesas não recorrentes, a conta somaria R$ 224,3 milhões, representando 26,5% da receita operacional líquida de 2018.

O chamado “Burrow Case” se refere a acordo preliminar para para encerrar a ação judicial estabelecida nos EUA contra a Taurus e sua controlada naquele país, a respeito de supostos defeitos apresentados em determinados modelos de revólveres de fabricação da Companhia com a marca Rossi durante determinado período. Envolve custo total estimado para a Companhia entre US$ 7,1 e US$ 7,9 milhões, o que inclui custos processuais, indenizações e honorários dos advogados dos autores da ação. A celebração do acordo definitivo nos termos propostos importará no reconhecimento de efeito negativo no resultado da Taurus, podendo afetar seu patrimônio líquido no montante acima citado. Com esse acordo e a provisão para seu pagamento realizada em 2018, a Companhia encerra essa questão, mitigando futuras despesas relacionadas que aumentariam a cada ano.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro



O trabalho de reestruturação realizado visando a recuperação do crescimento da Companhia, focado em rentabilidade, inovação, qualidade e consequente melhora dos indicadores financeiros e operacionais, mostra seus efeitos. Excluindo as despesas extraordinárias relacionadas ao "Burrow Case" para questões judiciais de R$ 37,1 milhões, o Ebitda ajustado de 2018 totalizou R$ 116,0 milhões, revertendo o desempenho negativo dos últimos exercícios

Cálculo Ebitda – reconciliação de acordo com ICVM 527/12

R$ milhões	**2018**	**2017**	***Var. %***
Resultado antes do resultado financeiro e tributos (Ebit)	46,2	-160,8	-
Depreciação e amortização	32,7	35,1	*-6,8%*
Ebitda	**78,9**	**-125,7**	**-**
Margem Ebitda	*9,3%*	*-18,1%*	**-**
Burrow Case			
Despesas gerais e administrativas	15,6	-	
Outras depesas operacionais	21,5	-	
Ebitda ajustado	**116,0**	**-125,7**	**-**
Margem Ebitda ajustada	*13,7%*	*-18,1%*	**-**

O Ebitda (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - Lajida) não é uma medida financeira segundo o BR GAAP, as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS e não deve ser considerado isoladamente como medida de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. Esse indicador é uma medida gerencial, apresentado de forma oferecer informações adicionais sobre a geração operacional de caixa. Outras empresas podem calcular o Ebitda de maneira diferente da aqui apresentada.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Com a maior parte de sua receita advinda do mercado externo, as variações cambiais influenciam a receita operacional consolidada da Companhia. Em 2016, a valorização de 16,5% do real frente ao dólar norte-americano de fechamento atuou de forma negativa, reduzindo a receita das vendas externas quando contabilizadas em moeda nacional. As vendas externas de armas (EUA + outros países) somou R$ 614,2 milhões, representando 86,8% da receita com armas.

Em 2017, foi registrada desvalorização da moeda nacional de 1,5% em relação ao dólar norte-americano, atuando positivamente sobre as vendas realizadas em moeda estrangeira. As vendas externas de armas em 2017 somaram R$ 585,1 milhões, ou 86,5% da receita total com armas.

Em 2018, com desvalorização do mais acentuada do real, o efeito positivo foi mais relevante. No ano, a desvalorização da moeda nacional em relação ao dólar, considerando a taxa de fechamento de 2018 ante à de 2017, foi de 17,0% e, considerando a taxa média do ano, de 14,5%. As vendas de armas no mercado internacional somaram R$ 689,9 milhões no exercício, representando 82,8% da receita de armas da Companhia em 2018.

O lançamento de produtos, no segmento de armas, é outro fator que vem mostrando relevância no desempenho de vendas da Companhia. A ampliação do portfólio, com ampliação da rentabilidade, faz parte do planejamento estratégico estabelecido em 2017, envolvendo o lançamento de produtos que incorporem inovação e qualidade, visando a retomada da credibilidade da marca nos mercados nacionais e internacional, o que já pode ser observado no exercício de 2018.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Em 2016, foram lançados quatro novos produtos, incluindo a nova plataforma de pistolas (Taurus Striker e Taurus Hammer) e nova série de fuzis T4-Séries, apresentados para o mercado brasileiro e, no mercado norte-americano, a primeira pistola Taurus desenvolvida e produzida totalmente nos EUA (Taurus Spectrum).

Em 2017, os produtos apresentados no final do exercício anterior começaram a ser vendidos para a Ásia e o Oriente Médio, com a expectativa de ganharem crescente importância para o desenvolvimento de novos mercados.

Foi no exercício de 2018 que, efetivamente, o lançamento de produtos voltou a fazer parte do dia a dia da Taurus. Foram 32 modelos de armas lançados, com boa aceitação nos mercados nacional e internacional. Toda a linha de armas leves está atualizada de acordo com os novos protocolos de desenvolvimento. A diversificação do portfólio tem papel de destaque na retomada do crescimento da Companhia, com os novos modelos tendo respondido por 60,8% da receita consolidada da Companhia em 2018.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

O impacto destas variáveis ocorre devido à exposição dos ativos e passivos da Companhia ao dólar, à inflação e à taxa de juros.

No lado da receita, a valorização do dólar norte americano frente ao real tem reflexo positivo, enquanto a desvalorização daquela moeda, tem efeito negativo, já que a maior parte da receita da Companhia é proveniente das vendas externas, conforme detalhado no item 10.2 b) acima.

Também o endividamento da Companhia é, em sua maior parte, atrelado à moeda norte-americana. As vendas no exterior representam *hedge* cambial natural para essas dívidas.

Empréstimos e financiamentos por moeda

R$ milhões	**31/12/2018**		**31/12/2017**		**31/12/2016**	
Real	159,9	*17,6%*	31,6	*4,8%*	29,9	*4,7%*
Dólar norte-americano	749,0	*82,4%*	625,0	*95,2%*	603,9	*95,3%*
TOTAL	**908,9**	***100,0%***	**656,6**	***100,0%***	**633,9**	***100,0%***

Com alto grau de endividamento registrado no encerramento dos três últimos exercícios, as variações cambiais e as taxas de juros influenciam as despesas financeiras e, portanto, o resultado da Companhia.

R$ milhões	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Juros	-61,5	-48,0	-79,6
Variações cambiais	-132,2	-30,4	-3,5
IOF	-1,9	-1,0	-2,5
Swap sobre obrigações financeiras			-9,4
Outras despesas	-16,2	-7,9	-9,5
Despesas financeiras	**-211,7**	**-87,4**	**-104,6**
Juros	**5,7**	1,5	3,7
Variações cambiais	**22,1**	18,4	96,2
Swap sobre operações financeiras			0,8
Outras receitas	**0,3**	0,3	1,1
Receitas financeiras	**28,1**	**20,2**	**101,9**
Resultado financeiro líquido	**-183,6**	**-67,2**	**-2,7**

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Forjas Taurus S.A. efetivou, no mês de janeiro de 2018, por meio de suas controladas Taurus Investimentos Imobiliários Ltda. e Taurus Plásticos Ltda., a venda de ativos, incluindo um imóvel e demais ativos imobilizados pelo valor total de R$ 8,6 milhões, sendo que parte desse valor foi utilizado pela Forjas Taurus S.A. para amortização de dívidas bancárias. Essa operação de venda foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e teve seu pagamento realizado em 19 de janeiro de 2018.

A operação de capacetes, classificada nos resultados da Companhia como “Operações descontinuadas”, foi colocada à venda em janeiro de 2018, em linha com o plano estratégico de focar na produção e comercialização de armas leves, atividade principal da Taurus, e de acordo com o acordo de reestruturação de endividamento firmado com sindicatos de bancos em julho de 2018. Ativos imobiliários que não estão sendo utilizados, como a área da antiga sede da Companhia em Porto Alegre, com valor contábil de aproximadamente R$ 50 milhões, também foram colocadas à venda em 2018. O caixa gerado com a venda dos ativos será utilizado para redução do endividamento.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em junho de 2016 ocorreu o desinvestimento da participação minoritária que a Companhia possuía na Famastil pelo valor de R$ 5 milhões, conforme ata do Conselho de Administração de 02.06.2016.

a) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, pois nos exercícios de 2018, 2017 e 2016 não ocorreram eventos ou operações não descritas nos itens anteriores.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4. Os diretores devem opinar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis nos últimos três exercícios.

A partir de janeiro de 2018, os resultados relacionados à operação de capacetes (unidades no Paraná e Bahia) são apresentados separadamente, sendo incorporados na linha de "Operações descontinuadas" na Demonstração de Resultados da Taurus S.A., de acordo com o estabelecido no CPC 31 para operações colocadas à venda.

De modo a manter a mesma base de comparação, é considerada uma visão pró-forma dos resultados de 2017 da Companhia, apresentando os resultados do segmento de capacetes também como "Operações descontinuadas" naquele ano.

b) Efeitos significativos das alterações das práticas contábeis

Em 2017 e 2018, as contas das demonstrações de resultados não incluem os valores de receitas, custos, despesas operacionais ou resultado financeiro relacionadas às operações de capacetes. O resultado líquido, no entanto, não sofre qualquer alteração, já que o desempenho da atividade é registrado na linha de "Resultado das operações descontinuadas".

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer do auditor nos últimos três exercícios.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e os pronunciamentos do CPC requerem que a administração faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos, avaliações ou estimativas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e as informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão discriminadas a seguir:

Ativos e passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferido são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. Os saldos registrados são originados, principalmente, de provisões temporárias diversas.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

O montante registrado passível de compensação refere-se ao valor de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativo e passivo ao qual a entidade tem o direito legal de compensação e foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

Os ativos fiscais diferidos reconhecidos sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportado por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos de viabilidade que consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e são revisados a cada final de exercício.

Provisões

A Companhia registra uma provisão quando tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, que seja provável haver desembolso para sua liquidação e na melhor estimativa de custos, mensurar esta obrigação.

Provisão para contingências - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para os litígios baseado nas evidências disponíveis, na jurisprudência legal e também na opinião de seus assessores jurídicos.

As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas levando em consideração as alterações das circunstâncias que levaram ao seu registro.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Teste de recuperabilidade de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada encerramento de exercício, no nível da unidade de negócios, para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

Os testes de recuperabilidade são baseados em projeções de expectativas de fluxo de caixas descontados que levam em consideração determinadas premissas tais como, custo de capital, taxa de crescimento, plano de investimentos e previsões econômico financeiras de longo prazo.

Uma perda de redução ao valor de recuperação será conhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa exceder seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, evidenciando:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não se aplica, pois não existem informações a reportar em relação aos exercícios de 2018, 2017 ou 2016.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica, pois não existem informações a reportar em relação aos exercícios de 2018, 2017 ou 2016.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não houve outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2018, 2017 ou 2016.

b) natureza e o propósito da operação

Não se aplica, pois não houve outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2018, 2017 ou 2016.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica, pois não houve outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2018, 2017 ou 2016.

10.8 - Plano de Negócios

10.8. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os planos de negócios da Companhia são elaborados a partir de sondagens efetuadas nos mercados de atuação que servem de base para o planejamento de produtos, processos industriais, investimentos, projeções de rentabilidade, retorno de capital investido e fonte de suprimento de recursos. Por serem projeções e perspectivas de negócios, os mesmos envolvem riscos, incertezas e premissas, portanto dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer.

Estamos focados em melhorar os indicadores operacionais e financeiros, ampliar a rentabilidade das operações e recuperar a credibilidade da marca nos mercados nacional e internacional. As ações tomadas com tais objetivos já propiciaram resultados positivos nesse sentido em 2018, com aumento da receita, da rentabilidade e do resultado operacional.

Como em 2018 a Companhia ainda operou com passivo a descoberto, com alto grau de endividamento, não tem condições de obter novos empréstimos e financiamentos. Mantém as linhas de crédito de capital de giro contratadas, com renovação automática, de acordo com o acordo de reestruturação firmado em julho de 2018.

Os planos de investimentos para 2019 basicamente se limitam à manutenção de equipamentos, além de investimento em pesquisa em desenvolvimento para o desenvolvimento de produtos inovadores, de qualidade e com boa rentabilidade para a Companhia. Foram 32 produtos lançados em 2018, com boa aceitação tanto no mercado nacional como no mercado internacional. A Companhia deverá seguir apresentando ao mercado produtos inovadores, de qualidade, e que propiciem boa rentabilidade para a operação. Para 2019, estão previstos investimentos de R$ 82.158.523,00, todos com recursos próprios.

Proposta de Orçamento de Capital 2018 - Capex

Taurus

Melhoria processos de fabricação - R$ 4.087.400,00
Máquinas e equipamentos - R$ 5.212.801,00
Pesquisa e desenvolvimento de produtos - R$ 7.177.000,00
Ferramentas (matriz/molde/dispositivos) - R$ 1.577.800,00
Segurança do Trabalho e Meio Ambiente - R$ 3.390.185,00
Tecnologia da informação - R$ 4.872.039,00
Linha de Tiro - R$ 3.100.000,00
Outros - R$ 295.424,00
Modernização e ampliação da capacidade - R$ 50.000,00
SUB-TOTAL: R$ 29.762.649,00

Polimetal

Melhoria processos de fabricação - R$ 25.329.152,00
Máquinas e equipamentos - R$ 6.610.444,00
Ferramentas (matriz/molde/dispositivos) - R$ 5.591.420,00
Segurança do Trabalho e Meio Ambiente -R$ 2.779.422,00
Tecnologia da informação - R$ 300.066,00
Outros - R$ 826.640,00

10.8 - Plano de Negócios

Modernização e ampliação da capacidade - R$ 800.000,00
SUB-TOTAL - R$ 42.237.144,00

Taurus USA

Pesquisa e desenvolvimento de produtos - R$ 6.121.780,00
Tecnologia da informação - R$ 266.450,00
Modernização e ampliação da capacidade - R$ 1.095.000,00
SUB-TOTAL - R$ 7.483.230,00

Taurus Blindagens

Melhoria processos de fabricação - R$ 270.000,00
Máquinas e equipamentos - R$ 390.000,00
Pesquisa e desenvolvimento de produtos - R$ 1.240.000,00
Ferramentas (matriz/molde/dispositivos) - R$ 116.000,00
Tecnologia da informação - R$ 505.500,00
Outros - R$ 84.000,00
Modernização e ampliação da capacidade - R$ 70.000,00
SUB-TOTAL - R$ 2.675.500,00

Consolidado Taurus

Melhoria processos de fabricação - R$ 29.686.552,00
Máquinas e equipamentos - R$ 12.213.245,00
Pesquisa e desenvolvimento de produtos - R$ 14.538.780,00
Ferramentas (matriz/molde/dispositivos) - R$ 7.285.220,00
Segurança do Trabalho e Meio Ambiente - R$ 6.169.607,00
Tecnologia da informação - R$ 5.944.055,00
Linha de Tiro - R$ 3.100.000,00
Outros - R$ 1.206.064,00
Modernização e ampliação da capacidade - R$ 2.015.000,00
TOTAL - R$ 82.158.523,00

A unidade industrial da Companhia nos EUA está sendo transferida da Flórida para o Estado da Georgia. A nova unidade terá capacidade de produção de 800 mil unidades/ano, dobrando o volume atual.

Em termos de desinvestimentos, em junho de 2016 ocorreu foi alienada a participação minoritária que a Companhia possuía na Famastil pelo valor de R$ 5 milhões, conforme ata do Conselho de Administração de 02.06.2016.

Em 2018, a operação de capacetes foi colocada à venda. Também ativos imobiliários fora de uso serão vendidos, com destaque para a área da antiga fábrica de Porto Alegre, desativada, cujo valor contábil é de cerca de R$ 50 milhões. Os recursos advindos dessas operações serão destinados à redução do endividamento, o que deverá proporcionar maior folga financeira para a Companhia.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não foram realizadas aquisições nos últimos 3 exercícios.

10.8 - Plano de Negócios

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A Companhia lança anualmente inúmeros produtos ou modelos inovadores de armas, especialmente nas feiras internacionais de defesa e segurança. A maior e mais conhecida é o Shot Show em janeiro de cada ano, realizada em Las Vegas nos EUA e a IWA realizada em Nuremberg, na Alemanha, que acontece em março. Há feiras de segurança e defesa também em Paris e diversas de pequeno porte em cidades do interior dos EUA.

A diversificação do portfólio, com lançamento de produtos com qualidade, está no cerne da estratégia de atuação da Taurus. Rígidos protocolos de controle são seguidos na produção, proporcionando confiabilidade aos produtos. A partir de 2017, as ações adotadas de acordo com o plano estratégico estabelecido incluíram a readequação de processos industriais, o redesenho de componentes e o investimento em pesquisa e desenvolvimento com o lançamento de produtos que incorporam inovação para o cliente e rentabilidade para a Companhia. A recuperação dos indicadores operacionais em 2018 confirmou o acerto da estratégia, com os produtos lançados ao final de 2017 e no decorrer de 2018 tendo boa aceitação nos mercados brasileiro e internacional, indicando que a marca volta a ter a confiança do consumidor brasileiro e internacional.

Com base nos novos protocolos de desenvolvimento de produtos e fabricação em linha, em 2018 a Taurus lançou 32 modelos, fazendo a divulgação dos lançamentos em diversos eventos de demonstração no Brasil e no exterior. Toda a linha de armas leves está atualizada de acordo com os novos protocolos de desenvolvimento.

A diversificação é um diferencial da Taurus no setor, oferecendo ao mercado mundial um portfólio completo de armas leves, com revólveres, pistolas, armas táticas – fuzis e metralhadoras – e armas esportivas para tiro e caça, enquanto a indústria normalmente atua em apenas um desses segmentos. A ampliação do portfólio com o lançamento de produtos de qualidade está sendo essencial para a retomada da confiança na marca e consequente aumento das receitas de vendas com recuperação da rentabilidade das operações. A venda de novos modelos de armas em 2018 respondeu por 60,8% da receita consolidada da Companhia e a expectativa é de que continue a ser responsável por parcela significativa das vendas.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1. As projeções devem identificar

a) objeto da projeção

b) período projetado e o prazo de validade da projeção

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia optou por não divulgar projeções. Portanto, na data deste Formulário de Referência, não temos projeções relativas a período em curso divulgadas ao mercado.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores

a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, visto que a Companhia optou por não divulgar projeções com relação a qualquer indicador de seus resultados nos últimos três exercícios sociais.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1. Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

Nosso Conselho de Administração e Diretoria não contam com regimento interno próprio formalizado, sendo suas atribuições e funcionamento regidos pelo Estatuto Social.

A administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração, com funções deliberativas, e por uma Diretoria, com funções representativas e executivas.

Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social, o Conselho de Administração é composto de 5 (cinco) membros, eleitos pelo prazo de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. No mínimo 40% (quarenta por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes.

O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, indicados por maioria dentre os Conselheiros eleitos. O Presidente do Conselho será substituído pelo Vice-Presidente, nos casos de impedimento temporário. Vagando o cargo de Presidente do Conselho, competirá à Assembleia Geral eleger um substituto para completar o mandato do Presidente o qual, até a realização dessa Assembleia, será substituído pelo Vice-Presidente. Vagando qualquer outro cargo no Conselho de Administração, inclusive o de Vice-Presidente, os Conselheiros remanescentes designarão um substituto que irá servir até a primeira Assembleia Geral. Vagando a maioria dos cargos, convocar-se-á de imediato a Assembleia Geral para proceder-se a eleição de novos membros, os quais completarão o mandato dos substituídos.

Competirá ao Presidente e, em sua falta ao Vice-Presidente, convocar as Assembleias Gerais, assim como convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração se reúne mensalmente em caráter ordinário, em datas a serem estabelecidas na primeira reunião anual e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, a quem cabe fixar a respectiva ordem do dia.

As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos Conselheiros presentes, devendo sempre constar de atas lavradas em livro próprio. As atas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros deverão ser arquivadas no registro do comércio e posteriormente publicadas.

Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições previstas em lei:

I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas;

II. eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, inclusive as de Relações com Investidores, observado o disposto neste Estatuto Social;

III. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia e de suas controladas, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

IV. convocar anualmente a Assembleia Ordinária, e a Extraordinária quando julgar conveniente;

V. apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, a proposta de destinação do resultado e outros documentos a serem submetidos à Assembleia Geral;

VI. deliberar sobre a emissão de ações, dentro do limite do capital autorizado, fixando as condições da subscrição, inclusive preço e prazo de integralização;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

VII. escolher e destituir os auditores independentes, observado o direito de veto assegurado pela lei aos conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários, se houver;

VIII. convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;

IX. deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

X. X. deliberar sobre a emissão, conversão, resgate antecipado de notas promissórias, debêntures, bônus e demais títulos para distribuição pública ou privada, estabelecendo as condições a que estiverem sujeitas, nos termos da lei;

XI. deliberar sobre a realização de qualquer operação de financiamento ou crédito em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo, assim como sobre a alteração de quaisquer de seus termos e condições;

XII. declarar *ad referendum* da Assembleia Ordinária dividendos ou juros sobre o capital, com base em balanço anual ou intermediário, bem como submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

XIII. deliberar sobre planos estratégicos, políticas empresariais, orçamentos e suas respectivas alterações, projetos de expansão, programas de investimento, zelando pelo seu estrito cumprimento;

XIV. autorizar, nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral, a outorga de opção de compra de ações a seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas;

XV. autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de terceiros, que não sejam sociedades controladas pela Companhia, em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo;

XVI. aprovar qualquer alienação ou locação de bens ou direitos integrantes do ativo permanente da Companhia em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo;

XVII. aprovar a alienação, permuta ou atos que importem em outorga de garantias ou ônus reais sobre os bens ou direitos da Companhia em favor de terceiros, ou que importem em renúncia de direito, em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo, exceto em relação a sociedades em que a Companhia possua ou detenha direitos que lhe assegurem participação permanente, direta ou indireta, superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social;

XVIII. definir a lista tríplice de empresas especializadas, dentre as quais a Assembleia Geral escolherá a que elaborará o laudo de avaliação econômica das ações da Companhia em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou de saída do Nível 2;

XIX. aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;

XX. requerer recuperação judicial ou extrajudicial ou falência da Companhia, após autorizado pela Assembleia Geral, quando tal conclave for previsto na legislação;

XXI. aprovar qualquer transação entre a Companhia e (i) seus acionistas controladores diretos e indiretos; (ii) qualquer pessoa física, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, ou pessoa jurídica que detenha, direta ou indiretamente, o controle das pessoas jurídicas controladoras da Companhia; ou (iii) qualquer pessoa jurídica em que quaisquer dos acionistas controladores, direta ou indiretamente, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, detenham participação societária; observando-se que todas as transações entre a Companhia e as pessoas acima referidas deverão ser realizadas em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a companhia contrataria com terceiros; e assegurando-se a qualquer membro do Conselho de Administração a possibilidade de requisitar uma avaliação independente de qualquer transação prevista neste inciso;

XXII. fixar a remuneração dos Administradores, observada a remuneração global anual aprovada pela Assembleia Geral;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

XXIII. instituir o Comitê de Auditoria e Riscos e decidir sobre a eventual organização de estruturas de assessoramento ao Conselho de Administração;

XXIV. autorizar contribuições da Companhia e suas controladas para associações de empregados, fundos de previdência, entidades assistenciais ou recreativas, observada política previamente aprovada pelo próprio Conselho de Administração;

XXV. definir a política de participação nos lucros e resultados pelos empregados da Companhia, observados os limites legais e a política de recursos humanos da Companhia;

XXVI. definir, a política de proteção de ativos e passivos financeiros, inclusive com a utilização de instrumentos financeiros derivativos em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo, bem como os respectivos procedimentos e sistemas de controles internos e de informação (*report*);

XXVII. aprovar o código de ética e de conduta aplicáveis aos colaboradores da Companhia e zelar pelo seu estrito cumprimento; e

XXVIII. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia conta com Comitê de Auditoria e Riscos, de assessoria ao Conselho de Administração, cuja instituição está definida no Estatuto Social como uma das competências do Conselho de Administração. Cabe também ao Conselho estabelecer as normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

O Comitê de Auditoria e Riscos é formado por três membros. Suas principais atribuições são:

Bernardo Simões Birmann;
Sérgio Laurimar Fioravanti;
Magno Neves Fonseca

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não temos formalizado um mecanismo de avaliação da auditoria independente. Cabe ao Conselho de Administração escolher e destituir os auditores independentes, a partir da manifestação do Comitê de Auditoria e Riscos. Esse Comitê acompanha e avalia a efetividade dos processos de auditoria independente, solicitando esclarecimentos quando assim considerar necessário.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Não temos, também, uma política formal e específica com relação à contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente. Seguimos as regras estabelecidas pela Instrução CVM 308/99, conforme alterada, além dos padrões definidos no Código de Ética da Companhia.

b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria não possuir regimento próprio, tendo suas atribuições definidas pelo Estatuto Social da Companhia.

A Diretoria será composta de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 8 (oito) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos, acionistas ou não, residentes no País, admitida a reeleição. Dentre eles serão eleitos: 1 (um) Diretor Presidente; até 3 (três) Diretores Vice-Presidentes; até 3 (três) Diretores sem designação especial e 1 (um) Diretor de Relações com Investidores.

Em caso de ausência temporária de qualquer Diretor, caberá ao Conselho de Administração designar, dentre os demais Diretores, um substituto provisório. Na hipótese de ocorrência de vaga definitiva na Diretoria, o Conselho de Administração designará um substituto definitivo para completar o mandato do substituído.

A Diretoria reunir-se-á por convocação de qualquer Diretor, instalando-se validamente com presença da maioria de seus membros e deliberará por maioria de votos dos presentes, devendo suas decisões constarem sempre de atas circunstanciadas, lavradas no livro próprio. Os Diretores poderão praticar, isoladamente, apenas os atos de mera rotina e de correspondência não obrigacional da companhia.

Dependerá sempre da assinatura do Diretor Presidente ou de um Diretor Vice-Presidente, juntamente com outro Diretor ou Procurador, a prática dos seguintes atos:

I. a alienação de bens do ativo permanente e a constituição ou cessão de direitos reais de garantia sobre tais bens, observado o disposto no Artigo 27 deste Estatuto Social;

II. a prestação de garantias a obrigações de terceiros, observado o disposto no Artigo 27 deste Estatuto Social; e

III. a nomeação de procuradores, que deverá ser feita com precisa indicação dos atos e operações que poderão ser praticados assim como do prazo de duração do mandato, ressalvadas as procurações para fins judiciais que terão prazo indeterminado.

Dependerá sempre da assinatura de dois Diretores ou de um Diretor em conjunto com um Procurador ou, ainda, de dois Procuradores em conjunto, a prática de atos que envolvam responsabilidade para a Companhia e que não estejam previstos no Parágrafo 2º supra, tais como:

I. a assinatura de contratos, termos de responsabilidade, títulos de crédito e emissão de cheques; e

II. a concessão de avais ou fianças em nome da Companhia, observado o disposto no Artigo 27 deste Estatuto Social.

Qualquer Diretor ou Procurador poderá agir isoladamente nos seguintes casos:

I. a emissão de duplicatas e seu respectivo endosso para cobrança ou desconto bancário; e

II. endosso de cheques para depósito em contas bancárias da Companhia.

Dois Diretores poderão autorizar um Diretor ou Procurador a agir individualmente, desde que para fim específico e por tempo determinado.

Compete à Diretoria a prática de todos os atos necessários ao funcionamento da Companhia, exceto os que, por lei ou por este Estatuto, sejam atribuição de outros órgãos. Além de outras funções previstas em lei ou neste Estatuto Social, cabe à Diretoria submeter anualmente à apreciação do Conselho de Administração o

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras, acompanhados dos pareceres do Conselho Fiscal, dos auditores independentes e do Comitê de Auditoria e Riscos, bem como da proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior.

Funções específicas de membros da Diretoria:

Diretor Presidente: Fazer executar a política administrativa da companhia, coordenar as atividades dos demais Diretores e presidir as reuniões da Diretoria.

Diretor Vice-Presidente: Substituir o Diretor Presidente em seus impedimentos temporários e supervisionar os setores econômico-financeiro, de mercado de capitais, administrativo, contábil, de processamento de dados, industrial e de produção, conforme a divisão de atribuições definida pelo Conselho de Administração.

Diretor de Relações com Investidores: Prestar informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários e às bolsas de valores e mercados de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada, e manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, cumprindo toda a legislação e regulamentação aplicáveis às companhias abertas; e

Diretores sem Designação Especial: Desempenhar as atribuições que lhes forem confiadas pelo Conselho de Administração.

c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia tem Conselho Fiscal com funcionamento permanente, conforme definido em Estatuto Social. O Conselho Fiscal não possui regimento interno próprio, tendo suas atribuições definidas na forma da lei e nos termos estabelecidos no Estatuto Social.

A Assembleia Geral elegerá e empossará os seus membros, fixando-lhes a respectiva remuneração, a qual não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País. Na constituição do Conselho Fiscal deverão ser observadas as normas constantes do § 4º do Artigo 161 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

As atribuições e poderes do Conselho Fiscal são os definidos em Lei, não podendo ser outorgados a outro órgão da Companhia.

Durante o período de funcionamento do Conselho Fiscal, ao menos um de seus membros deverá comparecer às assembleias gerais e responder aos pedidos de informações formulados por acionistas.

d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Não há um mecanismo formal de avaliação do Conselho de Administração ou de seus Comitês.

Cabe ao Conselho de Administração avaliar a Diretoria, considerando para tal o desempenho dos negócios e a devida execução das metas e estratégias estabelecidas. O mecanismo de avaliação dos membros da Diretoria está alinhado com as estratégias da Companhia e com os indicadores e metas de desempenho orçamentário. Anualmente, são definidas metas específicas a cada executivo. No final do ano é feita uma avaliação do atendimento das metas individuais e da Companhia.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2. Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando

a) Prazos de convocação

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 dias corridos de antecedência em primeira convocação e com oito dias corridos de antecedência no caso de segunda convocação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

b) Competências

As Assembleias Gerais Ordinárias deverão ocorrer em até 120 dias contados do fim do exercício fiscal anterior. Nessas Assembleias, deverão ser deliberadas e aprovadas as demonstrações contábeis, bem como a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social imediatamente anterior, se houver, além de ser realizada a eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

As Assembleias Gerais Extraordinárias podem ser realizadas concomitantemente com Assembleias Gerais Ordinárias e a qualquer tempo ao longo do ano. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e sem prejuízo de outras matérias de sua competência, compete aos acionistas decidirem, exclusivamente em assembleias gerais, as seguintes matérias:

- reforma do Estatuto Social;
- eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos administradores e conselheiros fiscais, exceto conforme estabelecido no artigo 142, inciso II, da Lei de Sociedade por Ações;
- fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- aprovação de planos de outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia e a pessoas naturais que a ela prestem serviços, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- apreciação anual das contas dos administradores da Companhia e deliberação sobre as demonstrações contábeis por eles apresentadas;
- destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações contábeis anuais, de acordo com proposta apresentada pela administração;
- distribuição de dividendos que excedam o dividendo obrigatório estabelecido ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais, de acordo com proposta apresentada pela administração;
- autorização para a emissão de debêntures, ressalvada a hipótese descrita no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- aumento ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva a recompra, o resgate ou a amortização de ações;
- suspensão do exercício dos direitos dos acionistas que deixarem de cumprir obrigação imposta por lei ou pelo Estatuto Social;
- avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social da Companhia;
- avaliação da transformação, da fusão, da incorporação, da cisão, da dissolução ou da liquidação da Companhia;
- atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- eleição e destituição dos liquidantes da Companhia, bem como a revisão de seus relatórios e os do Conselho Fiscal que esteja atuando durante o processo de liquidação;
- autorização aos administradores para confessar falência e iniciar procedimentos de recuperação judicial ou extrajudicial;
- deliberação sobre a saída do Novo Mercado e cancelamento do registro de companhia aberta; e
- contratação de empresa especializada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, administradores e acionista controlador, para a elaboração de laudo de avaliação de suas ações, em caso de cancelamento de registro como companhia aberta.

c) Endereços (físico e eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos às Assembleias Gerais estarão disponíveis em nossa sede social na Av. São Borja, 2181 – CEP: 93.032-000 – São Leopoldo/RS e no site http://www.taurusri.com.br/.

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico de identificação de conflitos de interesse, aplicando-se a esses pontos, as regras constantes da legislação societária vigente, que estabelecem que o acionista que tiver interesse conflitante com a matéria colocada em pauta na ordem do dia não poderá proferir o seu voto. Os conflitos de interesse são identificados nos termos da Lei das Sociedades por Ações e administrados pelo Presidente do Conselho de Administração. Adicionalmente, com a adesão ao Nível 2 de Práticas de Governança Corporativa, as ações preferenciais adquirirão direito de voto para deliberar sobre aprovação da celebração de contratos entre a companhia e seu acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, nos termos do inciso II do parágrafo 4º do artigo 5º do estatuto social aprovado na Assembleia geral realizada em 22-12-2015.

e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

É conferido aos acionistas da Companhia a possibilidade de se fazerem representar nas Assembleias de Acionistas por meio de procurações físicas, nos termos da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009.

f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Os acionistas devem encaminhar à Companhia procuração física com antecedência mínima de 72 horas à realização do evento, juntamente com o comprovante da respectiva participação acionária expedida com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da realização da Assembleia.

Não serão exigidos reconhecimento de firma, notorização ou consularização. A Companhia não aceita procurações outorgadas por meio eletrônico.

Acionistas domiciliados no exterior deverão apresentar documentos originais acompanhados de tradução juramentada.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

Para o exercício do voto à distância, por meio de envio diretamente à Companhia, o acionista deverá observar os prazos estabelecidos no Art. 21-B da instrução CVM 481/2009, devendo, o boletim de voto à distância ser recebido em até 7 (sete) dias antes da assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

A Companhia, por sua vez, conforme disposto no Art. 21-U da instrução CVM 481/2009, comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido.

Não serão exigidos reconhecimento de firma, notorização ou consularização. Acionistas domiciliados no exterior deverão apresentar documentos originais acompanhados de tradução juramentada.

h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto a distância ou de participação à distância próprio. O boletim de voto à distância, disponibilizado no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site de RI da Companhia (www.taurusri.com.br), pode ser preenchido e enviado, juntamente com os demais documentos solicitados, por e-mail para ri@taurus.com.br .

i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

O acionista que optar por incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal no boletim de voto a distância deverá encaminhá-las aos cuidados do departamento de Relações com Investidores, para endereço da Companhia Av. São Borja, 2181 – CEP: 93.032-000 – São Leopoldo/RS ou pelo e-mail ri@taurus.com.br.

j) se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias gerais.

k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância.

A Companhia mantém área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas dos seus acionistas e mercado em geral. O contato pode ser feito pelo e-mail ri@taurus.com.br ou pelo telefone (51) 3021-3079.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3. Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

Em 2018, o Conselho de administração se reuniu 10 vezes, sendo 4 vezes em caráter ordinário e 6 vezes em caráter extraordinário.

b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Na data deste Formulário de Referência, não há acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do nosso conselho de administração.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não faz uso de mecanismo específico de identificação de conflitos de interesses, diante do que vigoram, exclusivamente, as hipóteses legais para tanto.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer assembléia ou reunião do Conselho de Administração, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia. Uma vez identificados, os conflitos de interesses são administrados pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía política formal de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração. No entanto, além do estabelecido na Lei 6.404 (Lei das S.A.), seu Estatuto Social estabelece algumas regras relacionadas à indicação de membros que devem compor o Conselho de Administração, conforme segue:

- O Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) membros, pessoas naturais, residentes ou não no país, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.
- No mínimo 40% (quarenta por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes.
- Na eleição dos membros do Conselho de Administração é facultado a acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo até 48 (quarenta e oito) horas antes da data para a qual estiver convocada a Assembleia.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4. Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

Com a adesão da Companhia ao Nível 2 de Práticas de Governança Corporativa da B3 e nos termos do artigo 53 do Estatuto Social da Companhia aprovado na AGE realizada em 22 de dezembro de 2015, , a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa, no Regulamento do Nível 2, no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela B3 S.A. – BOLSA, BRASIL, BALCÃO, no próprio Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, nas disposições da Lei das S.A., nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, no Regulamento de Aplicação Sanções Pecuniárias no Nível 2, nos regulamentos da B3 S.A. – BOLSA, BRASIL, BALCÃO e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem.

Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência por qualquer das partes do procedimento arbitral ao Poder Judiciário, quando aplicável, deverá obedecer às previsões do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, notadamente o disposto no item 5.1 e respectivos subitens.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Salésio Nuhs	22/05/1960	Pertence apenas à Diretoria	08/05/2019	Até AGO 2021	2
437.953.159-72	Industriário	10 - Diretor Presidente / Superintendente	08/05/2019	Não	0.00%
Sergio Castilho Sgrillo Filho	04/11/1977	Pertence apenas à Diretoria	08/05/2019	Até a AGO de 2021	2
904.896.160-20	Administrador	19 - Outros Diretores	08/05/2019	Não	0.00%
		Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores			
Eduardo Minghelli	08/05/1971	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2019	Até AGO de 2021	2
634.093.640-72	Engenheiro	19 - Outros Diretores	30/04/2019	Não	0.00%
		Diretor sem designação especial			
Ricardo Machado	07/07/1980	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2019	Até a AGO de 2021	2
029.931.379-48	Engenheiro Mecânico	19 - Outros Diretores	30/04/2019	Não	0.00%
		Diretor sem designação especial			
Jorio Dauster Magalhães e Silva	19/11/1937	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	Até a AGO de 2021	4
334.357.077-04	Diplomata	24 - Presidente do Conselho de Administração Independente	08/05/2019	Sim	100.00%
Magno Neves Fonseca	15/09/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	Até a AGO de 2021	2
857.205.187-20	Contador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	08/05/2019	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Auditoria e Risco					
Bernardo Simões Birmann	10/05/1984	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	Até a AGO 2021	2
099.054.297-19	Empresário	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	08/05/2019	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Auditoria e Riscos					
Luciano Luiz Barsi	07/09/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	Até AGO 2021	0

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
082.430.928-62	Contador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	08/05/2019	Sim	0.00%
Sérgio Laurimar Fioravanti	28/02/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	Até a AGO de 2021	2
363.631.380-00	Contador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	08/05/2019	Sim	100.00%
Presidente do Comitê de Auditoria e Risco e Membro do comitê de Ética					
Amoreti Franco Gibbon	16/12/1947	Conselho Fiscal	30/04/2019	Até AGO de 2020	13
070.645.780-34	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	08/05/2019	Sim	100.00%
Heldo Jorge dos Santos Pereira Junior	01/01/1968	Conselho Fiscal	30/04/2019	Até AGO de 2020	2
391.017.545-72	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		Sim	0.00%
Haroldo Zago	10/10/1945	Conselho Fiscal	30/04/2019	Até AGO de 2020	4
206.982.758-53	Administrador	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	08/05/2019	Sim	100.00%
Nildo Teixeira Freire	13/11/1951	Conselho Fiscal	30/04/2019	Até AGO de 2020	2
324.026.787-04	Contador	47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas		Não	0.00%
Mauro César Medeiros de Mello	22/02/1949	Conselho Fiscal	30/04/2019	Até AGO de 2020	6
097.687.857-72	Economista	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	08/05/2019	Não	100.00%
Edson Pereira Ribeiro	07/02/1957	Conselho Fiscal	30/04/2019	Até AGO de 2020	2
406.568.027-15	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	08/05/2019	Sim	0.00%

Experiência profissional / Critérios de Independência

Salésio Nuhs - 437.953.159-72

Cursou Ciências Contábeis na FURB em Blumenau - SC e na Unisinos em São Leopoldo - RS, trabalhou por 14 anos na área comercial de uma grande empresa de varejo, ingressou em 1990 na CBC – Companhia Brasileira de Cartuchos, fabricante brasileira de munições com presença global, como Gerente Comercial atuando nas áreas de Marketing, Vendas e Produtos no mercado interno, assumindo em 1997 a Diretoria Comercial.
Em 2010 agregou à Diretoria Comercial as funções de Relações Institucionais com grande destaque no executivo e legislativo. Neste período assumiu também a Presidência da ANIAM - Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições.
O Sr. Salésio Nuhs, eleito como Diretor Vice-Presidente de Vendas e Marketing, declarou, para todos os fins de direito, que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Sergio Castilho Sgrillo Filho - 904.896.160-20

Administrador de empresas, possui experiência de mais de 20 anos na área de finanças, tendo atuado em grandes empresas tais como: Sodexo do Brasil, Brookfield e Stihl Ferramentas Motorizadas. Desde 2016 ocupava o cargo de gerente financeiro na Taurus, tendo conduzido as negociações de reestruturação da dívida da Companhia nos últimos dois anos.
O Sr. Sergio Castilho Sgrillo Filho declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Eduardo Minghelli - 634.093.640-72

MBA em Gestão Empresarial pela FGV (2008), Especialização em Qualidade Total pela Fundação Cristiano Ottoni(MG), Graduação em Engenharia Mecânica pela PUC-RS (2006); 28 anos de experiência em industrias de porte no segmento de armas(ROSSI E TAURUS), exercendo funções executivas nas áreas industrial, qualidade, marketing, exportação e vendas.
O Sr. Eduardo Minghelli declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Ricardo Machado - 029.931.379-48

MBA em Gestão Empresarial pela FGV (2009). Mestre em Ciência e Engenharia de Materiais pela UFSC (2007). Engenheiro Mecânico pela UFSC (2003). 15 anos de experiência na área de manufatura, nos mais diversos processos de transformação metal mecânica. Diretor Industrial, de Planejamento e Compras na Forjas Taurus (2013/Atual) – empresa especializada no ramo de defesa. Gerente de Operações na Steelinject (2003/2012) – empresa especializada na produção de componentes pelo processo MIM. Professor de graduação na área de materiais e engenharia mecânica na UCS (2008/2011).
O Sr. Ricardo Machado declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Jorio Dauster Magalhães e Silva - 334.357.077-04

Currículo formado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); Instituto Rio Branco; Curso de Economia Cafeeira pela IBC e Curso de Economia, em Nível de Mestrado, pela Universidade McGill, Montreal, Canadá.
1965-1968 – Consulado Geral em Montreal, Terceiro Secretário
1968-1972 – Embaixada em Praga, Segundo Secretário
1979-1985 – Embaixada em Londres, Conselheiro e Ministro
1991-1998 – Missão junto à União Européia, Bruxelas, Embaixador
1965 – Gabinete Civil da Presidência da República
1972-1974 – Secretaria de Informações e Transferência de Tecnologia do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, MIC
1973-1974 – Coordenador do Projeto de Modernização do Sistema Brasileiro de Patentes, INPI/PNUD/OMP
1974-1979 – Divisão de Produtos de Base do MRE
1987-1990 – Presidente do Instituto Brasileiro do Café
1990-1991 – Embaixador Extraordinário para a Negociação da Dívida Externa
1999-2001 – Presidente Executivo da Companhia Vale do Rio Doce
2000-2001 – Presidente do Comitê de Cooperação Empresarial da Fundação Getúlio Vargas
2001-2003 - Sócio e Diretor do Grupo Invixx
2003-2007 - Membro, Conselho Consultivo do Synergy Group
2004 – 2007 - Diretor, Conselho de Administração da Rubiales Holdings Limited
2005 – 2009 - Presidente do Conselho de Administração da Brasil Ecodiesel
2003 - 2006 - Presidente do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPES)
2003 - Membro da Academia Nacional de Agricultura
2003-2005 - Coordenador, Câmara de Articulação Estratégica da Federação de Comércio do Estado do Rio de Janeiro
2006 – 2008 - Coordenador dos Conselhos de Negócios da Associação Comercial do Rio de janeiro
2006 -2009 - Membro do Comitê Executivo do Fundo Mundial de Diversidade de Cultivos (Roma, Itália)
2008-2010 – Membro do Conselho de Administração da Ferrous Resources Limited
2010-2012 – Membro do Conselho de Administração da GDK Engenharia S/A.
2009-Presente – Presidente do Conselho de Administração da Goldsea Participações S/A.
Atual Presidente do Conselho de Administração da Forjas Taurus S.A. O Sr. Jorio Dauster Magalhães e Silva, eleito como Conselheiro de Administração Independente, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Magno Neves Fonseca - 857.205.187-20

MBA em Finanças Corporativas pela IBMEC-RJ (2008). Graduado em Ciências Contábeis pela Somley (1988). CEO na MNF Serviços Administrativos e Financeiros (2007/Atual) – Empresa especializada em gestão financeira e administração. Foi Gestor de Recursos na Adipar Participações – (2010/2014) – Empresa especializada em gestão de recursos. Foi Agente Autônomo de Investimentos na ICAP Brasil – (2009/2010) – Maior corretora de valores do mundo presente em mais de 30 países. O Sr. Magno Neves Fonseca, eleito como Conselheiro de Administração, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Bernardo Simões Birmann - 099.054.297-19

brasileiro, casado, maior, empresário, portador da carteira de identidade nº 11.686.423-2, expedida pelo DETRAN/RJ, em 05/04/2012, inscrito no CPF/MF sob o nº 099.054.297-19, residente e domiciliado à Rua Carlos Gois, 422 Bl II apt 705 – Leblon – Rio de Janeiro/RJ CEP 22.440-000.
Experiência administrativa, atuando na administração de várias empresas, de holding de geração de energia, administração e incorporação de empreendimentos imobiliários, consultoria em gestão empresarial, dentre outras, e diversificada carteira de investimentos. Capacidade de gestão de pessoas e de processos administrativos e operacionais, experiência em área comercial com visão estratégica e capacidade de realização, com foco em resultado, excelente capacidade de comunicação, ocupou cargos de responsabilidade executiva e política.
Eleito como Conselheiro de Administração, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Luciano Luiz Barsi - 082.430.928-62

Executivo com carreira desenvolvida junto a multinacionais de grande porte em engenharia e construção em projetos de implementação industrial, química, petroquímica, mineração, metais, papel e celulose, energia e infraestrutura.
Possui expertise em reestruturações e implantações robustas nas áreas de Finanças, Controladoria e Operações.
Definição e disseminação de estratégias e táticas de acordo com a cultura organizacional.
Gestão da área contábil, sendo responsável pelos processos de subcontratos, contas a pagar, contas a receber, faturamento e fluxo de caixa. Estruturação e apresentação de relatórios consolidados mensais à diretoria do real x orçado, DRE, orçamento anual e projetos de investimentos.
Domínio de implantações de Sistema de Qualidade ISSO 9001:2008, bem como da manutenção da certificação nos processos de melhoria contínua nas áreas de Recursos Humanos e Comercial.
Atuação internacional nos escritórios globais das organizações junto as quais atuou.
Gestão de equipes multifuncionais, promovendo ações de desenvolvimento e capacitação, controlando os índices de absenteísmo, horas extras, férias e organização de change over.
Conselheiro Fiscal a empresa ETERNIT S.A no período de Abril de 2015 a /Outubro 2016.

Sérgio Laurimar Fioravanti - 363.631.380-00

Contador, Auditor e Consultor; Especializado em Finanças Empresariais;
28 anos de experiência profissional em auditoria interna externa, sempre entre as 10 maiores do Brasil;
18 anos de experiência acadêmica; Sócio da empresa de Auditoria e Consultoria Baker Tilly do Brasil SS;
Sócio de Auditoria responsável por empresas de capital Aberto e outras empresas, como Tintas Killing, Motrisa, IMEC, Docile, Motormac, Panambra, TMSA, Terramar - holding da Évora, Farmácias São João, Recrusul, Charrua distribuidora de combustíveis, Coopersinos e Elo sistemas;
Conselheiro Fiscal Suplente da empresa Tupy S.A, por indicação do BNDESPAR (renovação de indicação pelo quarto ano);
Conselheiro fiscal em empresas de diversos segmentos como Ritter Alimentos S.A; Everest hotéis S.A e Azevedo Bento S.A;
Professor de graduação e de pós-graduação (MBA- Especialização), atuando nos cursos de Contabilidade, Controladoria e Finanças, Gestão de tributos e Auditoria e Perícia nas seguintes universidades: PUC do Rio Grande do Sul, Unirriter, FACCAT, São Judas e IPA, em especial com disciplinas de I.F.R.S e Gestão de Riscos Corporativos;
O Sr. Sérgio Laurimar Fioravanti, eleito como Conselheiro de Administração, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Amoreti Franco Gibbon - 070.645.780-34

Desde 2011 Lupatech S.A.: Ocupa o cargo de Conselheiro Fiscal com mandato até o dia 30 de Abril de 2012. Sua principal atividade é fiscalizar os atos da administração da companhia, que fabrica de equipamentos e provém serviços para o setor de Petróleo e Gás, sendo a mesma não integrante do Grupo Taurus.
Desde 2011 Forjas Taurus S.A.: Ocupa o cargo de Conselheiro Fiscal, exercendo funções de caráter fiscalizador na empresa Taurus, atuante nos setores de Defesa e Segurança, bem como dos setores de Metalurgia e Plásticos, sendo esta vinculada ao Grupo Taurus.
Desde 2011 Lupatech S.A.:Conselheiro Fiscal
O Sr. Amoretti Franco Gibbon, eleito como Conselheiro Fiscal Efetivo, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Heldo Jorge dos Santos Pereira Junior - 391.017.545-72

Administração de Empresas – Faculdades Católica de Salvador – 1990
Direito – Faculdade Candido Mendes Centro (RJ) – 2007
Pós-Graduado em Direito Tributário – Universidade Candido Mendes Ribeiro Centro (RJ) – 2009
Desde Ago/07, sócio responsável pela área de consultoria tributária e empresarial para o escritório Pereira & Maron Advogados Associados (escritório jurídico com especialização em direito tributário e empresarial) . Nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial

---

Haroldo Zago - 206.982.758-53

Formado em Administração em 1976 pela Faculdade Capital (SP).
A sua principal atividade dos últimos 5 anos foi como sócio-diretor na Engecer Ltda., localizada em São Carlos-SP.
Já atual nos Conselhos Fiscais de outras companhias como por exemplo: Companhia Brasileira de Cartuchos e BrasilPrev.
O Sr. Haroldo Zago, eleito como Conselheiro Fiscal Efetivo, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nildo Teixeira Freire - 324.026.787-04

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pela Asa (USA) em Business Valuation.
Experiência profissional: Arthur Andersen – início em 1975 onde exerceu a função de Sócio-Diretor de Consultoria Fiscal-Financeira. A partir de 2002, sócio encarregado da Divisão de Consultoria Fiscal-Financeira da Deloitte Touche Tohmatsu, até 2010.

Mauro César Medeiros de Mello - 097.687.857-72

Bacharel em Ciências Econômicas – UFRJ (1973).
Diretor Financeiro do Sindicato das Corretoras e DTVM do Rio de Janeiro – 1999/2008
Membro do Conselho do Clube Americano do RJ – 2002/2003
Presidente do Clube Americano do RJ – 2004/2005
Diretor da ANDIMA (2002/2005)
Membro do Comitê do SINACOR/BOVESPA – 2003
Membro do Comitê do Tesouro Direto/ BOVESPA – 2004
Conselheiro Efetivo da ANCOR – 2006/2009
Rio de Janeiro Investimentos: Diretor Acionista – Junho/2009 até a presente data.
Consultoria Internacional: Consultor - outubro 2007 até a presente data. Implantação em Angola da CMC-Comissão do Mercado de Capitais e da BVDA-Bolsa de Valores e Derivativos de Angola.
Geração Futuro Corretora de Valores : Diretor Acionista - 2002 até outubro 2007.
O Sr. Mauro César Medeiros de Mello, eleito como Conselheiro Fiscal Efetivo, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Edson Pereira Ribeiro - 406.568.027-15

Contador, formado pela Faculdade Celso Lisboa (RJ), com cursos de especialização na área de Auditoria, Controladoria, Gestão de qualidade, Análise Estruturada e Planejamento Estratégico. Experiência como empresário no ramo de locação de veículos com foco em clientes pessoa-física, com vivência em processo de atendimento a clientes e gerência administrativo-financeira. Ampla vivência na condução de equipes em projetos de gestão de contabilidade, Auditoria e Controladoria. 35 anos em atividades executivas liderando projetos de reestruturação de negócios, Join Ventures, Incorporações e Fusões. Profunda experiência no planejamento e desenvolvimento de estudos de viabilidade econômica, planejamento societário e fiscal. Negociação e elaboração de contratos com fornecedores.
Desde 2006 atua como Diretor na Aurizônia Petróleo S.A/Quantra Petróleo S.A./Potióleo S.A., respondendo pela implantação e gerenciamento dos controles internos e de gestão de caixa, plena gestão administrativa- financeira do negócio. (Planejamento e Gestão do caixa, Pessoal, Sistemas, RH, Relacionamento Comercial, Licitações e regulamento fiscal voltado na área de Petróleo.). Larga experiência na negociação com fornecedores e regulação de mercado e ações junto à ANP.
Atuou como Conselheiro Fiscal na Companhia Brasileira de Cartuchos de 2002 a 2006.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Salésio Nuhs - 437.953.159-72	
N/A	
Sergio Castilho Sgrillo Filho - 904.896.160-20	
N/A	
Eduardo Minghelli - 634.093.640-72	
N/A	
Ricardo Machado - 029.931.379-48	
N/A	
Jorio Dauster Magalhães e Silva - 334.357.077-04	
N/A	
Magno Neves Fonseca - 857.205.187-20	
N/A	
Bernardo Simões Birmann - 099.054.297-19	

N/A

Luciano Luiz Barsi - 082.430.928-62

N/A

Sérgio Laurimar Fioravanti - 363.631.380-00

N/A

Amoreti Franco Gibbon - 070.645.780-34

N/A

Heldo Jorge dos Santos Pereira Junior - 391.017.545-72

N/A

Haroldo Zago - 206.982.758-53

N/A

Nildo Teixeira Freire - 324.026.787-04

N/A

Mauro César Medeiros de Mello - 097.687.857-72

N/A

Edson Pereira Ribeiro - 406.568.027-15

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Bernardo Simões Birmann	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	10/05/1984	08/05/2019	Até a AGO de 2020
099.054.297-19	Comitê de Auditoria e Riscos	Empresário		30/04/2019	2	100.00%
Conselheiro de Administração efetivo						
Magno Neves Fonseca	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/09/1965	08/05/2019	Até AGO de 2020
857.205.187-20	Comitê de Auditoria e Riscos	Contador		30/04/2019	2	100.00%
Conselheiro de Administração Independente						
Sérgio Laurimar Fioravanti	Outros Comitês		Presidente do Comitê	28/02/1962	08/05/2019	Até a AGO de 2020
363.631.380-00	Comitê de Auditoria e Riscos; Comitê de Ética	Contador		30/04/2019	2	100.00%
Conselheiro de Administração Independente						

Experiência profissional / Critérios de Independência

Bernardo Simões Birmann - 099.054.297-19

brasileiro, casado, maior, empresário, portador da carteira de identidade nº 11.686.423-2, expedida pelo DETRAN/RJ, em 05/04/2012, inscrito no CPF/MF sob o nº 099.054.297-19, residente e domiciliado à Rua Carlos Gois, 422 Bl II apt 705 – Leblon – Rio de Janeiro/RJ CEP 22.440-000.
Experiência administrativa, atuando na administração de várias empresas, de holding de geração de energia, administração e incorporação de empreendimentos imobiliários, consultoria em gestão empresarial, dentre outras, e diversificada carteira de investimentos. Capacidade de gestão de pessoas e de processos administrativos e operacionais, experiência em área comercial com visão estratégica e capacidade de realização, com foco em resultado, excelente capacidade de comunicação, ocupou cargos de responsabilidade executiva e política.
Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial

Magno Neves Fonseca - 857.205.187-20

MBA em Finanças Corporativas pela IBMEC-RJ (2008). Graduado em Ciências Contábeis pela Somley (1988). CEO na MNF Serviços Administrativos e Financeiros (2007/Atual) – Empresa especializada em gestão financeira e administração. Foi Gestor de Recursos na Adipar Participações – (2010/2014) – Empresa especializada em gestão de recursos. Foi Agente Autônomo de Investimentos na ICAP Brasil – (2009/2010) – Maior corretora de valores do mundo presente em mais de 30 países.
O Sr. Magno Neves Fonseca, eleito como Conselheiro de Administração, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Sérgio Laurimar Fioravanti - 363.631.380-00

Contador, Auditor e Consultor; Especializado em Finanças Empresariais; 28 anos de experiência profissional em auditoria interna externa, sempre entre as 10 maiores do Brasil; 18 anos de experiência acadêmica; Sócio da empresa de Auditoria e Consultoria Baker Tilly do Brasil SS; Sócio de Auditoria responsável por empresas de capital Aberto e outras empresas, como Tintas Killing, Motrisa, IMEC, Docile, Motormac, Panambra, TMSA, Terramar - holding da Évora, Farmácias São João, Recrusul, Charrua distribuidora de combustíveis, Coopersinos e Elo sistemas; Conselheiro Fiscal Suplente da empresa Tupy S.A, por indicação do BNDESPAR (renovação de indicação pelo quarto ano); Conselheiro fiscal em empresas de diversos segmentos como Ritter Alimentos S.A; Everest hotéis S.A e Azevedo Bento S.A; Professor de graduação e de pós-graduação (MBA- Especialização), atuando nos cursos de Contabilidade, Controladoria e Finanças, Gestão de tributos e Auditoria e Perícia nas seguintes universidades: PUC do Rio Grande do Sul, Unirriter, FACCAT, São Judas e IPA, em especial com disciplinas de I.F.R.S e Gestão de Riscos Corporativos;
O Sr. Sérgio Laurimar Fioravanti, eleito em 17/03/2017 como Conselheiro de Administração, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Bernardo Simões Birmann - 099.054.297-19	
N/A	
Magno Neves Fonseca - 857.205.187-20	
N/A	
Sérgio Laurimar Fioravanti - 363.631.380-00	
N/A	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste formulário de referência, inexiste relação conjugal, união estável ou grau de parentesco até o segundo grau entre os administradores de qualquer empresa do grupo Taurus, inclusive dos controladores da Companhia.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor

Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			

Pessoa Relacionada

Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	09.003.200/0001-72		
Administrador			

Observação

Administrador do Emissor

Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			

Pessoa Relacionada

Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	89.545.511/0001-00		
Administrador			

Observação

Administrador do Emissor

Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			

Pessoa Relacionada

Taurus Blindagens Ltda.	04.290.323/0001-18		
Administrador			

Observação

Administrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	09.587.633/0001-12		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	90.420.811/0001-34		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Sergio Castilho Sgrillo Filho	904.896.160-20	Controle	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de RI			
Pessoa Relacionada			
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	90.420.811/0001-34		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Sergio Castilho Sgrillo Filho	904.896.160-20	Controle	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de RI			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Taurus Blindagens Ltda.	04.290.323/0001-18		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Eduardo Minghelli	634.093.640-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	89.545.511/0001-00		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Eduardo Minghelli	634.093.640-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	09.587.633/0001-12		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Eduardo Minghelli	634.093.640-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	90.420.811/0001-34		
Administrador			
Observação			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Ricardo Machado	029.931.379-48	Controle	Controlada Indireta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
Taurus Blindagens Ltda.	04.290.323/0001-18		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Ricardo Machado	029.931.379-48	Controle	Controlada Indireta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	89.545.511/0001-00		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Ricardo Machado	029.931.379-48	Controle	Controlada Indireta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	09.587.633/0001-12		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Ricardo Machado	029.931.379-48	Controle	Controlada Indireta

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor			
Pessoa Relacionada			
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	90.420.811/0001-34		
Administrador			
Observação			

Exercício Social 31/12/2017

Administrador do Emissor			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Taurus Blindagens Ltda.	04.290.323/0001-18		
Adminstrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	09.003.200/0001-72		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	09.587.633/0001-12		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	90.420.811/0001-34		
Administrador			
Observação			

Exercício Social 31/12/2016

Administrador do Emissor			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Vice-Presidente de Vendas e Marketing			
Pessoa Relacionada			
Taurus Blindagens Ltda.	04.290.323/0001-18		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Vice-Presidente de Vendas e Marketing			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	09.003.200/0001-72		
Administador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente de Vendas e Marketing			
Pessoa Relacionada			
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	89.545.511/0001-00		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente de Vendas e Marketing			
Pessoa Relacionada			
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	09.587.633/0001-12		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente de Vendas e Marketing			
Pessoa Relacionada			
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	90.420.811/0001-34		
Administrador			
Observação			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Vice-Presidente de Vendas e Marketing			
Pessoa Relacionada			
Taurus Plásticos LTDA	23.491.060/0001-50		
Administrador			
Observação			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia possui uma apólice de seguro, com vigência no período de 21-09-2018 a 21-09-2019, cujo objeto compreende o pagamento devido a terceiros pelo segurado, em decorrência de sua condição de Diretor ou Administrador da Companhia, a título de perdas decorrentes de reclamações pela prática de qualquer ato danoso por ele praticado durante o período de vigência da apólice ou, quando expressa e contratualmente previsto, em data anterior compreendida no período de retroatividade da garantia. A apólice totaliza o limite máximo de garantia de R$ 100.000.000,00. O valor total do prêmio do seguro, para o período mencionado, foi de R$ 1.423.979,60.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em complemento de informações ao item 12.10 deste formulário de referência, especificamente quanto à relação de subordinação de controle entre administrador da Companhia e suas Controladas Diretas situadas no exterior, em virtude da impossibilidade da inclusão de pessoa relacionada sem cadastro de CNPJ no item referido.

Pessoa relacionada**:** Taurus Holdings, Inc., controlada direta localizada em Miami, USA.

Exercício Social **31-12-2018**

Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada**:** Controle

Tipo de pessoa relacionada**:** Controlada Direta

Nome do Administrador**:** David Blenker

ID: 206788062

Cargo/Função no Emissor: N/A

Cargo/Função na Pessoa relacionada: CEO

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Apesar de não adotarmos uma política de remuneração formalmente aprovada, adotamos práticas de remuneração que buscam atender aos melhores interesses da Companhia e, portanto, de nossos acionistas, de forma a garantir uma administração capacitada. O Estatuto Social define alguns parâmetros básicos com relação à remuneração dos administradores, a saber:

A remuneração atribuída aos administradores tem por escopo o reconhecimento e a retribuição aos administradores da Companhia, considerando o impacto do cargo exercido, a responsabilidade decorrente, a capacitação profissional, a competência e a reputação do dirigente, em consonância com o porte da organização e a correspondente prática de mercado.

b) composição da remuneração, inclusive:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A fixação da remuneração dos administradores da Companhia observa o processo previsto no Estatuto Social, sendo o montante global proposto pelo Conselho de Administração, cuja proposta é encaminhada para aprovação em Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente no mês de abril, valendo para o ano em curso. Cabe ao Conselho de Administração estabelecer os critérios e a metodologia para a sua distribuição entre os administradores.

O cálculo considera um estabelecimento de pró-labore, que engloba honorários mensais do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, correspondente a 12 meses por ano e outras verbas eventuais, benefícios e, para a Diretoria, remuneração variável.

Os objetivos da política de remuneração estão atrelados às práticas e salários de mercado. A remuneração variável considera o desempenho da Companhia como um todo, assim como o desempenho individual.

A participação nos resultados é prevista no Estatuto Social, conforme prevê o art. 37 do Estatuto Social da Companhia, cuja redação foi consolidada em Reunião do Conselho de Administração do dia 22 de dezembro de 2015 é integralmente descrita abaixo:

"Artigo 37 - Feitas as deduções referidas no Artigo 36 supra, por deliberação do Conselho de Administração, observada a legislação societária, poderá ser destacada uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual.

Parágrafo 1º - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 38 deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º - A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, por deliberação do Conselho de Administração.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Parágrafo 3º - O disposto neste artigo não se aplica à remuneração aos administradores, fixa ou variável, aprovada em plano de incentivo, estímulo ou participação, que venha a ser definida pelo Conselho de Administração, conforme orçamento de remuneração global aprovado em Assembleia Geral."

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa: valor recebido mensalmente pelo profissional, o qual visa remunerá-lo de acordo com o nível de atribuições e responsabilidades atribuídas à posição do cargo ocupado. É composta de 12 parcelas dentro do exercício fiscal, incluindo também os encargos de 20% de contribuição previdenciária.

Remuneração Variável Anual: valor recebido anualmente pelo profissional, de acordo com o resultado obtido das metas pactuadas anualmente com o Conselho de Administração. A remuneração variável da Diretoria Estatutária não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual, conforme previsto no Art. 37 do Estatuto Social da Companhia.

Participação Estatutária: até 10% do lucro líquido anual ajustado da Companhia, conforme apurado em balanço.

Benefícios: plano de saúde, check-up médico, automóvel e seguro de vida.

Conselho de Administração

Remuneração 100% Fixa: valor recebido mensalmente pelos membros do Conselho de Administração, o qual visa remunerá-los de acordo as práticas de mercado. Inclui-se também os encargos de 20% de contribuição previdenciária.

Conselho Fiscal

Remuneração 100% Fixa: valor recebido mensalmente pelos membros do Conselho Fiscal, o qual visa remunerá-los de acordo com as práticas de mercado e da legislação vigente. Essa remuneração equivale à 10% da remuneração média dos diretores estatutários.

Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração

Os participantes que são membros do Conselho de Administração ou da Companhia não são remunerados. Para especialistas externos é firmado contrato de prestação de serviços, quando aplicável. No momento de elaboração deste Formulário de Referência, não há qualquer especialista contratado para compor os comitês.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Para fins de cálculo da proporção de cada elemento, foram considerados os valores de pró-labore, acrescido do valor da remuneração variável, dos benefícios e dos encargos pagos pela Companhia (nas tabelas do Item 13.2. os encargos são apresentados de forma segregada).

Exercício social encerrado em 31/12/2016

% em relação à remuneração total

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	56,2%	43,3%	0,5%	100,0%

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Exercício social encerrado em 31/12/2017

% em relação à remuneração total

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	100%	0%	0%	100,0%

Exercício social encerrado em 31/12/2018

% em relação à remuneração total

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	78,1%	18,0%	3,9%	100,0%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração dos Administradores é atrelada à evolução dos índices de inflação nacionais, em especial o INPC, podendo, a critério do Conselho de Administração, não ser deliberado qualquer reajuste, dependendo das condições de mercado e do desempenho da Companhia.

A remuneração estabelecida para os administradores segue as práticas e tendências de mercado, obtida a partir de pesquisas realizadas por consultoria especializada. A parcela fixa é baseada na mediana de mercado, podendo ser reajustada pela reposição da inflação ou de acordo com a variação da mediana no mercado. Já a remuneração variável é baseada no conceito de metas, as quais são definidas previamente, existindo um objetivo (premiação alvo) a ser atingido, levando em consideração o nível ocupado por cada profissional. No fechamento do exercício do ano, o atingimento dessas metas é avaliado.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração do Conselho de Administração não inclui parcela variável e é fixada anualmente na Assembleia Geral Ordinária, em linha com a remuneração média de mercado para empresas de porte semelhante à Taurus, considerando ainda a situação econômico-financeira da Companhia. A remuneração da Diretoria Executiva é proposta pelo Conselho de Administração e a previsão do montante total a ser pago no exercício, aprovado em Assembleia. A remuneração dos diretores é baseada na comprovada capacidade técnica necessária para a melhor condução dos negócios, considerando parcela de remuneração fixa e parcela variável, com base no princípio da meritocracia, que visa a recompensar a dedicação e efetividade do trabalho dos executivos para atingir o desempenho esperado nos negócios. A remuneração do Conselho Fiscal segue os parâmetros estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76).

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Não há, todos os membros da Administração são remunerados pela Companhia. Os Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração são compostos por Conselheiros e/ou Diretores que não recebem remuneração adicional pela sua participação no órgão.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os valores de remuneração variável pagos aos diretores são avaliados anualmente por meio de indicadores do desempenho que compreendem o alcance de metas operacionais e financeiras específicas para o exercício social, além do conceito de liderança.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A estrutura de remuneração está ligada aos desafios e responsabilidades dos cargos dos membros da Administração. A remuneração variável está atrelada à evolução dos resultados operacionais e financeiros da Companhia, considerando o alcance de metas específicas para o exercício.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Os interesses da Companhia com a prática da remuneração adotada é reter talentos, com executivos capazes e profissionais na gestão dos negócios, oferecendo, para tal, remuneração compatível com suas responsabilidades, considerando às práticas do mercado. O modelo visa a assegurar remuneração sustentável e que, ao mesmo tempo, seja condizente com as possibilidades da Companhia e esteja alinhada aos interesses dos acionistas, qual seja, o melhor desempenho dos negócios.

A remuneração variável está atrelada ao atingimento de metas de resultados operacionais e financeiros que estão alinhados ao plano estratégico da Companhia. O objetivo é reter executivos capazes, estimulando a busca por resultados e motivando os administradores a empregar melhores esforços na busca pelo sucesso na execução do planejamento estratégico, considerando o curto prazo, assim como seus efeitos no médio e longo prazo.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração dos membros da Administração suportada por controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado a evento societário.

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Na data deste Formulário de Referência, não existem na Companhia comitês específicos que participem ou tenham como função definir a remuneração individual dos Administradores. O Conselho de Administração elabora proposta de remuneração para os próprios conselheiros e para a diretoria, considerando a remuneração em vigor, a inflação do período, a situação econômico-financeira da Companhia e o desempenho dos executivos, tendo para tal apoio de informações e dados que podem ser solicitados ao departamento de Recursos Humanos. A proposta, com o valor previsto a ser destinado para remuneração dos membros da administração no novo exercício social, é apresentada para aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

É realizada comparação com posições semelhantes no mercado, inclusive a remuneração oferecida por outras empresas onde nossos conselheiros eventualmente atuem. Considera-se a remuneração média praticada por empresas de porte similar, a complexidade das atividades necessária para o cargo e as condições da Companhia. Não há, porém, a elaboração de estudos formais ou utilização de metodologia específica para a verificação das práticas de mercado com relação a tais remunerações.

A remuneração fixa individual da Diretoria é definida no momento da admissão do administrador, variando de acordo com a formação, experiência profissional, desafios e responsabilidades do cargo, sendo reavaliada se o Conselho de Administração considerar necessário, tomando em conta a contribuição que o administrador tem prestado à Companhia.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Ainda que não exista, na data deste Formulário de Referência, uma política formal de remuneração, a adequação do modelo e dos valores definidos anualmente é avaliada anualmente pelo Conselho de Administração e, a cada Assembleia Geral Ordinária, também pelos acionistas, que deliberam sobre a proposta de remuneração dos Administradores

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	576.000,00	3.879.000,00	216.000,00	4.671.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	231.000,00	0,00	231.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	115.200,00	775.800,00	43.200,00	934.200,00
Descrição de outras remunerações fixas	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.616.000,00	0,00	3.616.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	723.200,00	0,00	723.200,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Valor máximo para o exercício, a ser definido em função de metas e resultados e, a título de "outros", 20% sobre o valor máximo de bônus a título de INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	691.200,00	9.225.000,00	259.200,00	10.175.400,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	480.000,00	2.399.796,00	179.984,70	3.059.780,70
Benefícios direto e indireto	0,00	81.753,04	0,00	81.753,04
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	96.000,00	479.959,20	35.996,94	611.956,14

Descrição de outras remunerações fixas	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.119.734,80	0,00	3.119.734,80
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	623.946,96	0,00	623.946,96
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		A empresa recolhe 20% a título de INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	576.000,00	6.705.190,00	215.981,64	7.497.171,64

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	3,67	11,67
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	3,67	11,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	417.833,33	3.406.541,67	357.500,00	4.181.875,00
Benefícios direto e indireto	0,00	23.539,20	0,00	23.539,20
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	83.566,67	681.308,33	71.500,00	836.375,00
Descrição de outras remunerações fixas	20% de INSS	20% de INSS	20% de INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.632.500,00	0,00	2.632.500,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	526.500,00	0,00	526.500,00

Descrição de outras remunerações variáveis		20% de INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	501.400,00	7.270.389,20	429.000,00	8.200.789,20

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	4,70	12,70
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	4,70	12,70
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	300.000,00	2.925.000,00	453.221,10	3.678.221,10
Benefícios direto e indireto	0,00	28.366,65	0,00	28.366,65
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	60.000,00	585.000,00	94.250,00	739.250,00
Descrição de outras remunerações fixas	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.255.002,00	0,00	2.255.002,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	451.000,40	0,00	451.000,40
Descrição de outras remunerações variáveis		Bônus de Desempenho; a empresa recolhe 20% a título de INSS.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação				
Total da remuneração	360.000,00	6.244.369,05	547.471,10	7.151.840,15

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2019)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	4	3	12
Nº de membros remunerados	5	4	3	12
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas		3.616.000,00		3.616.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social				

Remuneração variável -exercício social encerrado 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	4,00	5	14,00
Nº de membros remunerados				
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	3.119.734,80	-	3.119.734,80
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	3.119.734,80	-	3.119.734,80
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável -exercício social encerrado 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	3,00	5	13,00
Nº de membros remunerados				
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	2.632.500,00	-	2.632.500,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Remuneração variável -exercício social encerrado 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	3,00	4,7	12,7
Nº de membros remunerados				
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.506.002,40	-	4.506.002,40
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	2.706.002,40	-	2.706.002,40
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

a) termos e condições gerais

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

b) principais objetivos do plano

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

d) como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

f) número máximo de ações abrangidas

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

h) condições de aquisição de ações

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

k) forma de liquidação

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

l) restrições à transferência das ações

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da Diretoria Estatutária

Não houve remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.6 - Opções em Aberto

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não aplicável pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções.

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão

Posição em 31 de dezembro de 2018:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade de Ações			Debêntures
		ON	PN	Total	
Conselho de Administração	Taurus Armas S.A.	-	-	-	-
Diretoria	Taurus Armas S.A.	-	-	-	-
Conselho Fiscal	Taurus Armas S.A.	-	8.090	-	-

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações:

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de administração.

Com relação aos diretores estatutários, dois (02) diretores, do total de quatro (04), possuem plano de Previdência Privada denominado “TAURUSPREV II” administrado pelo ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de membros	4,00	3,00	3,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,67	4,70
Nº de membros remunerados	4,00	3,00	3,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,67	4,70
Valor da maior remuneração(Reais)	597.600,00	1.781.000,00	1.560.000,00	240.000,00	240.000,00	60.000,00	72.000,00	119.166,67	97.500,00
Valor da menor remuneração(Reais)	512.200,00	706.875,00	585.000,00	60.000,00	60.000,00	30.000,00	72.000,00	119.166,67	32.500,00
Valor médio da remuneração(Reais)	551.750,00	1.135.513,89	975.000,00	115.200,00	96.000,00	50.083,33	72.000,00	119.166,67	95.730,25

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia)

Para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária são previstos os seguintes mecanismos de indenização:

- Apólice de seguro denominada D&O – Directors and Officer;

Para a Diretoria Estatutária são previstos, ainda, em contrato:

- Seguro saúde e vida, sendo estendido de acordo com o contrato individual.
- Plano de aposentadoria TAURUSPREV para dois (02) diretores estatutários.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Exercício social 2018 – Percentual da remuneração total de cada órgão abaixo detida por membros que são partes relacionadas ao Controlador

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	10,41%	27,50%	-	21,56%

Exercício social 2017 – Percentual da remuneração total de cada órgão abaixo detida por membros que são partes relacionadas ao Controlador

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	14%	21%	-	18%

Exercício social 2016 – Percentual da remuneração total de cada órgão abaixo detida por membros que são partes relacionadas ao Controlador

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	20,0%	15,0%	-	15%

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria não recebem remuneração além daquelas referentes aos cargos que ocupam na Companhia.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15. Valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Exercício social 2018 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	60.000,00	585.000,00	0	645.000,00
Controladas do emissor				
Sociedades sob controle comum				

Exercício social 2018 – demais remunerações recebidas a título do cargo ocupado no controlador da Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos				
Controladas do emissor				
Sociedades sob controle comum		868.936,17		868.936,17

Exercício social 2017 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2017 – demais remunerações recebidas a título do cargo ocupado no controlador da Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	1.582.983,05	1.247.853,16	-	2.830.836,21
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2016 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2016 – demais remunerações recebidas a título do cargo ocupado no controlador da Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	1.493.100,00	812.075,34	-	2.305.175,34
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 – Outras informações julgadas relevantes

Não há outas informações relevantes além das já apresentadas nesse item 13.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Número de funcionários	2018	2017	2016
Brasil	2.325	2.226	2.516
Armas e MIM	2.045	1.864	2.081
Rio Grande do Sul	2.045	1.864	2.081
Capacetes (operação descontinuada)	280	362	435
Paraná	279	279	216
Bahia	1	83	219
EUA	279	259	298
TOTAL	**2.604**	**2.485**	**2.814**

Número de funcionários	2018	2017	2016
Brasil	2.325	2.226	2.516
Administração	332	238	219
Comercial	49	54	44
Mão de obra direta	1.371	1.470	1.545
Mão de obra indireta	573	464	708
EUA	279	259	298
Administração	107	77	64
Comercial	8	7	8
Mão de obra direta	124	130	202
Mão de obra indireta	40	45	24
TOTAL	**2.604**	**2.485**	**2.814**

** Em 31/12/2017, a Companhia tinha um empregado temporário.*

b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Não se aplica, pois ao final dos últimos três exercícios a Companhia não possuía funcionários terceirizados.

c) índice de rotatividade

O índice de rotatividade (medido pela relação entre quantidade de pessoas desligadas e de pessoas contratadas por substituição) foi obtido pela média dos índices de janeiro a dezembro de cada ano. Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018 o índice de rotatividade de nossa Companhia e de nossas controladas foi de 1,55%, 0,55% e 0,76%, respectivamente.

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

Não ocorreram alterações relevantes com relação às informações divulgadas no item 14.1.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando

a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia tem como política de remuneração pagar a média de mercado de grandes empresas. Acompanha o mercado por meio de pesquisas salariais anuais. Quanto à remuneração variável (PLR), todas as unidades possuem contrato negociado entre comissão de empregados e sindicato. A remuneração variável é baseada exclusivamente no lucro da Companhia.

b) Política de benefícios

Descrição dos principais benefícios fornecidos pela Companhia:

Auxílio creche
Benefício concedido por 18 meses, a contar do retorno a licença maternidade, limitado a 22 meses da criança.

TaurusPrev
Opção de complemento à aposentadoria a partir de dois anos de tempo de serviço. Os planos são divididos em básico e especial. O básico é um pecúlio ao cônjuge de 50% do último salário, em caso de falecimento do titular, e o especial é a formação de reserva que garante uma renda complementar de aposentadoria, mediante a contribuição de 5% do salário por parte do empregado e a participação proporcional por parte da Companhia.

Seguro de Vida
Indenização por invalidez total ou parcial, morte e auxílio funeral. O funcionário que optar por esse benefício, contribui com uma porcentagem de seu salário.

Incentivo à Educação
Subsídio de 30% para cursos relacionados ao cargo. Para usufruir do benefício, é preciso ter mais de dois anos de empresa.

Restaurante
Todas as unidades oferecem alimentação em restaurante no local. O funcionário contribui com 20% do valor do custo da alimentação.

Vale transporte
De acordo com a exigência legal, o funcionário contribui com 6% de seu salário.

Planos de saúde
É oferecido para os funcionários e seus dependentes, possui cobertura ambulatorial, hospitalar e odontológica. O funcionário contribui com coparticipação na mensalidade, consultas e exames.

Ambulatórios
Ambulatórios médicos nas unidades, além do controle de saúde clínica, quando são realizados exames periódicos de controle de riscos ocupacionais.

Empréstimo Consignado
Para todos os funcionários com mais de seis meses de empresa. O valor da parcela não ultrapassa 30% da remuneração mensal.

Posto Bancário
Agência interna para facilitar o atendimento de todos os funcionários.

Good Card
Cartão de crédito com desconto em folha de pagamento, com limite de 15% do salário nominal.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

Não se aplica, pois, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não mantém planos de remuneração baseados em ações para empregados não administradores.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos três últimos exercícios sociais

A Companhia e suas controladas mantêm bom relacionamento com todos os sindicatos dos empregados por meio da área de Recursos Humanos. Sempre que necessário são realizadas reuniões para que sejam debatidas negociações, esclarecimentos, dentre outros, seja por imposição de lei ou outros assuntos oriundos de ambas as partes.

Nos últimos três exercícios sociais, não ocorreram greves ou paralizações nas unidades da Companhia.

Segue abaixo, breve resumo da relação das Empresas Taurus com os sindicatos:

Unidades de São Leopoldo / RS		
Patronal	Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico e Eletrônico de São Leopoldo	Representante Adilso Klaus
Empregados	Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Leopoldo	Dirigente – Forjas Taurus: 01 Dirigentes – Polimetal: 06
Unidades de Mandirituba / PR (operação descontinuada)		
Patronal	Sindicato das Indústrias de Material Plástico do Estado do Paraná	Não há representantes
Empregados	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado do Paraná.	Não há representantes
Unidade Bahia (operação descontinuada)		
Patronal		Não há representantes
Empregados		Dirigente: 2 - Deise Lucia Souza da Silva de Jesus - Jaqueline Carvalho dos Santos da Silva

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes estão relatadas nos itens anteriores.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Clube de Investimentos Etoile					
26.664.956/0001-81	Brasileiro-RJ	Não	Não	29/10/2019	
Não					
370.000	0,797%	2.196.000	5,227%	2.566.000	2,901%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000%			
Luiz Barsi Filho					
006.541.838-72	Brasileiro-SP	Não	Não	30/06/2019	
Não					
301.200	0,649%	4.133.200	9,837%	4.434.400	5,013%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000%			
Tauruspar Participações S.A.					
24.713.697/0001-06	Brasileira-SP	Não	Sim	31/07/2019	
Não					
38.439.740	82,763%	6.296.600	14,986%	44.736.340	50,572%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000%			
OUTROS					
7.334.374	15,791%	29.389.534	69,950%	36.723.908	41,514%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000%			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 12/08/2014					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
46.445.314	100,000%	42.015.334	100,000%	88.460.648	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Tauruspar Participações S.A.				**24.713.697/0001-06**	

Bernardo Simões Birmann

099.054.297-19	Brasileira-RJ	Não	Sim		
Não					
174.810	4,978	10	0,000	174.820	2,489

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0,000

CBC AMMO LLC

05.876.564/0001-06	Norte Americana	Não	Não	22/02/2016	
Não					
3.316.326	94,439	3.291.210	93,740	6.607.536	94,090

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0,000

Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL)

00.444.232/0001-39	Brasileira-RJ	Não	Não	22/02/2016	
Não					
20.464	0,583	3.203	0,091	23.667	0,337

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0,000

OUTROS

0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Tauruspar Participações S.A.				**24.713.697/0001-06**	
Thais Neves Birmann					
631.584.770-68	Brasileira-RS	Não	Não		
Não					
0	0,000	216.567	6,169	216.567	3,084
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
TOTAL					
3.511.600	100,000	3.510.990	100,000	7.022.590	100,000

15.3 - Distribuição de Capital

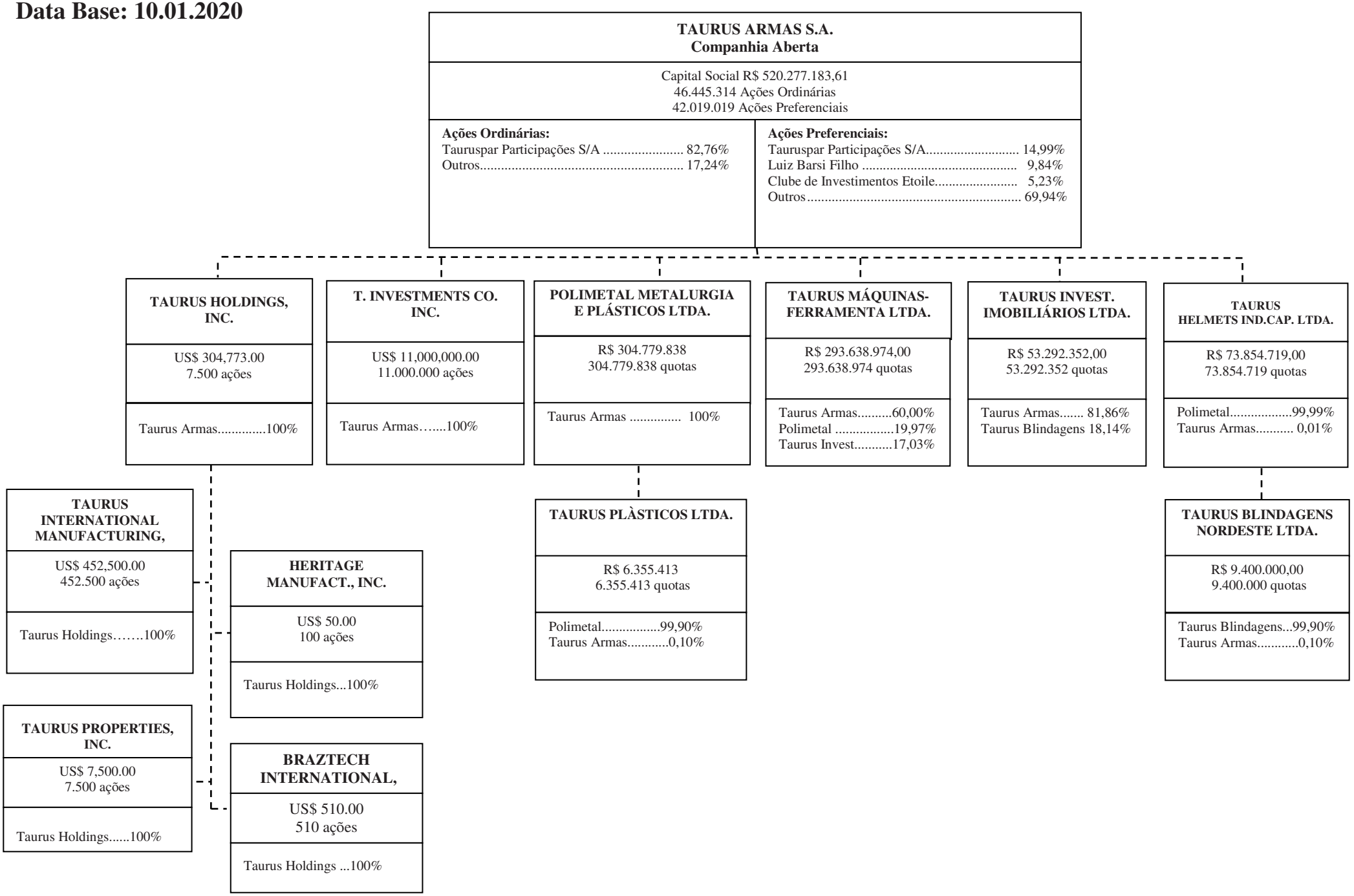
Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2019
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	17.371
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	34
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	103

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

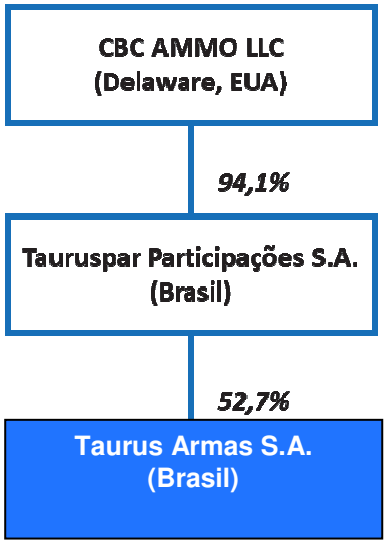
Quantidade ordinárias (Unidades)	8.005.574	17,237%
Quantidade preferenciais (Unidades)	35.722.419	85,015%
Total	43.727.993	49,430%

ORGANOGRAMA: Taurus Armas S.A
Data Base: 10.01.2020



15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

ORGANOGRAMA: Grupo Econômico / Taurus Armas S.A.



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor

Até a data deste formulário de referência, não há acordos de acionistas regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

CONTROLADOR

- **Exercício de bônus aprovado em 06/01/2016**

  Aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração de R$ 11.701.400,00

  Subscrição de 7.135.000 bônus de subscrição classe 1, subscritos pela acionista Companhia Brasileira de Cartuchos – CBC, CNPJ/MF sob o nº 57.494.031/0001-63, em 30 de dezembro de 2015

  Emissão de 7.135.000 novas ações ordinárias

  Preço de emissão de R$ 1,64

  Novo capital social: R$ 376.436.699,65

  Quantidade de ações ON: 34.581.627

  Quantidade de ações PN: 13.001.621

  Total de ações: 47.583.248

Forjas Taurus S.A. (atual Taurus Armas S.A.)	% sobre o Total de Ações Antes do exercício do bônus aprovado em 06/01/2016		
	ON %	PN %	Total %
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS - CBC	86,84	2,64	59,77
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	2,09	14,28	6,01
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,04	20,14	6,50
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,25	16,69	5,53
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	5,30	0,00	3,60
Demais Acionistas	5,48	46,25	18,59
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Forjas Taurus S.A. (atual Taurus Armas S.A.)	% sobre o Total de Ações Após o exercício do bônus aprovado em 06/01/2016		
	ON %	PN %	Total %
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS - CBC	89,55	2,64	65,80
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	1,66	9,12	3,70
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,03	20,14	5,52
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,20	16,69	4,70
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	4,21	0,00	3,06
Demais Acionistas	4,35	51,41	17,22
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

- **Cisão da CBC (Acionista Controlador) em 22/02/2016**

  Cisão parcial da Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) e a transferência das ações de emissão da Taurus de propriedade da CBC para a CBC Participações S/A. A cisão não alterou, sob qualquer aspecto, a composição do controle indireto da Taurus, tampouco a estrutura administrativa da Companhia.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Forjas Taurus S.A. (atual Taurus Armas S.A.)	% sobre o Total de Ações Antes da Cisão da CBC em 22/02/2016		
	ON %	PN %	Total %
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS - CBC	89,55	2,64	65,80
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	1,66	4,87	2,53
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,03	20,14	5,52
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,20	16,69	4,70
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	4,21	0,00	3,06
ZENITH ASSET MANAGEMENT	0,00	5,76	1,57
Demais Acionistas	4,35	49,90	16,82
Total	89,55	2,64	65,80

Forjas Taurus S.A. (atual Taurus Armas S.A.)	% sobre o Total de Ações Após a Cisão da CBC em 22/02/2016		
	ON %	PN %	Total %
CBC PARTICIPAÇÕES S/A	89,55	2,64	65,80
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	1,66	4,87	2,53
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,03	20,14	5,52
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,20	16,69	4,70
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	4,21	0,00	3,06
ZENITH ASSET MANAGEMENT	0,00	5,76	1,57
Demais Acionistas	4,35	49,90	16,82
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

- **Aumento de capital em 02.06.2016**

  Aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração de R$ 17.540.321,52

  Exercício de bônus de subscrição:

  (i) 7.926.829 bônus de subscrição classe 1 pelo acionista CBC Participações S.A., em 20.05.2016;

  (ii) 634.489 bônus de subscrição classe 2 pelo acionista pelo acionista Marcos Bodin de Saint Ange Comnene, em 25.05.2016; e

  (iii) 2.134.000 bônus de subscrição classe 1 pelo acionista CBC Participações S.A., em 31.05.2016

  Emissão de 10.695.318 novas ações, sendo:

  10.060.829 ações ordinárias

  634.489 ações preferenciais

  Preço de emissão de R$ 1,64

  Novo capital social: R$ 393.977.021,17

  Quantidade de ações ON: 44.642.456

  Quantidade de ações PN: 13.636.110

  Total de ações: 58.278.566

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Forjas Taurus S.A. (atual Taurus Armas S.A.)	% sobre o Total de Ações Antes da RCA de 02/06/2016		
	ON %	PN %	Total %
CBC PARTICIPAÇÕES S/A	89,55	2,64	65,80
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	1,66	4,87	2,53
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,03	20,14	5,52
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,20	16,69	4,70
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	4,21	0,00	3,06
ZENITH ASSET MANAGEMENT	0,00	5,76	1,57
Demais Acionistas	4,35	49,90	16,82
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Forjas Taurus S.A. (atual Taurus Armas S.A.)	% sobre o Total de Ações Após a RCA de 02/06/2016		
	ON %	PN %	Total %
CBC PARTICIPAÇÕES S/A	91,91	2,51	70,99
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	1,28	4,64	2,07
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,02	23,84	5,60
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,15	15,91	3,84
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	3,26	0,00	2,50
ZENITH ASSET MANAGEMENT	0,00	5,50	1,29
Demais Acionistas	3,38	47,60	13,71
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Obs.: O aumento de capital aprovado em RCA de 27.06.2016 não alterou as participações societárias relevantes.

- **Aumento de capital aprovado em 31.01.2017**

  Aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração de R$ 10.511.814,52

  Exercício de bônus de subscrição:

  (i) 1.802.855 bônus de subscrição classe 1; e

  (ii) 4.606.788 bônus de subscrição classe 2;

  Emissão de 6.409.643 novas ações, sendo:

  1.802.855 ações ordinárias

  4.606.788 ações preferenciais

  Preço de emissão de R$ 1,64

  Novo capital social: R$ 404.488.840,61

  Quantidade de ações ON: 46.445.314

  Quantidade de ações PN: 18.242.898

  Total de ações: 64.688.212

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Forjas Taurus S.A. (atual Taurus Armas S.A.)	% sobre o Total de Ações Antes da RCA de 31/01/2017		
	ON %	PN %	Total %
CBC PARTICIPAÇÕES S/A	91,91	2,51	70,99
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	1,28	4,64	2,07
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,02	23,84	5,60
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,15	15,91	3,84
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	3,26	0,00	2,50
ZENITH ASSET MANAGEMENT	0,00	5,50	1,29
Demais Acionistas	3,38	47,60	13,71
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Forjas Taurus S.A. (atual Taurus Armas S.A.)	% sobre o Total de Ações Após a RCA de 31/01/2017		
	ON %	PN %	Total %
CBC PARTICIPAÇÕES S/A	91,90	3,37	66,93
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	1,23	3,47	1,86
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,02	28,23	7,98
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,29	23,79	6,92
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	3,13	0,00	2,25
ZENITH ASSET MANAGEMENT	0,00	4,11	1,16
Demais Acionistas	3,43	37,03	12,90
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Obs.: O aumento de capital aprovado em RCA de 31.01.2017 não alterou as participações societárias relevantes.

- **Exercício de direito de subscrição de bônus de subscrição e integralização em 22/01/2019**

  Aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração de R$ 60.728.730,00

  Conversão de 155.523 bônus de subscrição série A, ao valor de R$ 4,00 cada;

  Conversão de 10.205 bônus de subscrição série B, ao valor de R$ 5,00 cada

  Conversão de 10.005.189 bônus de subscrição série C, ao valor de R$ 6,00 cada; e

  Conversão de 3.497 bônus de subscrição série D, ao valor de R$ X,00 cada.

  Emissão de 10.174.414 novas ações preferenciais

  Novo capital social: R$ 465.217.570,61

  Quantidade de ações ON: 46.445.314

  Quantidade de ações PN: 28.417.312

  Total de ações: 74.862.626

Taurus Armas S.A.	% sobre o Total de Ações Antes da RCA de 22/01/2019		
	ON %	PN %	Total %
TAURUS PARTICIPAÇÕES S/A	86,05	41,17	73,39
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,08	12,73	3,65
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0	1,82	0,51
Demais Acionistas	13,87	44,28	22,45
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Taurus Armas S.A.	% sobre o Total de Ações Após a RCA de 31/01/2019		
	ON %	PN %	Total %
TAURUS PARTICIPAÇÕES S/A	83,56	23,48	60,76
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,08	8,17	3,15
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0	4,06	1,54
Demais Acionistas	16,36	64,29	34,55
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**

- **Exercício de direito de subscrição de bônus de subscrição e integralização em 29/04/2019**

  Aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração de R$ 42.271.127,00

  Conversão (entre 01/01/19 e 31/03/2019) de 9.803.572 bônus de subscrição série A, ao valor de R$ 4,00 cada;

  Conversão de 574.851 bônus de subscrição série B, ao valor de R$ 5,00 cada

  Conversão de 13.402 bônus de subscrição série C, ao valor de R$ 6,00 cada; e

  Conversão de 14.596 bônus de subscrição série D, ao valor de R$ X,00 cada.

  Emissão de 10.406.421 novas ações preferenciais

  Novo capital social: R$ 507.488.697,61

  Quantidade de ações ON: 46.445.314

  Quantidade de ações PN: 38.823.733

  Total de ações: 85.269.047

Taurus Armas S.A.	% sobre o Total de Ações Antes da RCA de 29/04/2019		
	ON %	PN %	Total %
TAURUS PARTICIPAÇÕES S/A	82,89	16,52	52,67
LUIZ BARSI FILHO	0	4,75	2,16
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,08	5,98	2,77
Demais Acionistas	17,03	72,75	42,40
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Taurus Armas S.A.	% sobre o Total de Ações Após a RCA de 29/04/2019		
	ON %	PN %	Total %
TAURUS PARTICIPAÇÕES S/A	82,89	16,52	52,67
LUIZ BARSI FILHO	0	4,75	2,16
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,08	5,98	2,77
Demais Acionistas	17,03	72,75	42,40
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**

ADMINISTRADORES

Seguem abaixo as alterações nas quantidades de ações dos membros da administração da Companhia, a qual inclui: Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria:

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Administração Qtd. Ações	2018		2017		2016	
	% Mesma Espécie	% Total de Ações	% Mesma Espécie	% Total de Ações	% Mesma Espécie	% Total de Ações
ON	0,02	0,01	0,02	0,01	0,02	0,01
PN	0,00	0,00	0,00	0,00	1,26	0,29

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7. Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas

a) Evento

Em 27 de março de 2018, o Conselho de Administração, por unanimidade, autorizou a oferta do negócio capacetes ao mercado.

Devido à decisão de venda do investimento, a operação foi classificada como “mantido para venda” e contabilizada de acordo com o pronunciamento técnico IFRS 5 e CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas.

Até a data deste Formulário, a alienação das operações de capacetes não foi realizada.

b) Principais condições de negócio

A elaboração de cronograma e os esforços de venda para a operação está sob responsabilidade de empresa especializada. A operação está incluída no plano de reestruturação da dívida, tendo a Administração assumido o compromisso de alienação da operação de capacetes, que não é atividade foco da Companhia, dentro do acordo firmado com bancos credores. A totalidade dos recursos que vierem a ser obtidos com a venda será destinado à redução do endividamento.

c) sociedades envolvidas

Taurus Armas S/A e subsidiárias Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda, nova razão social de Taurus Blindagens Ltda. em Mandirituba/PR e Taurus Blindagens Nordeste Ltda. em Simões Filho/BA.

Como a operação de alienação não foi realizada até a presente data, não há identificação de outra parte.

d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

Não há, ou haverá após sua realização, efeitos resultantes da operação no quadro acionário do emissor.

e) Quadro acionário antes e depois da operação

Não se aplica.

f) Mecanismos utilizados para garantir tratamento equitativo entre os acionistas

Não se aplica.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1.Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 22/07/2015, com vigência imediata e prazo indeterminado. A Política pode ser acessada em www.taurusri.com.br e atende as práticas recomendadas pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa do IBGC.

A Política institui as diretrizes e procedimentos a serem observados pela Taurus Armas S.A., suas controladas, coligadas, subsidiárias, funcionários, administradores e acionistas, em transações com partes relacionadas, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, com o objetivo de dar transparência do processo e assegurar que todas as decisões sejam tomadas preservando os interesses da Companhia e de seus acionistas.

A Política da Companhia define responsabilidades aos Administradores, como:

Diretor Presidente – submeter transações com partes relacionadas ao Conselho de Administração e garantir que sejam detalhadas por escrito; realizadas a preços, prazos e taxas usuais no mercado ou de negociações anteriores que representam condições comutativas; e sejam claramente refletidos e divulgados nas demonstrações financeiras

Conselho de Administração - Aprovar a Política de Transações com Partes Relacionadas, assim como todas as transações com Partes Relacionadas e analisar eventual descumprimento da Política.

Comitê de Gestão e Governança Corporativa - Propor e manter atualizadas as diretrizes/regras da Política, analisar eventuais violações à Política e, na hipótese de identificado seu descumprimento, encaminhar parecer para o Conselho de Administração.

Diretor de Relações com Investidores - Garantir a disseminação da Política, divulgar as transações relevantes com Partes Relacionadas.

São vedadas transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado, que envolvam remuneração não justificável ou desproporcional, e concessões diretas de empréstimos ao controlador, administradores e demais Partes Relacionadas. Não é permitindo, ainda, participações societárias relevantes de administradores e funcionários em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses da Companhia ou que resultem da utilização de informações confidenciais obtidas em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na Companhia.

A Política estabelece também normas e diretrizes com relação a situações envolvendo conflito de interesses. O administrador da Companhia que estiver envolvido em qualquer situação que represente potencial conflito de interesse deverá manifestar tal conflito de interesse e abster-se de votar em deliberações sobre a matéria. Qualquer transação com a Companhia em que esteja, de alguma forma, envolvido, só poderá se dar em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado.

Vale destacar as operações da Companhia com seu controlador. Com a homologação do aumento de capital em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de agosto de 2014, a Companhia Brasileira de Cartuchos – “CBC”, passou a ser acionista majoritário da Taurus Armas S.A. Em 11 de fevereiro de 2015, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), emitiu certidão informando a conclusão e arquivamento do processo para permissão do exercício dos direitos políticos da totalidade das ações detidas pela Companhia Brasileira de Cartuchos (“CBC”) sobre a Taurus.

Além de operações referentes à venda de armas para comercialização e compra de munições, em 24 de fevereiro de 2017, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a transferência temporária da fabricação de determinados modelos de armas longas junto à CBC, conforme fato relevante divulgado na

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

mesma data. A vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses. Além da produção de determinadas armas longas do portfólio da Companhia, o contrato prevê também a locação de máquinas e equipamentos para a fabricação das armas longas de propriedade da Companhia. As condições estabelecidas foram determinadas com base em condições de mercado, de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos pela Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. De acordo com as condições pactuadas no contrato, a comercialização das referidas armas longas continuará sendo realizada pela Taurus, sendo efetivada apenas a transferência temporária de licença de operação e processos de fabricação.

A responsabilidade pela assistência técnica e garantia dos produtos será integralmente da fabricante das armas, nos termos do contrato. Ainda, a CBC somente poderá produzir e/ou comercializar as armas longas objeto do contrato durante a vigência do mesmo, não sendo permitida a manutenção de operação das referidas armas após o término do contrato.

Os principais objetivos do contrato são: (I) aumentar a eficiência da operação de armas longas tendo em vista os menores custos de produção da unidade industrial da CBC em Montenegro-RS, em comparação com os custos incorridos pela Companhia; (II) permitir que a Companhia possa focar seus esforços na produção de revólveres, pistolas e armas táticas, que representam a maior parte de sua produção e melhores margens operacionais; (III) viabilizar o atendimento da demanda global de armas longas, considerando a maior capacidade instalada de fabricação da CBC; e, consequentemente, (iv) a otimização da distribuição destas armas junto a vários mercados.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS S.A. (CBC) e CBC BRASIL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.	11/05/2018	1.161.773,30	Não há	Não é possível aferir	10 anos, podendo ser prorrogado	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Pessoas jurídicas ligadas ao controlador da Forjas Taurus S.A.
Objeto contrato	Sublicenciamento temporário pela Taurus à CBC de uso da marca Rossi, das licenças de operações e processos de fabricação de armas longas, incluindo projetos, especificações, desenhos, demais dados de engenharia necessários para a fabricação dos produtos para a Taurus e suas subsidiárias, bem como a locação dos equipamentos para o processo de fabricação das aludidas armas longas e alienação do estoque de matéria prima existente em poder da Taurus. O montante envolvido no negócio serão pagos pela CBC sublicenciada à Rossi detentora da marca e direitos de processos de fabricação e pagamento de Royalties variáveis conforme quantidade de armas produzidas e vendidas, fabricadas com a marca ou processo Rossi.
Garantia e seguros	Não há
Rescisão ou extinção	Liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial, e falência de qualquer das partes; (II) Descumprimento contratual, não sanado no prazo indicado pela parte para o efetivo atendimento das obrigações decorrentes do contrato; (III) Prática de atos ilícitos que venham a comprometer a idoneidade de qualquer das partes, (IV) Cessão a terceiros das obrigações assumidas no presente contrato sem o prévio e expresso consentimento da Forjas Taurus S.A.
Natureza e razão para a operação	O valor a ser pago pela CBC à Rossi será variável conforme volume de armas produzidas e comercializadas pela CBC. O valor a ser pago pela CBC à Taurus referente a locação de máquinas equipamentos. CNPJ da CBC BRASIL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA. (outra parte envolvida no contrato): 61.482.725/0007
Posição contratual do emissor	Credor
Especificar	

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

O Código de Ética da Taurus, atualizado em 26 de julho de 2016, elenca as regras de identificação e administração de conflitos de interesses amplamente divulgados na Companhia. A Companhia conta também com a Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de julho de 2015, que estabelece diretrizes a serem observadas pela Companhia e pessoas a ela vinculadas, a fim de assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses, sejam tomadas preservando os interesses da Companhia e de seus acionistas. As práticas aplicam-se a todos os administradores e colaboradores da TAURUS, nas relações com clientes, acionistas, fornecedores, prestadores de serviços, concorrentes, órgãos públicos, sociedade e o público em geral, conforme detalhado no item 16.1. deste Formulário.

A operação apresentada no item 16.2. deste Formulário segue estritamente as regras estabelecidas no Código de Ética e na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia e, também, foi elaborado parecer técnico jurídico que foi levado à apreciação do Conselho de Administração da Companhia, que aprovou o contrato celebrado em reunião realizada no dia 24 de fevereiro de 2017.

A TAURUS é uma empresa privada brasileira que se dedica à fabricação, comércio e exportação de diversos produtos, com preponderância de armas curtas (revólveres e pistolas), enquanto a CBC é uma empresa privada brasileira que se dedica à fabricação, comércio e exportação de diversos produtos, com preponderância de armas longas e munições. Assim, como a TAURUS é proprietária de todas as licenças de operação e processos de fabricação dos modelos de armas longas da marca ROSSI, conclui-se que a transferência das licenças e processo de fabricação de tais armas à CBC atenderia o interesse comercial de ambas as partes com maior eficiência. Além disso, a CBC se obrigou, também, a honrar compromissos financeiros assumidos pela Taurus junto a Rossi, no que tange ao pagamento de royalties e transferência de tecnologia.

O contrato prevê também a locação de máquinas e equipamentos para a fabricação das armas longas e as condições estabelecidas também foram determinadas com base em condições de mercado.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
20/01/2020	520.277.183,61		46.445.314	42.019.019	88.464.333
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	**Quantidade de ações (Unidades)**	**Título**	**Condições para conversão**		
		BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO	Até a data dos respectivos vencimentos, cada bônus de subscrição, independentemente da série, dará ao seu titular o direito de subscrever 1 ação preferencial de emissão da Companhia, a qual terá os mesmos direitos atribuídos às demais ações preferenciais da Companhia, mediante pagamento dos seguintes preços de exercício: Série B - R$5,00; Série C - R$6,00; e Série D - R$7,00. Caso exercidos todos os bônus de subscrição disponíveis, serão emitidas novas 38.377.407 ações preferenciais. O percentual de diluição potencial resultante do exercício total dos bônus de subscrição para os acionistas da companhia é de 30,26%		
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
20/01/2020	520.277.183,61		46.445.314	42.019.019	88.464.333
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	**Quantidade de ações (Unidades)**	**Título**	**Condições para conversão**		
Preferencial Classe A					
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
20/01/2020	520.277.183,61		46.445.314	42.019.019	88.464.333

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
06/01/2016	RCA	06/01/2016	11.701.400,00	Subscrição particular	7.135.000	0	7.135.000	17,63980000	1,64	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Conforme Lei nº 6.404/76, artigo 170, §1º, III.									
Forma de integralização	O subscritor efetuou o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.									
02/06/2016	RCA	02/06/2016	17.540.321,52	Subscrição particular	10.060.829	634.489	10.695.318	19,04960491	1,64	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Conforme Lei nº 6.404/76, artigo 170, §1º, III.									
Forma de integralização	Os subscritores efetuaram o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.									
27/06/2016	RCA	27/06/2016	4,92	Subscrição particular	3	0	3	0,00000515	1,64	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Conforme Lei nº 6.404/76, artigo 170, §1º, III.									
Forma de integralização	O subscritor efetuou o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.									
31/01/2017	RCA	31/01/2017	10.511.814,52	Subscrição particular	1.802.855	4.606.788	6.409.643	10,99828481	1,64	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Conforme Lei nº 6.404/76, artigo 170, §1º, III.									
Forma de integralização	O subscritores efetuaram o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.									
05/10/2018	Conselho de Administração	22/01/2019	60.728.730,00	Subscrição particular	0	10.174.414	10.174.414	15,01369726	5,97	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Conversão de bônus de subscrição, a saber: Conversão de 155.523 bônus de subscrição série A, ao valor de R$ 4,00 cada; Conversão de 10.205 bônus de subscrição série B, ao valor de R$ 5,00 cada Conversão de 10.005.189 bônus de subscrição série C, ao valor de R$ 6,00 cada; e Conversão de 3.497 bônus de subscrição série D, ao valor de R$7,00 cada. PREÇO MÉDIO PONDERADO: R$ 5,9687693									
Forma de integralização	Dinheiro e crédito contábil									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
29/04/2019	Conselho de Admiinistração	29/04/2019	42.271.127,00	Subscrição particular	0	10.406.421	85.269.047	9,08631352	4,06	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização	Dinheiro e crédito contábil									
30/04/2019	AGOE	30/04/2019	60.728.730,00	Subscrição particular	0	10.174.414	10.174.414	15,01369726	5,97	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Conversão de 155.523 bônus de subscrição série A, ao valor de R$ 4,00 cada; Conversão de 10.205 bônus de subscrição série B, ao valor de R$ 5,00 cada Conversão de 10.005.189 bônus de subscrição série C, ao valor de R$ 6,00 cada; e Conversão de 3.497 bônus de subscrição série D, ao valor de R$7,00 cada.									
Forma de integralização	Dinheiro e crédito contábil									
17/07/2019	Conselho de Administração	17/07/2019	12.764.711,00	Subscrição particular	0	3.109.751	3.109.751	2,51527001	4,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização	Dinheiro e crédito contábil.									
24/10/2019	Conselho de Administração	24/10/2019	5.350,00	Subscrição particular	0	850	850	0,00102835	6,25	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização	Dinheiro e crédito contábil									
20/01/2020	Conselho de Administração	20/01/2020	18.425,00	Subscrição particular	46.445.314	42.019.019	88.464.333	0,00354154	5,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Critérios para determinação do preço de emissão									
Forma de integralização	Dinheiro e crédito contábil									

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos 3 exercícios não houve aprovação de desbobramento, grupamento ou bonificação de ações.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três exercícios sociais não houve redução do capital social.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Aumento de capital por emissão de bônus de subscrição privada, deliberada em reunião do Conselho de Administração de 5 de outubro de 2018, de acordo com a proposta elaborada pela Diretoria, com as seguintes características:

Série	Quantidade de bônus		Preço do bônus de subscrição	Preço da ação aos titulares de bônus	Prazo p/ aquisição das ações
	Emitidos originalmente	Subscritos			
A	25 milhões	24,9 milhões	R$ 0,20	R$ 4,00	05/04/2019
B	20 milhões	20 milhões	R$ 0,10	R$ 5,00	05/07/2019
C	20 milhões	20 milhões	R$ 0,10	R$ 6,00	07/10/2019
D	9 milhões	9 milhões	R$ 0,10	R$ 7,00	04/10/2020

Direito de preferência para acionistas na data de 11/10/2018.

Prazo para exercício do direito de preferência: 15/10/2018 a 13/11/2018

Fim do prazo de rateio das sobras: 28/11/2018

Liquidação das sobras: concluída em 10/12/2018, com atendimento integral das solicitações realizadas por titulares de bônus e cancelamento dos bônus não exercidos em razão de subscrições condicionadas (0,14% do total), representados por 100.126 bônus da série A).

Início de negociação dos bônus de subscrição no pregão da B3: 23/11/2018.

Todos os detalhes sobre o aumento de capital, inclusive sobre a conversão dos bônus de subscrição em ações, podem ser obtidos nos Avisos aos Acionistas disponíveis nos websites da CVM e de Relações com Investidores da Companhia.

Conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração – RCA de 08 de maio de 2019, foi aprovado por unanimidade, com a abstenção do Sr. Bernardo Simões Birmann: (i) prorrogar, por 2 anos, o prazo de exercício dos bônus de subscrição das séries B, C e D (emitidos no âmbito da reunião do conselho de administração realizada em 5 de outubro de 2018), de acordo com proposta encaminhada pela diretoria e que constitui o Anexo I à presente; e (ii) autorizar a diretoria da Companhia a adotar todos os procedimentos necessários para a efetivação da prorrogação ora aprovada.

Série	Quantidade de bônus		Preço do bônus de subscrição	Preço da ação aos titulares de bônus	Prazo p/ aquisição das ações
	Emitidos originalmente	Subscritos			
B	20 milhões	20 milhões	R$ 0,10	R$ 5,00	05/07/2021
C	20 milhões	20 milhões	R$ 0,10	R$ 6,00	07/10/2021
D	9 milhões	9 milhões	R$ 0,10	R$ 7,00	04/10/2022

No dia 25 de junho de 2019, a Companhia publicou o Aviso aos acionistas informando que Os Bônus em circulação continuam a poder ser negociados e/ou convertidos em ações preferenciais, nos termos previamente divulgados.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Quanto às solicitações de conversão por meio de agentes de custódia, os pedidos de conversão poderão ser apresentados observados os intervalos temporais abaixo indicados:

Série do Bônus	1º Intervalo	Intervalos subsequentes*	Último Intervalo
B	Da presente data até 30/11/2018	A partir de 01/12/2018, do 1º dia do mês ao 15º dia do mês; e do 16º dia do mês ao último dia do mês, até 30/06/2021	De 01/07/2021 a 05/07/2021
C	Da presente data até 30/11/2018	A partir de 01/12/2018, do 1º dia do mês ao último dia do mês, até 30/09/2021	De 01/10/2021 a 07/10/2021
D	Da presente data até 30/11/2018	A partir de 01/12/2018, do 1º dia do mês ao último dia do mês, até 30/09/2022	De 01/10/2022 a 05/10/2022

* Não sendo o último dia de cada intervalo um dia útil, o intervalo se prorrogará até o primeiro dia útil subsequente.

As solicitações serão recebidas até o dia útil anterior ao último dia de cada intervalo e elas serão liquidadas, com a respectiva entrega das ações, no último dia do intervalo temporal em questão.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Dividendo obrigatório de 35% calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Nos casos de liquidaçao da Companhia, nos termos da Lei.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável
Outras características relevantes	Estatuto Social assegura aos Acionistas Não-Controladores dois representantes no Conselho de Administração caso os mecanismos previstos no artigo 141 da Lei das S.A. não lhes assegurem a eleição de, pelo menos, dois membros; Estatuto Social assegura aos dois Acionistas Não-Controladores titulares da maior quantidade de ações de emissão da Companhia o direito de sugerir a indicação de um membro para compor o Conselho de Administração, ficando a critério do Acionista Controlador aceitar ou não tal indicação

Espécie de ações ou CDA	**Preferencial**
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Dividendo obrigatório de 35% calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma de lei. E pelo art. 5o, parágrafo 3o , inciso (ii) participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias
Direito a voto	Restrito
Descrição de voto restrito	Direito de voto em assembleia geral acerca das seguintes matérias, caso em que cada ação preferencial corresponderá a um voto: I. transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; II. aprovação da celebração de contratos entre a Companhia e seu Acionista Controlador, conforme definido no Regulamento do Nível 2, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, tais matérias devam ser submetidas à deliberação da Assembleia Geral; III. avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; IV. escolha da empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, nos termos do Capítulo VII deste Estatuto Social; e V. alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2.
Conversibilidade	Sim

18.1 - Direitos Das Ações

Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Conforme dispõe o artigo 52 do Estatuto Social aprovado em 27 de maio de 2011, caso o Veículo de Controle venha a deter menos de 35% do total de ações ordinárias de emissão da Companhia, exclusivamente em razão da transferência de ações pelos Controladores Atuais, incluindo, mas não limitado às hipóteses de transferência em virtude da excussão de garantias, inclusive penhor ou alienação fiduciária em garantia, no momento de sua execução, cada ação preferencial de emissão da Companhia será, obrigatoriamente, convertida em 1 ação ordinária, de modo que a totalidade das ações de emissão da Companhia sejam ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Para fins deste Artigo, não será computada qualquer outra forma de diluição, seja em razão do aumento de capital não acompanhado pelos Controladores Atuais ou qualquer outra forma de redução percentual da participação do Veículo de Controle, com exceção da transferência voluntária de participação no capital votante da Companhia.
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável
Outras características relevantes	Direito a participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias; Estatuto Social assegura aos Acionistas Não-Controladores dois representantes no Conselho de Administração caso os mecanismos previstos no artigo 141 da Lei das S.A. não lhes assegurem a eleição de, pelo menos, dois membros; Estatuto Social assegura aos dois Acionistas Não-Controladores titulares da maior quantidade de ações de emissão da Companhia o direito de sugerir a indicação de um membro para compor o Conselho de Administração, ficando a critério do Acionista Controlador aceitar ou não tal indicação.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há regras no Estatuto Social da Companhia que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Conforme dispõe o artigo 9º do Estatuto Social, a Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela lei, sua regulamentação ou pelo próprio Estatuto Social.

Essa suspensão do exercício dos direitos poderá ser deliberada pela Assembleia Geral em qualquer reunião, ordinária ou extraordinária, em que a matéria constar da ordem do dia.

Os acionistas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, do capital social, poderão convocar Assembleia Geral, quando o Conselho de Administração não atender, no prazo de 8 (oito) dias, ao pedido de convocação que apresentarem, com indicação do descumprimento de obrigação e da identidade do acionista inadimplente.

Caberá à Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos políticos do acionista estabelecer, além de outros aspectos, o alcance e o prazo da suspensão, sendo vedada a suspensão dos direitos de fiscalização e de pedido de informações assegurados em lei.

A suspensão de direitos cessará logo que cumprida a obrigação.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social **31/12/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.030.600	2,80	1,54	R$ por Unidade	1,77
31/03/2018	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	16.061.893	2,45	1,61	R$ por Unidade	1,76
30/06/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	848.906	1,88	1,54	R$ por Unidade	1,63
30/06/2018	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.870.647	1,94	1,56	R$ por Unidade	1,67
30/09/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	13.720.535	4,84	1,51	R$ por Unidade	2,00
30/09/2018	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	82.460.587	4,40	1,64	R$ por Unidade	2,08
31/12/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	374.746.507	16,80	2,88	R$ por Unidade	6,24
31/12/2018	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.070.853.873	12,00	3,06	R$ por Unidade	5,28

Exercício social **31/12/2017**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	518.734	1,90	1,61	R$ por Unidade	1,72
30/06/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	222.889	1,93	1,65	R$ por Unidade	1,75
30/09/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.419.068	2,59	1,67	R$ por Unidade	2,09
31/12/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	424.538	2,30	1,75	R$ por Unidade	2,04
31/03/2017	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.229.956	2,04	1,74	R$ por Unidade	1,81
30/06/2017	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.237.902	2,10	1,69	R$ por Unidade	1,82
30/09/2017	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	41.517.114	3,05	1,70	R$ por Unidade	2,30
31/12/2017	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.694.512	1,95	1,52	R$ por Unidade	1,72

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social **31/12/2016**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	55.172	2,05	1,35	R$ por Unidade	1,58
31/03/2016	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.922.222	2,44	1,15	R$ por Unidade	1,60
30/06/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	79.450	1,85	1,37	R$ por Unidade	1,63
30/06/2016	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.000.611	1,89	1,31	R$ por Unidade	1,60
30/09/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	11.800	2,45	1,60	R$ por Unidade	1,96
30/09/2016	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.528.716	2,44	1,42	R$ por Unidade	1,94
31/12/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	336.318	1,83	1,50	R$ por Unidade	1,66
31/12/2016	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	46.172	1,95	1,52	R$ por Unidade	1,72

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Bônus séries A, B, C e D
Data de emissão	05/10/2018
Data de vencimento	05/10/2022
Quantidade (Unidades)	73.899.874
Valor total (Reais)	382.599.496,00
Saldo Devedor em Aberto	266.834.928,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Até a data dos respectivos vencimentos, cada bônus de subscrição, independentemente da série, dará ao seu titular o direito de subscrever 1 ação preferencial de emissão da
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.
Outras características relevantes	Os bônus de subscrição foram subscritos privadamente, nos termos da regulamentação em vigor. Vencimento: (i) Série A – 05/04/2019; (ii) Série B – 05/07/2021; (iii) Série C – 07/10/2021; e (iv) Série D – 05/10/2022. Quantidade de bônus emitidos: (i) 24.899.874 da Série A; (ii) 20.000.000 da Série B; (iii) 20.000.000 da Série C; e (iv) 9.000.000 da Série D. Até 30.09.2019, do total de bônus emitidos, 23.776.121 bônus já foram convertidos em ações preferenciais

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	Debêntures Quirografárias Não Conversíveis em Ações
Data de emissão	23/08/2011
Data de vencimento	23/08/2016
Quantidade (Unidades)	200
Valor total (Reais)	50.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Colocação Privada
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme claúsula 8 e 8.4.2 da Escritura de Emissão: Para alterações em qualquer caractrística e consequentemente na Escritura das Debêntures, é necessária a convocação de Assembleia de Debenturistas onde a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em circulação.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	Debêntures Quirografárias Não Conversíveis em Ações
Data de emissão	25/06/2014
Data de vencimento	14/06/2021
Quantidade (Unidades)	10.000
Valor total (Reais)	50.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	75.771.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Colocação Privada
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Conforme claúsula 6.2 da Escritura de Emissão: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme claúsula 9.6 da Escritura de Emissão: Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas ("AGDEB"), a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposta na Escritura, todas as deliberações a serem tomadas em AGDEB dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação.
Outras características relevantes	Esta 3ª Emissão de Debêntures foi incluida no processo de reperfilamento de dívida da Companhia concluido em dezembro de 2016, sendo que 50% destes títulos permaneceram sob a forma de debêntures, contudo nas mesmas características do reperfilamento. Já os outros 50% foram convertidos em Empréstimos e Financiamentos. Assim, o prazo da operação foi repactuado para 5 anos, com 2 anos de carência para pagamento do principal.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	Debêntures Quirografárias Não Conversíveis em Ações
Data de emissão	15/04/2010
Data de vencimento	15/04/2014
Quantidade (Unidades)	10.300
Valor total (Reais)	103.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Colocação Privada
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme cláusula 9.6 da Escritura de Emissão: Cláusula 9.6 - Para alterações em qualquer característica e consequentemente na escritura das Debêntures, é necessária a convocação de Assembléia de Debenturistas onde a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 da Escritura de Emissão de Debêntures, descrita abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembléia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação. Cláusula 9.6.1 - Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.6 acima: I. os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão; e II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, as quais sejam: (a) dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da remuneração, exceto pelo diposto na cláusula 6.13.6 da Escritura de Emissão; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (d) da espécie das Debêntures; (e) da criação de evento de rapactuação; (f) da criação de evento de resgate antecipado facultativo; ou (g) de qualquer evento de inadimplemento.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	4	0
Bônus de Subscrição	3130	7	24

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações de emissão da Companhia são negociadas no Nível II do segmento BM&FBOVESPA da B3.

As debêntures de emissão da Companhia são negociadas no mercado secundário, no segmento CETIP UTVM da B3.

Os bônus de subscrição emitidos pela Companhia são negociados no segmento BM&FBOVESPA da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nos últimos três exercícios sociais, não foi realizada oferta pública de valores mobiliários da Companhia.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários

Não se aplica, uma vez que nos últimos três exercícios sociais não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários da Companhia.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

A Companhia não realizou ofertas públicas de ações de emissão de terceiros nos últimos três exercícios sociais.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não manteve planos de recompra de ações.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três exercícios não houve movimentação de valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes relativas a planos de recompra e valores mobiliários em tesouraria foram apresentadas nos itens anteriores.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**04/07/2011**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	As obrigações previstas na Política de Negociação alcançam, para fins de expressa adesão, (i) a Companhia, (ii) os seus acionistas controladores, (iii) os seus administradores (conselheiros de administração, diretores e conselheiros fiscais), (iv) os seus ex-administradores e (v) empregados, executivos e/ou quaisquer outras pessoas da Companhia assim indicadas pelo Diretor de Relações com Investidores, a seu exclusivo critério.

Principais características e locais de consulta

Nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação editada pela CVM, cumpre, a qualquer pessoa, guardar sigilo sobre qualquer informação relevante que ainda não tenha sido divulgada ao mercado, obtida em razão de cargo e capaz de influir de modo ponderável na cotação de valores mobiliários. Além do sigilo, é vedado valer-se da informação para obter, para si ou para outrem, vantagem indevida no mercado de capitais, sendo caracterizada como crime contra o mercado de capitais a utilização de informação relevante ainda não divulgada ao mercado, por quem tenha dela conhecimento e da qual deva manter sigilo, capaz de propiciar, para si ou para outrem, vantagem indevida, mediante negociação, em nome próprio ou de terceiro, com valores mobiliários. Em convergência com referidos dispositivos e considerando os pressupostos de que a alocação eficiente de recursos em uma economia de mercado tem como pré-condição a existência de um sistema confiável e oportuno de divulgação de informações, a Companhia, fixou determinados parâmetros e limites específicos para a negociação de valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados, por parte de determinadas pessoas, em atenção ao disposto no artigo 15 da Instrução CVM 358. A Política de Negociação da Companhia deve ser aplicada em conformidade com o disposto na Política de Divulgação de Informações da Companhia, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2002, na mencionada Instrução CVM 358 na das Sociedades por Ações e no Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – BOLSA, BRASIL, BALCÃO, especialmente quanto ao dever dos acionistas controladores, administradores, conselheiros e ex-administradores de guardar sigilo sobre qualquer informação relevante que ainda não tenha sido divulgada, obtida em razão de cargo e capaz de influir de modo ponderável na cotação de valores mobiliários, sendo vedado valer-se da informação para obter, para si ou para outrem, vantagem no mercado de valores mobiliários. A Política de Negociação com Valores Mobiliários da Companhia pode ser consultada em www.taurusri.com.br .

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	As Pessoas Sujeitas à Restrição são presumivelmente detentoras de informação privilegiada e não podem negociar (i) qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, tais como ações, debêntures, notas promissórias e/ou bônus de subscrição; e (ii) qualquer título, contrato ou acordo referenciado a qualquer Valor Mobiliário de emissão da Companhia, tais como contratos de derivativos e/ou opções de compra e venda futura, quando em desacordo com a Política de Negociação e/ou em diversos períodos específicos, conforme indicados a seguir. As Pessoas Sujeitas à Restrição não podem negociar com Valores Mobiliários no período de 15 dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia, independentemente da existência, ou não, de Ato ou Fato Relevante a ser divulgado pela Companhia. Excepcionalmente, os administradores da Companhia, das suas sociedades controladas e coligadas poderão negociar com Valores Mobiliários no período de 15 dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia se observadas as disposições do Capítulo VI da Política de Negociação. Estão abrangidas nas vedações da Política de Negociação as negociações realizadas de forma direta ou indireta por Pessoas Sujeitas à Restrição, definidas como: (a) Negociação Direta: negociação com Valores Mobiliários que ocorra por conta e ordem de Pessoa Sujeita à Restrição ou a beneficie diretamente, tais como aquelas efetuadas em bolsas de valores ou mercado de balcão, cujo comitente final seja Pessoa Sujeita à Restrição; e (b) Negociação Indireta: negociação com Valores Mobiliários que tenha como beneficiária indireta Pessoa Sujeita à Restrição, tais como aquelas realizadas por sociedades controladas por Pessoa Sujeita à Restrição, fundo de investimento exclusivo de Pessoa Sujeita à Restrição ou por intermédio de terceiros com quem alguma Pessoa Sujeita à Restrição tenha contrato de fidúcia ou administração de carteira ou ações, observadas as hipóteses de negociação autorizada, conforme descrito na Política de Negociação

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas no item anterior.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

Em 29 de julho de 2002, e adaptada em 28 de março 2014, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o Manual de Conduta sobre Uso, Divulgação e Manutenção de Sigilo acerca de Informações da Companhia, o qual atende as exigências relativas à divulgação de informações previstas na Lei das S.A. e nos normativos expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

Nos termos da legislação brasileira sobre valores mobiliários, a Companhia deve divulgar qualquer ato e/ou fato relevante relacionado aos seus negócios à Comissão de Valores Mobiliários e à B3 S.A. – BOLSA, BRASIL, BALCÃO. O Diretor de Relações com Investidores é responsável por assegurar que as informações a serem divulgadas sejam precisas e tempestivas. Os demais Administradores da Companhia também são responsáveis pelo conteúdo e veracidade das informações publicadas ao mercado.

A divulgação de ato ou fato relevante tem por finalidade assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil e de forma simultânea, eficiente e razoável, das informações necessárias às suas decisões de investimento, assegurando-lhes o acesso simétrico e igualitário a toda a informação relevante. Visa-se, assim, garantir que a competição entre os investidores se lastreie na análise e interpretação das informações divulgadas e jamais no acesso prévio e privilegiado à mesma informação, coibindo-se o uso indevido de informações relevantes por pessoas que a elas tenham acesso privilegiado, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores, da companhia e do mercado em geral.

Em 18 de março de 2016, a Companhia passou a utilizar o seguinte portal de notícias para divulgação de fatos relevantes: www.luzdigi.com.br.

O Manual de Conduta sobre Uso, Divulgação e Manutenção de Sigilo acerca de Informações está disponível no site de RI da Companhia (www.taurusri.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada

A divulgação de ato ou fato relevante tem por finalidade assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil e de forma simultânea, eficiente e razoável, das informações necessárias às suas decisões de investimento, assegurando-lhes o acesso simétrico e igualitário a toda a informação relevante. Visa-se, assim, garantir que a competição entre os investidores se lastreie na análise e interpretação das informações divulgadas e jamais no acesso prévio e privilegiado à mesma informação, coibindo-se o uso indevido de informações relevantes por pessoas que a elas tenham acesso privilegiado, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores, da companhia e do mercado em geral.

A Companhia atende as exigências relativas à divulgação de informações previstas na Lei das S.A. e nos normativos expedidos pela CVM. Nos termos da legislação brasileira sobre valores mobiliários, a Companhia deve divulgar qualquer ato e/ou fato relevante relacionado aos seus negócios a CVM e a B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO. A Diretoria de Relações com Investidores é responsável por assegurar que as informações a serem divulgadas sejam precisas e tempestivas. Os Administradores da Companhia também são responsáveis pelo conteúdo e veracidade das informações publicadas ao mercado.

Cumpre aos acionistas controladores, administradores, conselheiros fiscais e integrantes de quaisquer outros órgãos estatutários com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, e empregados da companhia, guardar sigilo quanto às informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

Os administradores, sempre que possível, deverão incluir nos contratos firmados com terceiros, que possam vir a ter acesso a informações relevantes sobre a companhia, cláusula específica ou “Termo de Confidencialidade”, pelo qual se comprometam a guardar sigilo em relação a qualquer ato ou fato relevante nos termos definidos pela CVM e pela Política de Divulgação da Companhia.

Em 18 de março de 2016, a Companhia passou a utilizar o seguinte portal de notícias para divulgação de fatos relevantes: www.luzdigi.com.br.

Todos os Comunicados ao Mercado, Fatos Relevantes, Aviso aos Acionistas, Demonstrações Financeiras e quaisquer outras informações divulgadas pela Companhia estão também disponíveis em seu site de RI (www.taurus.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Os responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações são o Diretor Presidente e o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.